



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL,
HISTÓRIA, CULTURA E TRADIÇÃO: OS CAMINHOS
DO CAFÉ EM ALTO PARAÍSO (GO)**

JUREMA IARA CAMPOS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

**BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO/2008**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, HISTÓRIA, CULTURA E
TRADIÇÃO: OS CAMINHOS DO CAFÉ EM ALTO PARAÍSO (GO)**

JUREMA IARA CAMPOS

ORIENTADORA: ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

PUBLICAÇÃO: 14/2008

**BRASÍLIA/DF
FEVEREIRO/2008**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

CAMPOS, J. I. **Desenvolvimento territorial, história, cultura e tradição: os caminhos do café em Alto Paraíso (GO)**. Brasília: Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2008, 000 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pela autora à Universidade de Brasília e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. A autora reserva para si os outros direitos autorais de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Campos, Jurema Iara

Desenvolvimento territorial, história, cultura e tradição: os caminhos do café em Alto Paraíso (GO). / Jurema Iara Campos; orientação de Ana Lúcia E. F. Valente - Brasília, 2008.

167 f: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, 2008.

1. Agricultura Familiar. 2. Café. 3. Abordagem territorial. 4. Agronegócio. 5. Estratégia de Marketing.

CDU 63:339.13(817.3)

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE AGRONOMIA E MEDICINA VETERINÁRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS**

**DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, HISTÓRIA, CULTURA E
TRADIÇÃO: OS CAMINHOS DO CAFÉ EM ALTO PARAÍSO (GO)**

JUREMA IARA CAMPOS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM AGRONEGÓCIOS,
COMO PARTE DOS REQUISITOS
NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM AGRONEGÓCIOS**

APROVADA POR:

**ANA LÚCIA EDUARDO FARAH VALENTE
(ORIENTADORA)**

**NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR
(EXAMINADOR INTERNO)**

**ARILSON FAVARETO
(EXAMINADOR EXTERNO)**

BRASÍLIA/DF, 20 DE FEVEREIRO DE 2008.

**Dedico este trabalho aos meus pais, Múcio e Neiva,
e aos meus filhos, Francisco e Bruno, com carinho.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço o carinho e a orientação da professora Ana Lúcia Eduardo Farah Valente, cujas experiências e conselhos me conduziram a um caminho de pesquisa de riquezas inestimáveis, que é o de olhar nos olhos das pessoas, focar o ser humano, entrar na emoção e no que o indivíduo tem de mais precioso: a cultura de seu povo.

À equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios, especialmente ao professor Josemar Xavier de Medeiros, que me mostrou a importância e o fascínio do estudo e da pesquisa.

Aos professores Newton Narciso Gomes Júnior e Arilson Favareto, por suas valiosas contribuições para a conclusão desse trabalho.

Aos meus familiares, pais, irmãos e filhos, que, com paciência e carinho, aguardaram o fim dessa jornada de ansiedade e tensão. Agradeço-lhes pela confiança, apoio e compreensão.

Aos meus amigos, especialmente Elsa, Ricardo e Mirian, que, com carinho e dedicação, contribuíram na elaboração do texto.

À prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, especialmente ao prefeito Uíter Gomes de Araújo, pelo auxílio durante a realização da pesquisa de campo.

Aos habitantes do município de Alto Paraíso de Goiás, que tão gentilmente me receberam em suas casas, e que, com a mesma amabilidade, responderam às minhas perguntas e curiosidades.

E especialmente a Deus, pelo prazer de estar viva e pelas oportunidades por Ele dadas a mim de crescimento e evolução.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, HISTÓRIA, CULTURA E TRADIÇÃO: OS CAMINHOS DO CAFÉ EM ALTO PARAÍSO (GO)

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a forma como os habitantes de Alto Paraíso de Goiás estão buscando alternativas para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável do município. Para isso, efetua a análise a partir da implantação, pela Embrapa, de um projeto específico, relativo ao resgate da cultura agrícola tradicional do café. O município faz parte da região da Chapada dos Veadeiros e possui trajetória de busca de atividades produtivas que agreguem renda para sua população. A partir da colonização no século XVIII, a mineração e as atividades agrícola e pecuária foram as que mais se desenvolveram na região até que sua vocação produtiva foi transformada, no início dos anos 1960, com a criação do parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e a inauguração de Brasília, iniciando-se a exploração do turismo. A partir do ano 2000, o fluxo de turistas decaiu devido a problemas relativos à saúde pública, acarretando na região estagnação da economia local e escassez de recursos financeiros. A partir da conjuntura de diversificação do mercado, produtores familiares do município despertaram para a existência, em suas terras, de um café que pode ser comercializado em nichos de mercado de cafés especiais, tais como de orgânicos e de origem definida. E buscaram, na Embrapa, o desenvolvimento de projeto relativo à implantação de cafeicultura orgânica para a agricultura familiar. Essa pesquisa se apoiou na perspectiva técnico-metodológica da Antropologia, que tem como linhas condutoras a exigência do trabalho de campo e o estudo de caso. Os resultados revelaram que a partir do *desvelamento* de valores, representados pela história, cultura e as tradições da região, é possível estabelecer uma estratégia mais eficiente de busca de mercado para o café, a partir da experiência revelada no próprio trabalho concreto e na cultura dos produtores. E que o desenvolvimento rural da região deve ser buscado a partir do desenvolvimento de atividades da nova ruralidade e da aplicação de uma abordagem territorial de desenvolvimento, de forma a potencializar as habilidades locais por meio da integração dos municípios que compõem o território.

Palavras-chave: agricultura familiar, café, abordagem territorial, agronegócio, estratégia de comercialização.

TERRITORIAL DEVELOPMENT, HISTORY, CULTURE AND TRADITION: THE PATHS OF COFFEE IN ALTO PARAÍSO (GO)

ABSTRACT

This study aims to examine how the inhabitants of Alto Paraíso de Goiás are seeking alternatives to generate income and sustainable development of the municipality. To do so, it makes the analysis from the deployment, by Embrapa, of a specific project on the rescue of traditional agricultural culture of coffee. The municipality is part of the region of the Chapada dos Veadeiros and has trajectory of searching for productive activities that add income to its population. From colonization in the eighteenth century, the mining and agricultural and livestock activities were the ones that most developed in the region until its productive vocation was transformed in the early 1960, with the creation of the National Park of the Chapada dos Veadeiros and the inauguration of Brasília, starting up the exploitation of tourism. Beginning in 2000, the flow of tourists dropped due to problems related to public health, resulting in the stagnation of the local economy and shortage of financial resources. From the juncture of diversification of the market, family producers woken up to the existence, in their land, of a coffee that can be sold in niche markets for specialty coffees, such as organic and of definite origin. And sought, in Embrapa, the development of project on the deployment of organic coffee for family farming. This research was supported in view of the technic and methodology of Anthropology, which has the lines conducting the requirement of the fieldwork and analysis of the case. The results revealed that from the unveil of values, represented by the history, culture and traditions of the region, it is possible to establish a more efficient strategy for picking up market for coffee from the experience revealed in their own specific job and the culture of the producers. And that rural development in the region must be sought from the development of activities of the new rurality and the implementation of a territorial approach of development in order to enhance local skills through the integration of the municipalities that make up the territory.

Keywords: Family farming, coffee, territorial approach, agribusiness, marketing strategy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 Dados demográficos do nordeste goiano	74
Tabela 3.2 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), por regiões de planejamento do Estado de Goiás – 2000	75
Tabela 5.1 - Áreas destinadas à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção de café (beneficiado), segundo as Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e os municípios produtores do Brasil – 2005	101
Tabela 5.2 - Áreas destinadas à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção do café beneficiado, segundo os Estados produtores do Brasil – 2005	101
Tabela 5.3 - Principal renda das famílias, por região estudada	102
Tabela 5.4 - Tamanho das propriedades por área de pesquisa	102
Tabela 5.5 - Número de empregados por propriedade, por região estudada	103
Tabela 5.6 - Idade do entrevistado por região estudada	103
Tabela 5.7 - Características das atividades desenvolvidas nas propriedades da região, por região estudada	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICS - Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel
ACVVCV - Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros
AGENCIAAMBIENTAL - Agência Goiana de Meio Ambiente
AGENCIARURAL - Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário
AMORC - Antiga e Mística Ordem Rosae Crucis
AMORMOINHO - Associação dos Moradores do Moinho
APA - Área de Preservação Ambiental
ASFLO - Associação dos Catadores de Flores do Cerrado
CBP&D/Café - Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
CE - Comunidade Européia
CECAFÉ - Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil
CERTICAFÉ - Programa Mineiro de Incentivo à Certificação do Café
CNC - Conselho Nacional do Café
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente
IDE - Índice de Desenvolvimento Econômico
IDS - Índice de Desenvolvimento Social
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IPTR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
OIC - Organização Internacional do Café
ONGs - Organizações Não Governamentais
ORNAs - Ocupações Rurais Não Agrícolas
PNVC - Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
PNP&D/Café - Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEPIN - Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação da SEPLAN/GO
SEPLAN/GO - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás
SNUC - Sistema Nacional de Unidade de Conservação
UNESCO - Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura
VBP - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO	7
2.1. AGRICULTURA FAMILIAR COMO VANTAGEM ESTRATÉGICA	9
2.1.1. Os valores e a competitividade na agricultura familiar	14
2.1.2. A competitividade da agricultura familiar como fator de desenvolvimento rural	16
2.2. MEMÓRIA COLETIVA E TRADIÇÃO	22
2.2.1. Tradições e qualificação de produtos	27
2.3. A TERRITORIALIDADE	30
2.3.1. Espaço rural revalorizado	31
2.3.2. Exemplos estrangeiros	35
2.3.3. O papel das instituições	39
2.4. A UNIÃO COMO ESTRATÉGIA	41
2.4.1. A formação de associações para benefícios coletivos	43
2.5. O AGRONEGÓCIO CAFÉ NO BRASIL E A AGRICULTURA FAMILIAR	45
2.5.1. Segmentação de mercado	48
2.5.2. A produção de orgânicos	50
2.5.3. Certificação de origem	53
2.6. MÉTODO	56
3. A HISTÓRIA DO NORDESTE GOIANO	61
3.1. As bandeiras e a colonização de Goiás	61
3.2. A ocupação com a abertura da fronteira agrícola para o Norte	68
3.3. A vocação para o turismo ecológico	71

4. ALTO PARAÍSO: OS DESAFIOS DA MEMÓRIA	78
4.1. Sertão: Fama, misticismo e tragédia	79
4.2. Vila São Jorge: turismo e ecologia	85
4.3. Misticismo, agricultura e pecuária	86
4.4. O cultivo tradicional de café	87
4.5. Em busca de uma estratégia de desenvolvimento	89
5. A REDENÇÃO PELO CAFÉ?	99
5.1. Proximidade do Parque Nacional favorece o turismo	109
5.2. Grandes fazendas e produções extensivas	112
5.3. Beleza exuberante dos vales produtivos	116
6. A BUSCA POR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO	119
7. CONCLUSÃO	128
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	136
9. APÊNDICES	145
10. ANEXOS	163

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o maior produtor e exportador mundial de café verde. E é, também, o segundo maior consumidor dessa bebida, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos. Em 2006, 16,33 milhões de sacas do produto foram demandadas no mercado brasileiro, e o consumo *per capita* ficou em 4,27 kg de café torrado - ou quase 70 litros por pessoa - por ano (REETZ *et al.*, 2007). Pesquisas apontam que hoje 91% dos brasileiros tomam café e a bebida é a segunda mais consumida no país, depois da água (ABIC, 2008). Além disso, a taxa de aumento do consumo do brasileiro foi uma das maiores nos últimos anos, se comparada às outras nações. O consumo interno do produto chegou a uma taxa de crescimento de 19,2% entre os anos de 2003 e 2006 (REETZ *et al.*, 2007). Com esse aumento, o setor acredita que até o ano de 2010 o país passará a ser o maior consumidor de café do mundo, chegando a consumir 21 milhões de sacas do produto por ano.

Para o produtor, o mercado de café é promissor. Em 2007, a procura do produto no Brasil foi maior do que a oferta. Para abastecer o mercado, que está em franca expansão em todo o mundo, há a necessidade de aumentar a produção em 10% até 2010. Uma das alternativas apontadas pelo setor para melhorar o abastecimento é a abertura de novas áreas de produção (REETZ *et al.*, 2007).

Esse mercado se mostra muito favorável à agricultura familiar. O segmento já responde hoje por até 25% da produção brasileira de café, gerando, direta e indiretamente, cerca de 8,4 milhões de empregos. A cafeicultura é relativamente intensiva no uso de mão-de-obra quando comparada com outras culturas desenvolvidas por agricultores familiares. Estudos demonstram que na Guatemala, por exemplo, o café requer o trabalho de 73 pessoas por dia,

por hectare, enquanto que o milho utiliza 58 pessoas na sua produção, e o feijão, 61 (BLISKA; PEREIRA; GIOMO, 2007 *apud* RICE; WARD, 1996).

A mudança de hábitos dos consumidores nos últimos anos, especialmente no mercado norte-americano, devido, principalmente às mudanças demográficas e maiores exigências quanto à sanidade do produto, causou a redução no consumo *per capita* de café e a conseqüente busca de novos produtos para atender a esse mercado. Isso resultou na diversificação do produto e na produção dos cafés *gourmet*, orgânico, com diferentes sabores, com origem definida, espressos e descafeinados. Essa mudança despertou, ainda, a consciência ecológica e a responsabilidade social dos produtores. O mercado ficou cada vez mais favorável aos agricultores familiares, já que o café produzido de forma artesanal ficou mais valorizado, possibilitando a inserção desses produtores em nichos de mercado de cafés especiais, tais como o orgânico, o de origem definida, bem como nos mercados de produtos à base de café, como *cappuccinos*, sorvetes, *drinks*, e outros. E o mercado dos cafés especiais está ainda em expansão. Enquanto que o consumo de café *commoditie* no mundo vem crescendo a uma taxa de 1,38% ao ano (LEITE, 2005), a demanda para o produto especial, como o café orgânico, por exemplo, cresce anualmente a uma taxa de 10% (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

Com esse aumento na demanda do café orgânico e de origem definida, os produtores do município de Alto Paraíso de Goiás despertaram para a existência, em suas terras, de um café que se enquadra nesse tipo de mercado, tendo características de sabor, aroma e textura próprios da região. O café é produzido, tradicionalmente, de forma orgânica ou agroecológica e demonstra ser de uma variedade muito antiga, própria para a produção de café especial. Além de ecológico, o café também é produzido com responsabilidade social, pois se encontra especialmente cultivado em propriedades de agricultores familiares, sendo colhido e

preparado de forma artesanal e com os cuidados de quem produz para o consumo de sua própria família.

O município de Alto Paraíso localiza-se na região nordeste do estado de Goiás, a cerca de 250 quilômetros de Brasília, inserido no Bioma Cerrado. É local de beleza natural exuberante, sendo considerado por muitos como um *éden terrestre*. É, ainda, local que reúne misticismo e esoterismo atraindo, para a região, participantes de várias seitas e religiões.

No início de sua ocupação, no século XVIII, Alto Paraíso teve como atividade produtiva principal a mineração, realizada em conjunto com as atividades agrícola e pecuária. Porém, a região transformou sua vocação produtiva quando sua população passou a desenvolver atividades vinculadas ao turismo no lugar daquelas exploratórias e de produção de gêneros alimentícios. Esse marco em sua história ocorreu a partir da década de 1960, com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, ali localizado, e a interiorização da Capital Federal brasileira. Desde então, houve mudança significativa na forma de explorar o território.

Entretanto, a trajetória de exploração do turismo foi interrompida a partir do ano 2000, quando os visitantes, até então atraídos principalmente pelo caráter ecológico e místico da região, foram afastados, principalmente por problemas relativos à saúde pública. O principal motivo foi a constatação de que pessoas contaminadas por febre amarela tinham estado na região. A partir de então, a ausência de visitantes acarretou, em Alto Paraíso e nos municípios vizinhos, a estagnação da economia local e a escassez de recursos financeiros, intensificadas pela carência de políticas públicas. Hoje todo o território convive com o título de *corredor da miséria*.

Há alguns anos, motivados pela diminuição do fluxo de turistas a partir do ano 2000, lideranças locais buscaram incitar a geração de renda no município por meio do desenvolvimento de projetos voltados para a área rural, de forma a promover a união de sua população em torno de um produto tradicional e característico. Viram, no café e no trigo

veadeiro¹, os produtos agrícolas que estão estampados no brasão do município de Alto Paraíso de Goiás, datado do ano de 1953, as opções para o resgate da produção agrícola, há anos perdida pelos agricultores locais.

O trigo veadeiro proporcionou muita riqueza ao município durante vários anos de sua história, desde a chegada à região, porém teve a produção abandonada há cerca de quarenta anos, quando enfrentou dificuldades na sua comercialização. Na época, houve rejeição ao produto regional por ser de coloração mais escura do que o trigo comum. Atualmente, a partir da conjuntura de diversificação do mercado, o trigo veadeiro passou a ser novamente produzido com as sementes que haviam sido conservadas nas câmaras frias da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e que foram devolvidas aos produtores locais em 2005.

Já o café é um produto que chegou à região ainda no século XVIII, juntamente com os colonizadores, sempre foi cultivado e consumido no local, porém nunca teve uma produção significativa que possibilitasse sua inserção no mercado. Em 2007, um projeto denominado *Implementação de Cafeicultura Orgânica para a Agricultura Familiar de Alto Paraíso de Goiás* foi iniciado na Embrapa Café, que passou a estudar o produto tradicional ali existente e a implantação da cafeicultura orgânica para agricultores familiares. A importância do projeto desenvolvido pela Embrapa na região é inegável, porém, as conseqüências ainda são imprevisíveis, já que sua execução está sendo iniciada.

Porém, acredita-se que apenas o desenvolvimento de um projeto setorial, voltado para a produção do café no campo, não é garantia para que a região alcance mercado. O café produzido naquele município, que não tem tradição de produção cafeeira comercial, precisa encontrar fatores que agreguem valor ao seu produto, a fim de que seu café tenha maior chance de competir em algum nicho de mercado. Isso, para que o café de Alto Paraíso possa concorrer com aqueles que são produzidos em outros estados brasileiros, como Minas Gerais,

¹ Variedade crioula de trigo trazida para o Brasil por imigrantes egípcios no século XVIII. De nome científico *Triticum aestivum* L. Thell, a variedade leva o nome popular de trigo veadeiro por ser adaptada às condições climáticas e ambientais da região.

Paraná e São Paulo, que têm maior facilidade de colocação do produto no mercado, considerando que são regiões tradicionalmente produtoras de café do país.

Além da exuberância oferecida pela natureza, a região nordeste do estado de Goiás possui história e passado tradicionais tão interessantes que podem vir a agregar valor aos seus produtos. A tradição e a história do território estabelecem um valor intrínseco ao processo de produção e dá identidade ao produto final. É essa busca de identidade que passou a formar o comportamento dos agentes da região ao procurar resgatar o café ali existente há centenas de anos e cujo valor é percebido pelo mercado internacional. Isso nos levou a estabelecer a seguinte pergunta de pesquisa: porque os agricultores familiares de Alto Paraíso de Goiás demandaram a ajuda da Embrapa para o resgate do café que é produzido tradicionalmente em suas propriedades?

Para responder a essa pergunta, este estudo tem por hipótese: os agricultores familiares de Alto Paraíso de Goiás buscam dar sentido operacional à expressão simbólica percebida no brasão municipal - no qual um ramo de café e outro de trigo estão entrelaçados -, como base de projeto de desenvolvimento que se vale de um produto que tem identidade com a história e a tradição dos habitantes da região. É essa a razão que os motiva, para além do apoio e da competência técnica nacional e internacionalmente reconhecida da Embrapa.

O presente estudo tem por objetivo analisar a forma como os habitantes de Alto Paraíso de Goiás estão buscando alternativas para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável do município. Para isso, efetuou-se a análise a partir da implantação, pela Embrapa, de projeto específico relativo ao resgate da cultura agrícola tradicional do café na região.

Optou-se por adotar, como ponto de corte para a realização do presente trabalho, os agricultores do município de Alto Paraíso de Goiás, pelo fato de o projeto de pesquisa da Embrapa ter como público alvo esses produtores. Acredita-se, porém, que os resultados obtidos são aplicáveis em realidades semelhantes que possam ocorrer em outros municípios

da região nordeste do estado de Goiás que possuam características, história e cultura similares à do município pesquisado.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro refere-se à Introdução, na qual são apresentados: o problema, a relevância de seu estudo, o objetivo a ser alcançado com o trabalho e a hipótese. No Capítulo 2, apresentamos o referencial teórico e conceitual no qual nos apoiamos, por meio de revisão de literatura, para a realização da análise. Ainda, no segundo Capítulo, está descrito o Método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa. O Capítulo 3 traz um levantamento histórico da região, de forma a mostrar como as relações produtivas foram se formando e a relação entre o desenvolvimento dessas formas com a transformação do espaço a partir da ação do homem. O Capítulo 4 apresenta informações sobre como são divididas as regiões do município e os costumes e tradições do território, estabelecidos a partir do relato de seus habitantes. No Capítulo 5, fazemos uma exposição sobre a produção local de café e os antecedentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa para o produto. No Capítulo 6, discute-se, à luz do referencial teórico, a forma como a região está buscando construir seu projeto de desenvolvimento. No Capítulo 7, apresentamos as conclusões e contribuições do estudo, algumas proposições e as sugestões para estudos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E MÉTODO

A experiência global da modernidade está interligada - e influencia, sendo por ela influenciada - à penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas a comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornam-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e espaço (GIDDENS, 1997, p.77).

Anthony Giddens (1997), ao estudar o processo de globalização, demonstra como os acontecimentos locais interferem e influenciam o que acontece em todo o mundo, do mesmo modo em que os acontecimentos globais também influenciam no local. Para ele, “poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de que suas atividades locais são influenciadas, e às vezes até determinadas, por acontecimentos ou organismos distantes” (GIDDENS, 1997, p.74).

As experiências do cotidiano refletem o que foi repassado pela tradição que, porém, está em constante mutação. Cabe à tecnologia, no significado geral da *técnica*, desempenhar importante papel nessa mudança, tanto na forma de tecnologia material quanto pela transformação social². Conforme Santos (2002, 45-46), “a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas, sozinha a técnica não explica nada”. Ainda segundo o geógrafo, “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2002. p.338).

A forma como a partir da experiência pessoal e local, ou seja, da singularidade, pode-se compreender a dimensão universal do capitalismo (VALENTE, 2005), é mostrada, também,

² Giddens (1997) dá um exemplo simples, retirado do romance *The Mezzanine* (1990), de Nicholson Baker. O livro mostra como o desenvolvimento da tecnologia *fôrma de fazer gelo* forneceu não apenas uma nova tecnologia, mas processos mais profundos de reforma da vida cotidiana, ao longo de sua transformação em pouco tempo: saindo de formas de alumínio com uma grade de lâminas ligadas a uma alavanca, que passava sob água morna para que o gelo se desprendesse do metal e transformando-se em bandejas de plástico, como moldes, que produzem cubos pequenos.

por Alves (2003, p. 28), quando afirma que “o singular é sempre uma forma de realização do universal”. Para o autor, ao adotar uma escala, mostrando uma determinada realidade humana, seja uma cidade, uma região ou um país, o pesquisador gera o conhecimento que evidencia a cultura predominante entre os povos que vivem sob a égide do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que mostra as especificidades das diferentes regiões ou nações.

Para Bourdieu (1989, p. 150),

[...] o trabalho científico tem em vista estabelecer um conhecimento adequado não só do espaço das relações objectivas entre as diferentes posições constitutivas do campo mas também das relações necessárias estabelecidas, pela mediação dos *habitus* dos seus ocupantes, entre essas posições e as tomadas de posição correspondentes, quer dizer, entre os pontos ocupados neste espaço e os pontos de vista sobre este mesmo espaço, que participam na realidade e no devir deste espaço.

Ou seja, a delimitação do espaço construído permite compreender o princípio e a eficácia da estratégia dos agentes para conservar ou modificar esse espaço.

Já na opinião de Marx, citado por Adelman (1972), o mundo deve ser compreendido como um complexo de *processos*, ao invés de um complexo de *coisas* feitas. Esses processos sofrem uma série de transformações, a partir das quais acontece o desenvolvimento progressivo. Na opinião de Marx, “o trabalho é, em primeiro lugar, um processo no qual [...] o homem inicia, regula e controla, mediante sua própria ação, seu intercâmbio material com a natureza” (ADELMAN, 1972, p. 60).

Porém é preciso levar em consideração que, para Marx (1986), a produção de idéias e da consciência pelo homem está diretamente entrelaçada com a atividade material desenvolvida por este homem, ou seja a produção dos meios de vida pelo homem depende dos meios de vida já encontrados por este mesmo homem e que ele terá que reproduzir. Com isso, a estrutura social e do Estado está diretamente relacionada com o processo de vida de indivíduos determinados, ou seja, que, como produtores atuam de modo determinado,

estabelecendo entre si relações sociais e políticas determinadas. Não do que imaginam ou representam esses homens, mas do que eles realmente são, bem como da forma como atuam e produzem materialmente. “[...] os homens, ao desenvolverem sua produção material e seu intercâmbio material, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (MARX, 1986, p. 37).

O presente estudo buscou analisar um caso de inserção da agricultura familiar no agronegócio, mais particularmente, na produção voltada para o mercado de café. Para orientar a leitura da pesquisa realizada junto a agricultores familiares de uma região com tradição para o turismo ecológico e místico no município de Alto Paraíso de Goiás, faz-se necessário esclarecer a abordagem escolhida. Assim é que no desenvolvimento do tema são utilizadas referências da literatura sociológica, antropológica, histórica, além da mais recente literatura acerca do desenvolvimento da ruralidade, da territorialidade e do agronegócio.

Para o resgate histórico, das tradições e dos costumes buscou-se, na literatura e na memória de seus habitantes, especialmente os mais antigos, as informações sobre a região, suas festividades e comemorações religiosas e regionais, além das formas de relação desses habitantes com a terra, a propriedade e o trabalho.

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR COMO VANTAGEM ESTRATÉGICA

A agricultura familiar sempre despertou interesse de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento devido ao seu “papel fundamental na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e equitativas” de países capitalistas que hoje ostentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano em todo o mundo

(GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 15). No Brasil, essa categoria social, segundo o Censo Agropecuário 1995/96 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (IBGE, 2006), é composta por 13,78 milhões de pessoas, num total de 77% dos agricultores, que detém 85% dos estabelecimentos agrícolas do País. Porém, a agricultura familiar no Brasil, conforme Buainain *et al.* (2005), é extremamente diversificada, incluindo tanto famílias que exploram minifúndios e produzem apenas para seu sustento, em condições de extrema pobreza, quanto produtores inseridos no moderno agronegócio, que conseguem gerar renda várias vezes superior àquela que define a linha de pobreza.

De forma geral, pode-se considerar que a agricultura familiar está relacionada ao modo de produção que tem como base a família e aspectos ligados ao trabalho, à terra e ao ambiente. Para Wanderley (1999, p.3), a agricultura familiar é “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Já Buainain *et al.* (2005), consideram como estabelecimentos familiares aqueles cuja direção dos trabalhos é feita pelo produtor rural e onde a mão-de-obra familiar utilizada é superior à contratada.

Em meados dos anos 1990, com a efervescência de movimentos sociais do campo, à noção de agricultura familiar também foram incorporadas várias categorias sociais. Conforme Schneider (2003a), tais categorias envolvem assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser identificados como pequenos produtores ou, simplesmente, como trabalhadores rurais. Além disso, após um grande investimento político e acadêmico, o termo *pequena produção* transformou-se em *agricultura familiar*, principalmente para legitimar a revalorização da reforma agrária, alavancar linhas especiais de crédito e, finalmente, levar à criação de um novo Ministério (GUANZIROLI *et al.*, 2001).

Analisando o uso histórico do termo *pequena produção*, Abramovay (1998) acredita que ele escamoteia o abismo social existente entre os *camponeses*, desestruturados pelo desenvolvimento capitalista e os *agricultores profissionais*, capazes não só de sobreviver, mas de formar a base fundamental do desenvolvimento do capitalismo na agricultura contemporânea. E ambos são produtores que operam com a família e fornecem trabalho excedente para o capital. Para ele, por trabalhar em função da família, o agricultor renuncia à renda presente para a obtenção de uma renda futura, que geralmente vem pela valorização do patrimônio fundiário³. Além disso, o autor afirma que o agricultor rebaixa o custo de reprodução da sua força de trabalho, proporcionando a transferência de renda da agricultura para outros setores, fazendo com que toda a sociedade se beneficie de sua atividade, pelo aumento na oferta e pela redução nos preços médios dos produtos. Para o autor, isso faz com que exista uma ligação direta entre o caráter familiar da agricultura e o regime de produção fordista, que caracterizou o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial, e é por isso que a agricultura nos países capitalistas avançados se estruturou socialmente em torno do estabelecimento familiar.

Na análise de Guanziroli *et al* (2001), os agricultores familiares são sensíveis aos estímulos do mercado, absorvem tecnologia moderna e produzem com eficiência, podendo produzir alimentos e matérias-primas em quantidade e com a qualidade requeridas pela expansão do setor urbano-industrial. Isso porque, com técnicas modernas mais intensivas no uso do fator abundante (o trabalho), a agricultura familiar é capaz de gerar renda líquida superior ao custo de oportunidade de seu trabalho.

Além de geração de renda, a agricultura familiar precisa estabelecer estratégias para que seu produto participe de forma competitiva no mercado. Este é um desafio, principalmente, quando a produção agroalimentar é realizada em pequena escala. Porém, para Wilkinson

³ Esta opinião também é compartilhada por Ploeg (2006, p.28), quando diz que “o consumo pode agora ser suprimido para ampliar ganhos e benefícios no futuro”.

(2004), a escala tende a expulsar a agricultura familiar de posições conquistadas nos modernos mercados de *commodities* nas cadeias onde ela já manteve forte participação e até onde ela já chegou a ser âncora, como na cadeia do leite. Isso porque, após o período inicial da modernização do agronegócio, em que os desafios de escala eram enfrentados mediante a agregação em cooperativas, hoje, a mudança no sistema de distribuição, com a hegemonia dos supermercados e hipermercados passou a exigir dos fornecedores um sistema de logística com capacidade de suprir as grandes redes de distribuição com uma cesta mínima de produtos de forma planejada e contínua.

Mesmo assim, os aspectos *tradicionais* da pequena produção passaram a serem considerados valores de mercado, já que a produção de *commodities* exclui a agricultura familiar em um ambiente onde as vantagens dos fatores tradicionais pouco representam face aos novos conhecimentos e capacidades organizativas e gerenciais exigidas pela grande distribuição. Para Wilkinson (2004, p. 57):

se a agricultura familiar, novamente, torna-se *pequena produção*, frente as transformações nas grandes cadeias, esta mesma *pequenez* é vista cada vez mais como vantagem estratégica, à medida que for associada à tradição, à natureza, ao artesanal, ao local - um conjunto de valores agora premiado pelo mercado.

Já Espírito Santo *et al.* (2003) acreditam que os agricultores que produzem *commodities* precisam conquistar aumento de produtividade e redução de custos por meio da incorporação de tecnologias, porém eles defrontam-se com baixos preços e a concentração de mercados tanto à montante quanto à jusante e precisam de capital para atingir escalas que viabilizem este tipo de produção. Por isso, esses agricultores buscam a diversificação da produção, combinando culturas tradicionais, novas culturas comerciais e a pecuária e, para superarem o problema da escala, empregam o trabalho coletivo. Os autores apontam dois caminhos que podem ser tomados pelos agricultores familiares para agregarem valor e renda em sua

atividade: a verticalização da produção, por meio da agroindustrialização, e a diferenciação de produtos - a partir do desenvolvimento de produtos de qualidade superior - ou pela combinação de ambos. Porém, a diferenciação de produtos pela busca do desenvolvimento da qualidade superior enfrenta dificuldades no que se refere à padronização, o escalonamento, o custo, a distribuição em canais especializados. Por isso, deve haver um reconhecimento do valor intrínseco por parte do consumidor, o que implica na necessidade de certificação do produto e criação de novas marcas.

O modelo de desenvolvimento agrícola para o Terceiro Mundo denominado *Revolução Verde*, que foi desenhado nos últimos trinta anos tendo como parâmetro o desenvolvimento técnico-econômico dos países do Primeiro Mundo, trouxe conseqüências desastrosas seja em termos sociais, especialmente da exclusão dos pequenos produtores, seja em termos ambientais (DUARTE, 1998). Porém, após ter esse parâmetro satisfeito no mercado globalizado, a partir do abastecimento mundial de grande quantidade de alimentos produzidos com o cultivo intensivo de *commodities*; os países produtores tiveram que se adaptar às novas exigências dos consumidores, que passaram a valorizar outras características do produto, como suas qualidades, tanto intrínsecas quanto extrínsecas. Alimentos mais saudáveis - com menos gorduras saturadas, açúcares e sal - e com maior poder de atração, que ressaltem sua característica de sabor, aroma ou visual, enfim, o que o distingue dos demais, passaram a ter lugar de destaque na mesa dos consumidores em todo o mundo. Com isso, o “*diferente* adquiriu uma conotação primitiva, *natural* e, portanto, passível de dominação, mudança e instrumentalização, no sentido da transformação *para melhor*” (DUARTE, 1998, p. 14, grifo da autora).

2.1.1. Os valores e a competitividade na agricultura familiar

Na última década do século XX, o incremento tecnológico acarretou mudança nos processos de produção existentes e criação de novos bens e serviços de consumo, que propiciaram o surgimento de novos ramos de produção. Essas transformações fizeram com que caminhos alternativos fossem vislumbrados pelas famílias rurais na busca de sua inserção e da competitividade no mercado consumidor, tanto interno quanto externo (VALENTE, 2005). A busca desses caminhos, porém, tornou-se impositiva devido aos novos desafios que a agricultura brasileira passou a enfrentar com o paradigma técnico-econômico estabelecido no país a partir da década de 1980 (MEDEIROS *et al.*, 2002). No que se refere ao processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, se por um lado, “a contribuição da ciência e da tecnologia foi fundamental para sua modernização, por outro, a natureza desse processo trouxe, como consequência indesejável, um elevado nível de exclusão social” (MEDEIROS *et al.*, 2002, p.23). Num primeiro nível, essa exclusão social foi promovida pela substituição de mão-de-obra por máquinas, e mais recentemente com a exclusão dos produtores rurais que não conseguem acompanhar o nível da inovação e da padronização tecnológica exigidos pelas novas formas de organização dos processos produtivos estruturados no âmbito do moderno agronegócio.

Por isso, Valente (2005) acredita que, já que a *agregação de valor* aos produtos é compatível com as atividades dos agricultores que têm acesso à inovação técnica e capacidade de mobilizar recursos e conhecimento para isso, no caso dos agricultores pouco capitalizados, antes de tudo é preciso valorizar o trabalho concreto, aquele que tem como resultados valores de uso. Para a autora, “neste caso, não se trata de acrescentar valor, como indicam aquelas expressões de uso corrente no agronegócio. Trata-se de *desvelar valor*: revelar o trabalho e a cultura, a ação e reflexão humana no processo de produção de sua existência” (VALENTE, 2005, p.67).

Para a autora, *desvelar valor* é “tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal” (VALENTE, 2005, p.67). Isso porque o processo cultural é inseparável da condição social humana; por se transformar ao longo do tempo, é histórico; e também, por ser comum a todos, é universal. Além disso, a cultura constitui um processo no qual os homens orientam e dão significado às suas ações por meio da manipulação simbólica: “Desse modo, a análise de fenômenos culturais é a análise do processo de reorganização desses significados, ao mesmo tempo condição e produto da prática social” (VALENTE, 2005, p. 67).

A autora propõe que, tendo por referência a importância que atividades preservadas pela tradição cultural vêm assumindo como atividades econômicas, é preciso promover o *desvelamento de valor* dos produtos resultantes das atividades agrícolas, não-agrícolas e das “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado, produzidos por este segmento. É, portanto, o *desvelamento* de valor que poderá conferir aos agricultores familiares o diferencial em relação aos produtores empresariais.

Desse modo, as atividades não agrícolas e as novas atividades agropecuárias podem ser pensadas a partir de outros pressupostos. Este conceito incorpora o potencial de geração de ocupação e renda das atividades não agrícolas existentes, principalmente em pequenas propriedades e na agricultura familiar. Estas atividades são ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços.

A combinação permanente de atividades agrícolas e não agrícolas em uma mesma família caracteriza o fenômeno da pluriatividade. Schneider (2005, p.26) acredita que a pluriatividade, ou seja, “a combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família”, é uma característica intrínseca ao modo de funcionamento de unidades de trabalho da agricultura familiar. O autor afirma que a pluriatividade pressupõe que duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, são combinadas, como uma

estratégia familiar, de forma a garantir a reprodução social do grupo, como também como uma estratégia individual, dos membros ou parte dos membros que constituem a unidade doméstica. Essa interação será mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações de agricultores e ambientes social e econômico em que estiverem situados.

2.1.2. A competitividade da agricultura familiar como fator de desenvolvimento rural

A família rural brasileira passa por desafios que vão além daqueles ligados à produção e à busca de mercado para seus produtos. Um desses desafios é o que se forma a partir do uso e da valorização da terra, que se impõe na medida em que novas utilidades para a área rural são estabelecidas por habitantes tanto rurais quanto urbanos.

Uma das principais conclusões das pesquisas realizadas no âmbito do Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA, 2001) entre os anos de 1981 e 1995, e que derruba antigos mitos existentes sobre o mundo rural brasileiro, mostra que as áreas rurais estão sendo utilizadas atualmente no país mais como residência do que como estabelecimento produtivo. Ou seja, o meio rural brasileiro passou a ter novas funções, tais como propiciar lazer às famílias urbanas nos finais de semana (por meio de chácaras, pesque-pagues, hotéis-fazenda) e moradia a um segmento crescente da classe média e alta, bem como favorecer o desenvolvimento de atividades de conservação da natureza e abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas, tais como a de motorista de ônibus para transporte de trabalhadores rurais, mecânicos, contadores, secretárias, digitadores, trabalhadores domésticos e outros.

Outras conclusões do projeto são extremamente importantes e mostram a realidade de um país cujo traço comum entre o novo e o velho rural é sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Dentre elas destaca-se que o novo rural brasileiro é atualmente composto tanto pelo agronegócio, como por novos sujeitos sociais, tais

como: *neo-rurais*, que exploram novas atividades agrícolas para nichos de mercado (criação de *escargots*, plantas e animais exóticos); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos para empregados domésticos e aposentados que não conseguem sobreviver na cidade com os salários que recebem; agricultores familiares pluriativos e ainda milhões de excluídos (denominados pelo autor como *sem-sem*), que não têm terra, nem emprego, nem casa, nem saúde, nem educação. Um número crescente desses novos e antigos residentes nas áreas rurais hoje está ocupado em atividades não-agrícolas, as chamadas ORNAs (ocupações rurais não agrícolas), que inclui as atividades domésticas, como as de motoristas, serventes de pedreiro, caseiros, prestadores de serviços diversos, e outras.

A pesquisa também verificou que as famílias agrícolas e pluriativas brasileiras ficaram mais pobres a partir da segunda metade dos anos 1990 e a queda de sua renda *per capita* só não foi maior devido aos benefícios sociais recebidos, como aposentadorias e pensões. Nas propriedades agropecuárias pequenas e médias, a gestão está se individualizando, ficando apenas um membro da família, geralmente o pai ou o avô, encarregado das atividades, enquanto os demais, os filhos e netos, procuram outras formas de inserção produtiva, geralmente fora da propriedade. Quando as atividades agropecuárias necessitam de mão-de-obra, o trabalho é contratado fora da propriedade, mediante serviços de terceiros. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros negócios não agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência.

A família rural deixou de ser essencialmente agrícola. Porém, as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para parte significativa da população rural, especialmente para aquela parcela da força de trabalho mais pobre que se torna excedente pelo progresso tecnológico e pela reestruturação produtiva - principalmente os mais velhos - sem qualificação profissional e sem escolaridade formal, que não encontra ocupações não agrícolas nas quais possa se encaixar e tem, na atividade agrícola, sua única função.

Mas a propriedade de famílias tradicionalmente rurais é vista, ainda, como um refúgio, quando os membros da família que trabalham em outras atividades perdem o emprego e também como uma espécie de base territorial, acolhendo os filhos para ocasiões festivas, bem como os parentes próximos em períodos de crises.

Nas regiões mais atrasadas do país não há emprego agrícola e muito menos ocupações não agrícolas, não havendo alternativa para suas populações além de políticas compensatórias de renda mínima, como, por exemplo, a previdência social. Nessas regiões, também há uma “retomada da produção de subsistência”, financiada principalmente pelas transferências sociais de rendas, principalmente a aposentadoria rural e pelo trabalho das mulheres dos agricultores como empregadas domésticas nas cidades (GRAZIANO DA SILVA, 2001).

O autor afirma que o enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social e a falta desse tipo de organização, especialmente da sociedade civil, tem se caracterizado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais. Além disso, para ele, as restrições quanto às formas de participação e representação têm seu princípio não só na pouca mobilização, mas também nos impedimentos e vieses operacionais vinculados às estruturas institucionais vigentes em nível local e à dominação das decisões pelos grupos mais fortes. O autor acredita que os trabalhos realizados no âmbito do Projeto Rurbano mostram que a busca do desenvolvimento da agricultura mediante uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região.

O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano/rural e agrícola/não agrícola. Como sabemos hoje, o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra - e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente - está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.46)

A baixa capacidade de mobilização social e a escassa tradição associativista são, também para Navarro (2001), condições para a falta de preparo dos atores locais para o desempenho

de ações comunitárias. O autor explica que, por esse motivo, pertence ao campo da ideologia a proposição que insiste na necessidade da *organização social* como exigência, principalmente política, para que sejam possíveis tais mudanças. Acredita que existem, no Brasil, limites e entraves que, “se secundarizados, provavelmente condenariam *ex-ante* qualquer iniciativa no sentido do desenvolvimento rural” (NAVARRO, 2001, p.91). Para ele, a abertura comercial e o acirramento concorrencial derivado da globalização têm significado o *encurralamento* das opções para o mundo rural, tendo, como resultado, a redução da autonomia dos Estados nacionais para erigir programas de desenvolvimento rural. O autor cita a extrema heterogeneidade das atividades agrícolas e rurais que existe no Brasil como o primeiro desses limites. As regiões brasileiras que sofreram forte intensificação econômica e dinamismo tecnológico fazem oposição a outras que parecem, ainda, “dormitar em contextos do passado”, pela falta de integração econômica ou pela natureza das relações sociais e políticas, que permanecem distantes dos padrões de institucionalidade satisfatórios (NAVARRO, 2001, p. 91).

Conforme o autor, a solução para tais limites poderia ser a formação de uma coalizão entre forças sociais e distintas orientações políticas em uma *aliança pelo desenvolvimento rural* que incluía, não apenas os setores populares, mas também a maioria do empresariado agrícola e certamente a totalidade de seu setor mais modernizado. Portanto, para ele, o alcance do desenvolvimento rural no Brasil não se restringe apenas às famílias rurais. Nele são envolvidos todos os atores comunitários, políticos, institucionais, municipais, e outros capazes de promover as transformações necessárias às mudanças nas diversas esferas da vida social que têm por limite mais imediato a realização do município.

Esse conceito de desenvolvimento rural, conforme o autor, altera-se ao longo do tempo, influenciado pelos condicionantes que o desenvolvimento geral da economia e da vida social impõem às famílias e às atividades rurais. Outras preocupações são impostas a esse conceito,

como a relativa ao componente *sustentável* (política, social, institucional), principalmente à sustentabilidade ambiental, que inclui ao conceito de desenvolvimento a preocupação com as gerações futuras e a preservação do meio ambiente. Ancorado numa estratégia assentada na prioridade ambiental e nas crescentes inovações da gestão pública, onde os municípios têm participação importante, o processo de desenvolvimento rural no Brasil será conduzido por um processo de mudanças que deverá ser múltiplo, interdependente, cumulativo e diversificado, em planos territoriais e sociais variados.

Para Singer (2004), como consequência do nível de exclusão em que se encontram algumas comunidades pobres que vivem em economia de subsistência, o desenvolvimento comunitário tem que ser financiado com juros subsidiados e longos períodos de carência. Além disso, o custo da assistência ao crédito deve ser coberto por recursos públicos, a fundo perdido, pelo menos nas etapas iniciais do desenvolvimento. O autor define *desenvolvimento comunitário* como aquele em que todos os membros de uma comunidade desenvolvem-se conjuntamente, unidos pela ajuda mútua e pela posse coletiva de certos meios essenciais de produção ou distribuição (SINGER, 2004). Afirma, ainda, que o desenvolvimento exige que a comunidade encontre uma brecha de mercado que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione boa remuneração. Para o autor, essa brecha pode ser criada mediante:

1. acentuada melhora da qualidade de produtos tradicionais, 2. invenção de produtos novos ou seminovos, 3. detecção de demanda nova ou em forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir ou ainda 4. a aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas (para poder vender os seus produtos mais barato) (SINGER, 2004, p. 3).

O autor, porém, acredita que o processo de desenvolvimento requer um relacionamento simbiótico da comunidade com o que ele denominou os *agentes de desenvolvimento*, representados por bancos e serviços públicos, agências solidárias de fomento da economia, que podem estar ligadas às igrejas, aos sindicatos, às universidades ou aos movimentos sociais. A missão desses agentes é levar à parte da comunidade mais esclarecida ou mais

inconformada com a situação - que irá levar ao conjunto da comunidade - a consciência de que o desenvolvimento é possível a partir do esforço conjunto da comunidade e se amparado por crédito assistido e acompanhamento sistemático.

A participação do agente de desenvolvimento pode ser essencial na busca da brecha de mercado, a partir do momento em que ele possui ou faça o levantamento das informações relevantes sobre os mercados - locais, regionais, nacionais ou internacionais - possíveis de inserção pela comunidade. Isso porque, segundo Singer (2004), o pequeno tamanho da comunidade pobre e seu relativo isolamento fragilizam suas possibilidades de se desenvolver por meio próprio. Por isso, defende que, para que as comunidades tenham maior autonomia, o desenvolvimento comunitário deve ser deixado para a iniciativa das autoridades municipais e estaduais, com menor apoio dos órgãos da União.

Para Wilkinson (2000), por razões diferentes, todas as correntes convergem para a necessidade de estratégias e políticas que visam o desenvolvimento do espaço rural com a diversificação e a densificação dos mercados de trabalho e de produtos resultantes do meio rural. Porém, para ele, é possível que o modelo produtivista dominante seja reversível. Por exemplo, quando as famílias tradicionais rurais contestam os novos mercados de nicho ou quando a agricultura familiar se torna revalorizada por meio da incorporação de novas funções ligadas ao meio ambiente, lazer e o consumo cultural do espaço rural.

O autor levanta três questões relacionadas às análises e propostas políticas desenvolvidas nos estudos sobre o rural não-agrícola e a pluriatividade no Brasil a partir dos estudos realizados no âmbito do Projeto Rurbano. Em primeiro lugar, a separação da agricultura e agroindústria em distintos tipos de ocupação muitas vezes não corresponde à realidade no país. As atividades agroindustriais rurais, onde o produtor processa seu próprio produto agrícola, é uma estratégia de agregação de valor que abre novas oportunidades por meio do fortalecimento da agroindustrialização integrada à atividade agrícola. Além disso, a

valorização de produtos estabelecidos nas embalagens como *naturais* age também no mesmo sentido, promovendo uma agroindustrialização *light* (preparação e embalagem de produtos) que é integrada à atividade agrícola.

Em segundo lugar, o autor acredita que os novos mercados de nicho não precisam ser ocupados prioritariamente pelos *neo-rurais*. Para ele, nesses novos mercados, a barreira mercadológica parece mais forte que a tecnológica, o que favorece os *neo-ruralistas*. Para que os produtores tradicionais que agora estão excluídos dos mercados de *commodities* possam ocupar esses novos espaços de mercado é preciso que haja recursos dirigidos à reconversão desses atores. Além disso, é preciso que eles sejam acompanhados por programas de capacitação, nas áreas críticas de mercados, tecnologia e gestão.

Em terceiro lugar, o autor cita a nova valorização do mercado por aqueles produtos que usam menos insumos químicos, produtos orgânicos e não transgênicos, que colocam em questão o futuro do modelo produtivista. Essas tendências criam um ambiente propício à revalorização da agricultura familiar, sobretudo se acrescentarmos as preocupações em torno do meio ambiente. No setor agroindustrial, muitas oportunidades são abertas para a inserção dos produtos *coloniais* ou *sertanejos* nos novos mercados onde a qualidade é fortemente associada à produção em forma artesanal e à atividade familiar. Uma conjunção de fatores que aponta para o potencial de promover a multifuncionalidade da propriedade agrícola, que complementa a pluriatividade do produtor rural e cujo eixo natural é a agricultura familiar (WILKINSON, 2000).

2.2. MEMÓRIA COLETIVA E TRADIÇÃO

No momento em que o mercado volta a valorizar a produção agrícola tradicional, com reduzida aplicação de insumos, bem como o consumo *in natura* dos alimentos, ou seja,

produtos menos processados e industrializados, resgatam-se informações que durante várias gerações ficaram guardadas. As informações do *saber fazer* podem estar contidas no trato da planta e dos animais, no cultivo de ervas medicinais, no manuseio de produtos naturais, na elaboração de artesanatos e de todo conhecimento tradicional tão comum no interior do país. Essas informações haviam sido descartadas pelos paradigmas da Revolução Verde, que eram alicerçados no uso intensivo de tecnologias e defensivos agrícolas.

Conforme Coutinho (2005), a compreensão da cultura como tradição viva, no Brasil, é uma tendência marginal e minoritária, predominando a concepção metafísica da tradição, que tem como objetivo conservar as relações sociais vigentes. Ou seja, na concepção cultural brasileira, “a cultura é pensada como um objeto, uma peça de coleção ou uma mercadoria, desconsiderando o processo pelo qual o homem por meio de sua *praxis*⁴ criadora transforma ativamente a realidade cultural” (COUTINHO, 2005, p. 88).

A própria palavra tradição, conforme Coutinho (2005), deriva do latim *traditio*, do verbo *tradere*, que significa a ação de transmitir, entregar. Para Giddens (1997), a tradição, é a repetição de informações, atos e atitudes e pressupõe uma verdade que é a antítese da indagação racional. Tomando-se como pressuposto de que a sociedade moderna, especialmente a chamada sociedade ocidental, tornou-se *destradicionalizada*, o autor afirma que a forma de saber se isso aconteceu é olhar para formas específicas de rituais e símbolos e considerar até que ponto eles compõem *tradições*. Para o autor, em muitos aspectos de nossas vidas ocorrem transições importantes na vida cotidiana, tanto individual quanto coletiva, devido à preocupação de se construir, regularmente, futuros potenciais, mesmo sabendo que essa construção pode, na verdade, impedir que eles venham a acontecer.

⁴ A teoria da práxis, para Gramsci, resulta da tese segundo a qual o desenvolvimento histórico se caracterizará, em determinado ponto, pela passagem do reino da necessidade ao reino da liberdade. É uma filosofia que busca liberar-se de qualquer elemento ideológico unilateral e fanático. É uma expressão das contradições históricas a partir da consciência plena dessas contradições (GRAMSCI, 2001).

De qualquer maneira, as tradições podem ser inventadas (HOBSBAWM, 2006) e se transformam ao longo do tempo (VALENTE, 1999). A *tradição inventada* tenta, sempre que possível, estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2006), e pode ser entendida como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras de natureza ritual ou simbólica, aceitas pelo grupo, que visam sugerir certos valores e normas de comportamento a partir da repetição, implicando uma continuidade em relação ao passado. Isso explica a utilização do recurso da invenção das tradições pelos países da Europa entre os anos de 1870 e 1914 para assegurar aos Estados a continuidade entre o passado e o presente da sociedade, no momento em que o mundo moderno estava destruindo os velhos padrões sociais (COUTINHO, 2005).

Hobsbawm (2006) afirma que, na medida em que as práticas passam a ser um hábito, a partir da repetição, resgata-se um passado histórico ao qual tais práticas fazem referência. O autor acredita que a invenção das tradições é importante:

[...] quando uma transformação rápida da sociedade debilita ou destrói os padrões sociais para os quais as velhas tradições foram feitas, produzindo novos padrões com os quais essas tradições são incompatíveis; quando as velhas tradições, juntamente com seus promotores e divulgadores institucionais, dão mostras de haver perdido grande parte da capacidade de adaptação e flexibilidade; ou quando são eliminadas de outras formas (HOBSBAWM, 2006, p.12).

Coutinho (2005), ao afirmar que podemos falar em tradições hegemônicas - que reafirmam a visão de mundo das camadas dominantes - e em tradições contra-hegemônicas - que reconstruem a história pela perspectiva das classes subalternas; afirma que a tarefa das massas, em sua luta pela hegemonia política e ideológica, é a de combater o mosaico de tradições conservadoras presentes no senso comum e definir sua própria filosofia. E completa que, cabe aos intelectuais a formação intelectual e moral do povo, desenvolvendo, com base na própria tradição, a concepção de mundo das classes subalternas.

Com isso, o autor acredita que será possível elaborar uma visão crítica do mundo com base no conhecimento das massas. E é na tradição que se encontra esse processo de superação dialética do patrimônio histórico-cultural, processo de desenvolvimento que elimina, conserva e eleva a sabedoria popular a um nível superior. Porém, para ele, existe uma diferença fundamental entre a cultura popular, que constitui a concepção do mundo e da vida de determinados estratos da sociedade, e a cultura dominante no que diz respeito à elaboração e à sistematização do conhecimento. “Esta última tende à unidade, à organização e à coerência, ao passo que aquela é desagregada, contraditória, anacrônica, ideologicamente servil e caoticamente estratificada” (COUTINHO, 2005, p. 96).

Tais enunciações vão ao encontro do *habitus*, de Bourdieu (1987), que é o que predis põe os indivíduos a fazerem determinadas escolhas (SEYMOUR, 2005) já que, conforme as definições de Bourdieu, o *habitus* seria

[...] um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites à consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instância, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (MICELI, 1987, p. XLII).

A memória e a tradição dizem respeito à organização do passado em relação ao presente. Mas não um passado preservado, e sim continuamente reconstruído, tendo como base o presente. Para Giddens (1997), a modernidade, durante a maior parte da sua história, reconstruiu a tradição enquanto a dissolvia. E a tradição está ligada ao que Maurice Halbwachs denomina *memória coletiva*, que envolve ritual, possui guardiões e, ao contrário do costume, tem força de união que combina conteúdo moral e emocional. A tradição é um *meio organizador da memória coletiva*. “Desse modo, a memória é um processo ativo, social, que não pode ser apenas identificado com a lembrança” (GIDDENS, 1997, p. 81).

Essa memória, para Halbwachs (1990), não se confunde com a história, já que para a compilação dos fatos históricos os acontecimentos passados são escolhidos entre os fatos que ocupam maior espaço na memória dos homens. “É porque geralmente a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990, p. 80). A história só relata períodos e sociedades muito distantes no passado, no momento em que não se encontram mais muitas testemunhas que conservem alguma lembrança e quando a memória não tem mais por suporte um grupo, que a ela esteve engajada, e, portanto, capaz de dar um *relato vivo* sobre os acontecimentos. A história é, com isso, o único meio de salvar as lembranças dispersas em alguns “espíritos individuais”, fixando-as por escrito, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem.

A memória coletiva, conforme Halbwachs (1990), distingue-se da história por ser uma corrente de pensamento contínuo, que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo, ou que é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. E é difícil dizer em que momento uma lembrança coletiva desapareceu, e se, realmente ela em algum momento deixou a consciência do grupo, já que basta que uma parte do corpo social conserve essa lembrança, para ela estar sempre presente ali.

Outra característica que distingue a memória coletiva da história é que há apenas uma história e existem muitas memórias coletivas. A história dispõe os acontecimentos em ordem cronológica e espacial, em quadros que permanecem exteriores aos grupos. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, durante um período que não ultrapassa a duração média de uma vida humana, em um determinado espaço e onde o indivíduo se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. As memórias coletivas são os centros das tradições (HALBWACHS, 1990).

Os rituais, conforme Giddens (1997), conectam o passado com as ações do presente e é pela continuidade da prática, organizada nos rituais, que os povos percebem a diferença entre realidade cotidiana e fantasia, ou os devaneios. Os rituais são guardados e reconstituídos pelos guardiães, que geralmente são pessoas mais idosas e que assim o são não apenas porque participaram de muitas das formulações dessas tradições, mas também porque têm tempo disponível para identificar os detalhes contidos.

Os guardiães, sejam eles idosos, curandeiros, mágicos ou funcionários religiosos têm muita importância dentro da tradição, porque se acredita que eles são os agentes, ou os mediadores essenciais, de seus poderes causais. Lidam com os mistérios, mas suas habilidades de arcanos provêm mais do seu envolvimento com o poder causal da tradição que do seu domínio de qualquer segredo ou conhecimento esotérico (GIDDENS, 1997, p.83).

2.2.1. Tradições e qualificação de produtos

A emergência do tema qualidade no contexto da competitividade do mercado globalizado tem levado estudiosos das ciências sociais, entre eles economistas, a debater sobre novos padrões, modelos, regras e conceitos que possam contribuir para a explicação desse fenômeno. A economia da qualidade agroalimentar busca utilizar conceitos da economia e das ciências sociais para a compreensão desse processo. Porém, a qualidade é subjetiva e está sujeita a mudanças no tempo (SATO; BRITO, 2007) e no julgamento de valor dos consumidores. Por isso, a economia neoclássica torna-se limitada para considerar a qualidade do produto, bem como a crescente assimetria da informação existente no mercado globalizado que enfraquece o papel dos consumidores⁵.

⁵ Como exemplo da assimetria de informação no mercado agroalimentar podemos citar o fato ocorrido no início de novembro de 2007, no mercado brasileiro, quando os industriais de leite longa vida foram flagrados adicionando produtos químicos, como soda cáustica e água oxigenada, ao leite destinado ao mercado interno. O produto foi, por muito tempo, repassado aos consumidores - e, portanto, consumido por eles - que se sentiram reféns dessa manobra, realizada para prolongar o período em que o produto seria próprio para o consumo e, portanto, aumentar a permanência do leite no mercado.

Conforme os autores, na economia da qualidade, a abordagem neoclássica não pode mais ser a única considerada, ao se realizar a análise do mercado, baseando-se unicamente no mecanismo de preço, já que o preço baixo pode ser considerado como baixa qualidade. Apesar de as inovações tecnológicas e a produção em escala terem contribuído para a redução do preço dos produtos agroalimentares, os consumidores estão mais preocupados com a sanidade dos produtos, a produção com proteção do meio ambiente e com o compromisso social, estando, inclusive, dispostos a pagar mais por isso.

A Escola Francesa da Economia da Qualidade substituiu a abordagem econômico-tecnológica por uma perspectiva mais ampla, que considera a qualidade como uma construção social (SATO; BRITO, 2007). Nessa perspectiva, a qualidade é considerada uma construção social que precisa de cooperação e coordenação, refletindo os objetivos de todos os atores, sociais, políticos ou econômicos, que participam do processo. A informação sobre todo o processo de produção do produto agropecuário passa a ser importante na construção de uma marca, desde o trabalho de construção da própria marca até os atributos do produto que será lançado no mercado.

Thévenot (1995) faz uma avaliação sobre a importância da informação para a coordenação das atividades quando se busca a qualidade de bens e serviços. Para ele, ao se determinar as regras e normas relativas a uma forma de avaliação, os indicadores utilizados para discriminar a informação referem-se a um julgamento de valor. Nem todos os indicadores perceptíveis se inscrevem numa avaliação. Porém, o autor afirma que “é impossível não ver, no estudo das marcas, normas ou marcas especiais (*labels*), todo o trabalho anterior à constituição de referências comuns que autorizarão a falar de *informação*” (THÉVENOT, 1995, p.35, tradução nossa). Entre essas referências pode-se considerar a origem, a forma de produção e os autores sociais que participam desse processo. Com isso, a característica da produção tradicional pode ser considerada um atributo de

qualidade do produto, por meio da construção social do mercado. Para o autor, a pertinência das informações e o caráter avaliativo de um processo de avaliação dependem da coordenação das ações que participam desse processo, a partir do valor que é dado a cada informação. A informação relativa ao preço é uma evidência, porém outros valores são buscados em termos de notoriedade da opinião, como a confiabilidade técnica ou de reputação. Informações como, por exemplo, *produto manufaturado* ou *produto natural* estampadas nas embalagens dos produtos podem transmitir ao consumidor uma relação de proximidade com o produto.

A questão da posse das informações é também tratada por Valceschini e Nicolas (1995), quando afirmam que o controle da qualidade é um problema de cooperação entre os intervenientes, no qual cada um possui apenas uma parte das informações das competências ou das capacidades de ações necessárias. Para eles, não se trata apenas de garantir um nível de segurança, nem de criar os conhecimentos científicos e técnicos necessários à elaboração dessa informação e de comunicá-la aos consumidores, mas de elaborar e de comunicar uma informação completa sobre o estado do produto a fim de colocar o consumidor em posição de escolher individualmente em função de suas representações pessoais, da natureza, da saúde e de seus gostos.

Para promover a divulgação do produto, como estratégia de marketing, conforme Thévenot (1995), a diferenciação é um modo de contornar a coordenação pelo preço, evitando a pressão sobre os preços exercidos pela concorrência de produtos de qualidades idênticas. Com isso, o que se estabelece não é um processo de divulgação que privilegia a concorrência pelo mercado, mas é a opinião que está em jogo, na qual o valor é uma notoriedade e cujo suporte não é um bem apropriável mas um signo reconhecível. É verdade que, em vista de uma coordenação pela opinião e o exame de notoriedade que a caracteriza, todas as outras grandezas podem ser utilizadas estrategicamente, como quando os especialistas de marketing recobrem seu produto de *aparência de tradição*.

2.3. A TERRITORIALIDADE

A ruralidade é condição e característica associada a territórios, que tem em essência uma construção de ordem histórica e social, como processos prolongados de formação de sociedades e organizações territoriais. Nesses territórios, arraigam-se a história, a tradição e a cultura da maior parte dos povoadores da América Latina e do Caribe e é nessa história e nesse processo onde se encontram os elementos constitutivos da concepção de ruralidade associada a território (PERICO; RIBEIRO, 2005, p.31).

Com essa perspectiva territorial, descrita em publicação elaborada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) no Brasil⁶, os autores acreditam que o território emerge como categoria privilegiada para sintetizar muitos dos elementos que constituem as novas estratégias de desenvolvimento rural, sendo, por isso, necessário redobrar os esforços para incorporar o critério espacial na definição de políticas públicas.

Porém, o espaço físico se torna território quando é modificado, na perspectiva de Lefebvre (2000), ou seja, ao ser transformado pelas redes, circuitos e fluxos que nele se instalam, como por exemplo as malhas viárias, os circuitos comerciais e bancários, os canais, as rotas aéreas (RAFESTIN, 1993). A partir dessa idéia, o território pode ser considerado um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. A territorialidade, para o autor, reflete:

[...] a multidimensionalidade do *vivido* territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais (RAFESTIN, 1993, p. 158).

⁶ A publicação, lançada em 2005 pelo IICA no Brasil, visa, por meio de propostas metodológicas, dar às instâncias locais e regionais dos países da América Latina e do Caribe, instrumentos para o planejamento estratégico de processos de desenvolvimento local sustentável, buscando a revalorização do rural ao lançar estratégias interventivas de combate à pobreza, bem como às consequências oriundas da exclusão social generalizada.

Nesse pressuposto, qualquer estudo realizado a partir de uma perspectiva territorial coloca as relações de poder territorial como consequência das relações de produção. Rafestin (1993, p. 152) demonstra que “do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que *produzem* o território” (grifo do autor).

Abramovay (2002) acrescenta que novas formas de relação entre o homem e o território vão surgindo, aumentando a dimensão do espaço rural e interferindo diretamente nos seus modos de uso. Hoje, as necessidades da produção agrícola são apenas um componente, e cada vez menos importante, na utilização do espaço. Com isso, as unidades produtivas multifuncionais e polivalentes, que até cerca de vinte anos atrás eram consideradas marginais, passam a ter um papel cada vez mais importante nesse processo.

2.3.1. Espaço rural revalorizado

O Brasil passou, a partir dos anos 1980, por grandes transformações nas relações rural/urbano. O êxodo rural ocasionado pela Revolução Verde impulsionou uma massa de trabalhadores para as grandes cidades, acarretando, também, mudanças nas relações de produção no meio rural. A crise do modelo vigente ocorreu, conforme Vilela (2002), paralelamente a um processo de desestruturação/reestruturação do meio rural, onde as atividades rurais mais tradicionais têm sua importância econômica reduzida, dando lugar a outras atividades, que são criadas ou recriadas com um vigor socioeconômico expressivo em relação, inclusive, às atividades não-agrícolas.

Para o autor, o atendimento à demanda urbana passa a reestruturar o meio rural em contextos sóciopolíticos particulares, produzindo oportunidades de mercado altamente diferenciadas para vários grupos de renda. Esses mercados incluem uma ampla extensão de bens localizados - residência, atividades de lazer, áreas de conservação, entre outras - para

atender, em grande parte, à classe média sufocada com o modo de vida urbano contemporâneo. Com isso, uma grande diversidade de atores novos e velhos passa a competir por recursos nesse ambiente rural,

[...] no qual a agricultura poderá tornar-se crescentemente residual, ainda que os agricultores mantenham uma presença social e ideológica representativas do rural e de seu caráter territorial. O espaço rural passa, assim, a ser palco do surgimento de novas categorias socioprofissionais, dotadas de experiências as mais diversas, em busca de um lugar em um velho/novo espaço revalorizado (VILELA, 2002, p. 99).

Esse novo espaço revalorizado, que são os territórios brasileiros, segundo Sabourin; Teixeira (2002), desponta como o elemento central do desenvolvimento rural, por terem como principal especificidade a sua diversidade, resultante de construções e evoluções históricas, econômicas, culturais e sociais. Definido o território como “um espaço geográfico construído socialmente, marcado culturalmente e delimitado institucionalmente” (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 23), as ações voltadas para seu planejamento e desenvolvimento devem traduzir as aspirações das populações locais. Ao mesmo tempo, resultam de um processo desejado, partilhado, produtor de riquezas e redistributivo, a partir do estabelecimento de parcerias entre os atores públicos, privados, nacionais, regionais ou locais envolvidos. Por essa razão, “o planejamento e o desenvolvimento dos territórios rurais passam a exprimir as dimensões de fenômenos local, regional, nacional e internacional” (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002, p. 8). Nesse processo, porém, a mediação entre os interesses individuais e coletivos é dificultada pela globalização das atividades econômicas, bem como a definição de objetivos, o estabelecimento de metas de curto e longo prazos e a valorização da especificidade local.

As relações territoriais hoje estão marcadas, conforme explicado por Vilela (2002), pela influência que a globalização exerce no local, bem como a importância do local diante da globalização. Essa influência da globalização no local também é lembrada por Schneider (2003b, p.90), quando afirma que “o quadro atual é profundamente marcado por um processo

de ampliação da interdependência nas relações sociais e econômicas em escala internacional”, e cita Castells (1999) que indica a influência exercida pela globalização como característica da excepcional capacidade que a economia capitalista tem de ajustar, em escala planetária, a interdependência entre as condições de tempo e espaço no processo global de produção de mercadorias.

Nesse contexto, Perico; Ribeiro (2005) propõem a existência de uma *nova ruralidade*, que contém nela inserida a redefinição do rural, e convidam a reconsiderar a visão de que o rural é população dispersa, baseada apenas na produção agropecuária, para passar à reconstrução do objeto de trabalho e de política, ao definir o âmbito rural como “território construído a partir do uso e da apropriação dos recursos naturais, de onde são gerados processos produtivos, culturais, sociais e políticos” (PERICO; RIBEIRO, 2005, p.19). Desta forma, por sua potencialidade como território, o setor rural passa a ser estratégico no desenvolvimento integral e harmônico da região. Além disso, a formação de capital social, de institucionalidade e de capital político encontra, nos territórios rurais, oportunidade favorável, a partir do fortalecimento das culturas tradicionais, de suas comunidades e de suas próprias formas de organização.

Já Veiga (2006, p. 334) propõe o reconhecimento de uma ruralidade que “não está renascendo, e sim nascendo”. Para ele, a valorização dos espaços rurais que está ocorrendo nos dias atuais, especialmente nos países desenvolvidos, é um fenômeno novo, que muito pouco tem a ver com “as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios”, já que nunca houve sociedades tão opulentas e nem tanta valorização da sua relação com a natureza.

Essa valorização, segundo o autor, resulta do reconhecimento da importância das áreas rurais para a qualidade de vida e o bem-estar da humanidade globalizada, por conter nelas três vetores: a conservação do patrimônio natural e da biodiversidade; o aproveitamento

econômico das amenidades naturais pelo turismo; e a exploração de fontes alternativas e renováveis de energia. Isso faz com que o rural *remoto* ou *profundo*, ou seja, aquele que ainda não foi modificado ou destruído pela “milénar agressão das atividades humanas” (VEIGA, 2006, p. 337) deva ser cada vez mais conservado, mesmo admitindo-se a existência, no território, de atividades econômicas de baixo impacto. Por outro lado, faz com que ocorram inéditas combinações socioeconômicas no território rural que está mais *próximo* ou *acessível*.

O autor faz uma análise da situação italiana, já que afirma que na Itália são fartas as evidências de como esses vetores se manifestam em progressos na direção da diversidade biológica e cultural, do aproveitamento econômico das amenidades e das fontes renováveis de energia. E cita autores italianos, como Umberto Bonapace (2001), que, propôs a permanência de duas grandes heranças para o presente e para o futuro na ruralidade do país: a primeira de ordem física, o espaço, e a segunda de ordem cultural, o patrimônio das tradições.

Corrado Barberis (2001), outro autor italiano citado por Veiga (2006), afirma que essa *nova ruralidade* tem sua expressão mais colorida nas festividades ligadas à figura do(a) santo(a) padroeiro(a) e na “divindade gastronômica do lugar” (*il raviolo o la bruschetta, il pecorino o il cinghiale*). Veiga (2006, p. 336) acrescenta que tais manifestações

são marcadas por forte sentido de pertencimento, destinado a sustentar os pequenos mercados locais que se apóiam nesse ou naquele produto típico. Uma consideração de muita importância, tanto para o turismo quanto para a agricultura.

Porém, para Veiga, esse fenômeno da *nova ruralidade*, exemplificada pela experiência italiana, só pode existir em situações específicas, onde haja grande prosperidade socioeconômica - capaz de aflorar as qualidades singulares dessa ruralidade - tornando possível impulsionar simultaneamente os três vetores: da conservação da biodiversidade, do aproveitamento econômico das belezas naturais, por meio do turismo, e a alteração da matriz

energética, mediante o aumento de suas fontes renováveis. “Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente” (VEIGA, 2006, p. 348).

Considerando-se, como Favareto (2007, p.103), “a diferença entre o rural e o urbano nos países do capitalismo avançado e nos países da América Latina, Ásia e África”, nos quais a urbanização se deu como fator de subdesenvolvimento, seria possível pensar que a ruralidade se expressará de maneira específica. Entretanto, com relação ao caso brasileiro, Veiga (2003) acredita que ainda falta ao país a elaboração de um plano estratégico de desenvolvimento sustentável do Brasil rural que contenha diretrizes, objetivos e metas que favoreçam as sinergias entre a agricultura e os outros setores das economias locais, de forma a explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios. Enfim, o autor acredita que o desenvolvimento regional passa pelo equilíbrio entre o fortalecimento da capacidade concorrencial do território e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes, o que é alcançado a partir da criação de novas formas de parceria entre os atores envolvidos, sejam eles públicos, privados, nacionais, regionais ou locais (VEIGA, 2003, p.285).

Já Espírito Santo *et al.* (2003), acreditam que a valorização do território é importante estratégia para diferenciar a produção familiar e agregar renda à atividade. Para os autores,

[...] os produtos típicos da agricultura familiar são o resultado de um saber-fazer tradicional, transmitido de geração em geração. A qualidade desses produtos típicos resulta de uma estreita relação entre o saber-fazer (o homem) e as características das distintas zonas agroclimáticas existentes no território nacional (o território), que proporcionam sabores, cores e aromas únicos (ESPÍRITO SANTO *et al.*, 2003).

2.3.2. Exemplos estrangeiros

A valorização do território ou da região de produção e o uso de organizações de ensino e pesquisa para consultoria e treinamento dos produtores são estratégias utilizadas em países

européus para o desenvolvimento da agricultura familiar que devem ser seguidas no Brasil (DINIZ, 2004).

Entre os exemplos extraídos de países da Comunidade Européia (CE) e, em especial, a França, país que possui um número muito grande de pequenos produtores, bem como uma demanda dos consumidores por produtos que atendam às preferências e os recursos locais, as estratégias que mais se destacaram foram:

- o estabelecimento de um grupo, por meio de associação de produtores, cooperativa, ou outra forma de organização., é importante para garantir o fortalecimento e a permanência dos produtores no mercado;
- a cooperação entre os produtores é uma solução para enfrentar grandes concorrentes, normalmente mais produtivos e competitivos;
- criar uma estratégia de melhoria nos níveis de qualidade, custos e serviços aos clientes;
- definir regras coletivas e padrões de qualidade de produtos e serviços para serem seguidos por todos os produtores participantes do grupo, bem como o monitoramento e controle desses produtos e serviços, mediante indicadores de desempenho e sanções a serem exigidas àqueles que se desviarem dos padrões definidos;
- agrupar os produtores não apenas para reunir em uma estratégia de comercialização, mas também buscando agrupar diferentes padrões de qualidade, valorizando, assim, sua origem;
- o empreendedorismo de certos membros de uma cooperativa ou associação de produtores é um dos pontos fundamentais para o sucesso do grupo;

- não basta apenas utilizar os conhecimentos locais para permanecer no mercado, buscando competências que possam ‘reciclar’ técnicas e estratégias já utilizadas em outras experiências;
- partir dos produtores a continuidade dos incentivos para o desenvolvimento da agricultura familiar, buscando a sustentabilidade da atividade por meio da autogestão eficiente do grupo.

A autora cita, porém, a facilidade com que os países desenvolvidos investem em pesquisa para solucionar problemas da sociedade, o que não ocorre na realidade brasileira. Além disso, um dos desafios, para ela, ao se promover a agricultura familiar, “é o de ensinar aos produtores não somente as técnicas de produção e de comercialização, como também a influência das suas atividades no seu meio, com conseqüências sociais, econômicas e ambientais” (DINIZ, 2004, p.93).

Outro desafio a ser enfrentado é que o Estado e as sociedades, conforme Favareto (2007), têm dificuldade em operar com a mudança de paradigma contida na *nova ruralidade*. Por isso, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação de políticas, e na mobilização dos atores. Isso acontece embora o discurso sobre desenvolvimento territorial tenha, nos últimos anos, entrado definitivamente para o discurso acadêmico e governamental de vários países. Porém, até o momento, essa incorporação dos novos temas está sendo feita, conforme o autor, por adição, sem a devida mudança institucional capaz de sustentar a inovação que ela deveria significar. Neste caso, “sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais, coletivos e individuais” (FAVARETO; SCHRODER, 2007, p. 28). Os autores explicam que essa prática não é mais possível, já que os processos sociais subjacentes ao que a literatura convencionou chamar nova ruralidade trouxeram a erosão das bases empíricas que

estavam na raiz do paradigma clássico de explicação do desenvolvimento rural, antes reduzida à dimensão setorial dos seus aspectos agrícolas e agrários.

Martins (2005) acredita que não há padrões ou modelos próprios para o desenvolvimento local, ou seja, ele deve ser construído com base nas demandas e características locais. Com relação aos programas agroambientais implantados na União Européia, as estratégias que visam a sustentabilidade da produção agrícola devem levar em consideração o novo conceito de ruralidade, que, segundo o autor, compreende estruturas complexas de composição de atividades distintas de produção de valor, problematizando o desenvolvimento territorial das áreas rurais em detrimento das estratégias setoriais (MARTINS, 2005).

O autor afirma que, no caso brasileiro, a gestão dos recursos territoriais demandaria a criação de instrumentos locais capazes de promover novas oportunidades e institucionalidades que tomassem como princípio *o novo rural brasileiro*, a partir de instâncias institucionais descentralizadas, que possibilitassem a participação de comunidades locais no planejamento e na gestão dos recursos humanos, econômicos e ambientais dos territórios.

No campo das novas institucionalidades, Martins (2005, *apud* GRAZIANO DA SILVA, 2001) ressalta o vácuo existente no Brasil em termos de regulação pública, talvez por não possuir tradição na condução de políticas públicas voltadas às áreas rurais. Os instrumentos de intervenção do Estado, em forma de políticas agrícolas e agrárias, sempre estiveram, conforme ele, atreladas a um corte eminentemente setorial, fazendo com que, tanto a agricultura, quanto as atividades não-agrícolas se desenvolvessem sem marcos regulatórios bem definidos. E as questões institucionais, a regulação ambiental e a participação do Estado na gestão pública do território, são, para o autor, questões que podem ter influência decisiva nos rumos da localidade.

Porém, para ele, qualquer que seja o viés de análise sobre estratégias de desenvolvimento rural, a transformação dos atuais padrões de uso agrícola ocupa posição central de reflexão. E,

mesmo a despeito do crescimento do emprego não-agrícola, a agricultura continua sendo a principal usuária dos recursos naturais nas áreas rurais do país.

Em razão disso, as possibilidades de fixação de novas frentes de produção de valor nestes espaços também dependerão do nível de adequação sócio-ambiental da agricultura, visto que a expansão de tais frentes associa-se, dentre outros, à própria paisagem característica das áreas rurais. Assim, atividades direcionadas aos "nichos de mercado" – como aquelas associadas ao turismo esportivo e ao lazer – dependerão diretamente dos esforços do setor agrícola para a preservação e/ou recuperação das paisagens rurais (MARTINS, 2005, p. 264).

2.3.3. O papel das instituições

Para North (1993), é muito comum os atores trabalharem com a informação incompleta que dispõem, processando-a mediante elementos racionais, podendo, com isso, chegar a resultados ineficientes. O autor afirma que para amenizar esses efeitos, é que são utilizadas as instituições. A função principal das instituições na sociedade, segundo ele, é reduzir a incredulidade, estabelecendo uma estrutura estável, mesmo que não seja eficiente, de interação humana.

Porém, o conceito de instituição, para o autor, vai além da concepção formal estabelecida, mais próxima de organizações, definindo-a como *a regra do jogo*, que inclui todo tipo de limitação que é criada para dar forma à interação humana. Mas que, por outro lado, estrutura os incentivos para o intercâmbio humano, seja na área política, social ou econômica.

O autor explica que as normas, formais e informais, bem como a eficácia da sua obrigatoriedade, é que determinam a índole do jogo. Porém, as normas formais podem mudar da noite para o dia, como resultado de decisões políticas ou judiciais, fazendo com que as limitações informais, inseridas nos costumes, tradições e códigos de conduta, sejam muito mais resistentes a mudanças. Sobretudo pelo fato de serem mais difusas do que as primeiras e

formadas a partir da sedimentação de vários processos sociais, envolvendo, muitas vezes, muito tempo e várias gerações. “Essas limitações culturais não somente conectam o passado com o presente e o futuro, como também nos proporcionam uma chave para explicar a senda da mudança histórica” (NORTH, 1993, p. 17).

A fonte de mudança incremental das instituições, conforme North (1993), é a aprendizagem. Para compreender como essa mudança acontece, o autor lança mão do conceito de *path dependence*, ou seja, a dependência de caminho, que faz com que o aprendizado individual se transforme em aprendizado coletivo, e como isso se relaciona com a emergência das instituições.

Favareto (2007), apoiado nas idéias de North (1993), mostra que as instituições são, elas mesmas, expressões de conflitos e compromissos, ou seja, resultado das interações propiciadas por estruturas sociais determinadas. Para ele, o problema que envolve a mudança institucional repousa, principalmente, nas instituições informais e nos conflitos entre instituições e organizações.

Granovetter (1990), ao definir sua proposição sobre a sociologia econômica, cujos trabalhos publicados a partir do final dos anos 1970 estão associados ao ressurgimento desse campo de conhecimento, afirma que as instituições são construídas socialmente, e não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável.

Uma das contribuições da sociologia econômica é o entendimento dos arranjos que atuam quando o problema a resolver é a questão da avaliação da qualidade dos produtos. Essa avaliação, conforme Steiner (2006), pode se dar por procedimentos de certificação; por decisões quanto aos investimentos em modelos, quando as empresas definem padrões de produção; pode se tratar de redes de relações pessoais que possibilitam a difusão e a verificação de informações relevantes a respeito da qualidade do produto; e pode ser a combinação entre organizações em torno de objetos e espaços.

2.4. A UNIÃO COMO ESTRATÉGIA

Machado; Silva (2005) afirmam que existem dificuldades para que a agricultura familiar coloque em prática as estratégias relacionadas à comercialização do seu produto. Segundo eles,

[...] parte das dificuldades está associada à cultura dos produtores, que são, muitas vezes, individualistas e imediatistas na comercialização dos produtos. São pouco dispostos a formar associações e cooperativas, o que tem demonstrado ser uma das principais alternativas para o fortalecimento dos produtores (MACHADO; SILVA, 2005, p. 128).

Esse tipo de visão individualista vai mais além, para Gaiger (2005), da cultura dos produtores. Isso porque, segundo ele, está ocorrendo, ao longo das últimas décadas, a *exacerbação do individualismo*, uma atitude que, conjugada ao definhamento dos valores e das estruturas sociais de suporte na família, no trabalho, no civismo e nas sociedades tradicionais, tem deixado os indivíduos “em suspenso, sem chão e sem estrela-guia, relutantes e carentes de vínculos” (GAIGER, 2005). E essa atitude tem como princípio histórico, segundo o autor, o *sistema mundial produtor de mercadorias*, de onde as sociedades conheceram a produção capitalista, que tem a peculiaridade de gerar diretrizes a partir do próprio terreno econômico, estabelecendo uma racionalidade própria, que passa a digladiar-se com os demais princípios da organização social, deixando a impressão de que eles inexistem ou são dispensáveis (GAIGER, 2005).

O capitalismo, segundo o autor, alterou as regras do jogo das sociedades desde o seu surgimento. Isso porque a produção capitalista toma como importante apenas a rentabilidade e a produção de riquezas, retirando como princípios de valor as relações sociais. O capitalismo, para dominar as consciências, acaba por ocultar todas as estruturas sociais diferentes das que são contra os interesses que levam ao seu desenvolvimento, como: a existência de outras

possibilidades modernas de organização das sociedades, fora do capitalismo, capazes de gerar bem estar e mantendo a economia baseada em sistemas de regulação politicamente instituídos; a existência de outros princípios de organização econômica que não aqueles do mercado; e a existência de outras iniciativas econômicas, distintas da empresa privada capitalista.

Para o autor, apesar de o capitalismo proporcionar o nascimento da exacerbação do individualismo e a produção e distribuição de riquezas, a inédita frequência com que se fala de solidariedade e com que se observa sua presença nos sentimentos e gestos cotidianos mostra que é possível resgatar a economia solidária, a partir de empreendimentos cujo elo mais importante seja o interesse pela coletividade (GAIGER, 2005).

Conforme Barth (1998), o aumento dos contatos possibilitado pela modernização, que já foi considerado fator de uniformização e de assimilação, hoje é tomado como um fator que facilita a emergência de identidades particularistas. Ou seja, a globalização, que poderia ser entendida como uma forma de uniformizar culturas, pode mostrar as diferenças culturais entre as nações. Considerando-se a cultura como um processo de contínua transformação, ela deixa de ser um “elemento de definição de grupos para ser considerada uma consequência ou implicação no estabelecimento de fronteiras étnicas que são sociais, simbólicas e mutáveis” (VALENTE, 2006, p. 103).

Barth (1998) afirma que é comum a todos os sistemas sociais poliétnicos adotar o princípio de que a identidade étnica pressupõe uma série de restrições sobre os tipos de papéis que cada indivíduo pode desempenhar, e sobre os parceiros que ele pode escolher para os diferentes tipos de transações. Com isso, ele rompe a perspectiva de se pensar a etnicidade em termos de grupos humanos diferentes, caracterizados por uma história e cultura próprias, e sugere que antes é preciso interrogar-se sobre as razões que levam à emergência de distinções étnicas em uma dada situação, sendo secundário o substrato cultural da etnicidade em relação

ao estabelecimento de fronteiras étnicas entre grupos (VALENTE, 2006). As fronteiras a serem consideradas, então, são as fronteiras sociais.

Além disso, Barth (1998) afirma que na medida em que atores, com o objetivo de interagir com outros, usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e aos outros, eles formam grupos étnicos nesse sentido organizacional. Porém, “as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças *objetivas*, mas somente aquelas que os próprios atores consideram significativas” (BARTH, 1998, p.194).

2.4.1. A formação de associações para benefícios coletivos

Como as ações a serem adotadas por agricultores familiares precisam de investimento, principalmente em tecnologia de produto, processo ou serviço, a cooperação entre os produtores pode ser uma alternativa para superar problemas como a imposição de preços, exigências de bonificações, pequena escala produtiva, inconstância na entrega de produtos.

Por meio das ações coletivas, os produtores também podem trocar informações e compartilhar conhecimentos e experiências. É possível aumentar o poder de barganha, melhorando as negociações com os membros do canal. O nível de renda poderá aumentar, uma vez que é possível agregar valor, facilitar o relacionamento dos produtores com as estruturas de mercado a montante e a jusante de seu estágio de produção e trazer lucros por meio da escala de negociação (MACHADO; SILVA, 2005, p. 129).

Os grupos, ou associações, são formados para oferecer benefícios coletivos, ou seja, que sejam comuns a todos os seus membros, onde nenhum dos seus participantes está excluído dos benefícios proporcionados pelas ações advindas do grupo (GARCIAS, 1999). E, ao tratar da formação de grupos é importante entender o que levam os indivíduos, ou as organizações, a formar grupos, bem como conhecer o comportamento desses indivíduos ou organizações ao participar de um grupo.

Garcias (1999, *apud* Best, 1990), estabelece alguns fundamentos básicos no processo de formação de grupos. Segundo ele, em primeiro lugar, os grupos devem, além de atingir objetivos que resultem em benefícios para o grupo como um todo, atender os interesses individuais que sejam comuns aos participantes do grupo. Um segundo elemento motivador para a criação do grupo é que, por meio dele, é possível atingir objetivos que não poderiam ser alcançados pela iniciativa individual. O terceiro fundamento é que a ação coletiva aumenta o poder de barganha do grupo, o que traz muita vantagem para grupos de pequenos produtores, que não têm produção suficiente para alcançar a escala desejada pelas grandes indústrias e distribuidores, por exemplo.

Outro fator apontado por Garcias (1999), que motiva a formação dos grupos, é a especialização das atividades, que podem ser divididas por cada membro do grupo, com a qual é possível aumentar a eficiência do grupo e promover a permanente troca de conhecimentos e experiências. Um quinto fator é a possibilidade de aproveitamento, de todos os participantes do grupo, dos benefícios dos bens inclusivos, ou seja, aqueles que não têm relação mercadológica, como treinamento, pesquisa, marketing e propaganda, distribuição.

Como exemplos de itens que favorecem a formação dos grupos estratégicos, Garcias (1999) cita:

[...] a capacidade de auto-regulação do grupo; garantia de legitimidade de uma ação coletiva; estímulo ao autodesenvolvimento; aumento da eficiência individual e coletiva das firmas pela especialização e troca de conhecimento e experiência; possibilidade de obter economias de escala e escopo através de atuação integrada; aumento do poder de negociação e redução da incerteza pela ação coletiva; agilidade e flexibilidade de adaptação; inovação e melhoria contínua, entre outros (GARCIAS, 1999, p.78).

Porém, existem assimetrias dentro dos grupos, que podem ser de ganho no mercado, de distribuição dos custos e de informações. Um dos pressupostos para a formação de grupos é a redução da assimetria da informação. Conforme Garcias (1999, p. 85), “a informação é um

bem coletivo fundamental numa aliança estratégica”. E a flexibilidade e a agilidade na divulgação e na resolução dos problemas no interior do grupo são as armas contra a assimetria da informação. A democratização da informação entre os participantes do grupo é uma das ferramentas fundamentais para reduzir a incerteza e o comportamento oportunista.

Assume-se que os indivíduos são oportunistas e que há limites em sua capacidade cognitiva para processar a informação disponível (racionalidade limitada). Por oportunismo entende-se que os indivíduos são considerados fortemente auto-interessados; podendo, se for de seu interesse, mentir, trapacear ou quebrar promessas (AZEVEDO, 2000, p. 36).

Garcias (1999) identifica alguns fatores restritivos na formação de grupos, tais como: a racionalidade limitada e o comportamento oportunista dos agentes; a lentidão no processo de decisão; a dificuldade de harmonizar competitividade e cooperação na produção de bens coletivos exclusivos⁷ e de estabelecer mecanismos adequados de incentivo e controle; a possibilidade de formação de subgrupos de interesse; a tendência de diminuir o tamanho do grupo para a produção dos bens exclusivos; o problema do *free-rider*⁸ no caso da oferta de bens e serviços inclusivos; a complexidade do arranjo organizacional e do sistema de contratos; as limitações de um sistema de comando que é disperso; e as dificuldades de desmembramento de investimentos fixos de grande monta (GARCIAS, 1999).

2.5. O AGRONEGÓCIO CAFÉ NO BRASIL E A AGRICULTURA FAMILIAR

A história do Brasil está muito proximamente interligada com a história do café no país. Em toda a história brasileira, o café sempre foi o maior gerador de riquezas e o produto mais importante no seu desenvolvimento. Desde sua chegada ao Brasil, em 1727, o café foi bem

⁷ Conforme Garcias (1999, *apud* Olson, 1990), bens coletivos exclusivos são aqueles que possuem um valor de demanda total fixo.

⁸ O fenômeno *free-rider* acontece “quando o indivíduo procura receber os benefícios da ação coletiva mas não atende aos princípios e às regras de participação que sustentam a ação coletiva” (Garcias, 1999, p.70)

adaptado aos diversos tipos de climas e solos brasileiros, desde seu primeiro plantio, no Pará, sua posterior adaptação aos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, até se fixar definitivamente, a partir de 1773, na região Sudeste, principalmente em Minas Gerais e São Paulo.

Os primeiros cafezais brasileiros foram descendentes de uma única espécie, *Coffea arabica* cv. Arábica, conhecida também por *Typica*. Aos poucos, as plantações do país, principalmente concentradas no estado de São Paulo, foram se diversificando, quando em 1852, chegaram ao Brasil as sementes do café bourbon vermelho (*C. arabica* cv. Bourbon Vermelho), que o governo brasileiro mandara trazer da ilha de Reunião, no continente africano, por ser uma variedade mais produtiva e de melhor qualidade.

No ano de 1830, o café já era o principal produto da exportação brasileira, ultrapassando o algodão e o açúcar. Em 1845, o Brasil já era responsável por 45% das exportações mundiais desse produto. Com a grande expansão do cultivo, algumas variedades surgiram no país, devido às raras mutações, que naturalmente ocorrem, ou às recombinações de fatores genéticos, a partir de cruzamentos naturais entre cultivares existentes. Assim, no ano de 1871, na região de Botucatu, São Paulo, foi encontrado, pela primeira vez, um cafeeiro com frutos amarelos.

A expansão do produto pelo Brasil foi rápida e com grande amplitude. Durante muitos anos, o principal estado produtor foi São Paulo, período em que o produto enriqueceu muitos fazendeiros, que passaram a se chamar Barões do Café. No ano de 1906, quando a produção brasileira superou os 22 milhões de sacas, foi celebrado o Acordo de Taubaté, que proibia novos plantios em São Paulo, fazendo com que a cultura se expandisse para o Paraná.

A ocorrência de geadas, na década de 1960, no Paraná, que era, então, o maior produtor do país, fez com que o produto se instalasse no estado de Minas Gerais, que é hoje o principal

produtor brasileiro, sendo responsável por mais de 50% da produção nacional (EMBRAPA, 2004).

Hoje, a espécie arábica é cultivada principalmente em Minas Gerais, São Paulo, Paraná, sul do Espírito Santo e Bahia. A espécie robusta, como é adaptada às zonas quentes e úmidas, própria das florestas tropicais de baixa altitude, é plantada, principalmente, no norte do Espírito Santo, sul da Bahia e em Rondônia.

Os agricultores familiares correspondem a 75% dos produtores de café, sendo que, desse total, cerca de 60% referem-se àqueles que produzem em áreas de até cinco hectares. Esse segmento responde por 25% da produção brasileira de café, empregando em torno de 1,8 milhão de pessoas/ano, priorizando os sistemas agroecológicos de produção (NAPOLEÃO, 2005).

Para Coelho (2005) a preocupação social e ambiental da cafeicultura familiar pode ser explicada por uma das diferenças que existem entre as relações de trabalho da produção familiar e da patronal. Ele explica que quando, na agricultura familiar, ocorre uma doença, por exemplo, por intoxicação por agroquímicos, isso não é tratado apenas como uma simples reposição de um fator de produção (mão-de-obra), como acontece na agricultura patronal. “Outros valores circulam nesse contexto”, fazendo com que a saúde do trabalhador e de sua família, as questões de sanidade das plantas e de animais e a perpetuação da qualidade do solo façam parte de “uma outra contabilidade” (COELHO, 2005, p.10).

Para mostrar a importância do segmento familiar na produção de café no país, o autor realizou um estudo comparativo entre as produções familiares e patronais. A partir da comparação do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária entre esses produtores, o autor concluiu que existe uma superioridade produtiva das unidades patronais de produção que não é um dado absoluto, mas relativo aos financiamentos públicos. Isso porque, utilizando os dados do Censo Agropecuário 1995-1996, percebeu que os agricultores familiares, que eram

85,2% das unidades produtivas no Brasil e que ocupavam 30,5% da área, receberam apenas 25,3% dos R\$ 3,7 bilhões do financiamento do governo federal, enquanto a agricultura patronal, que ocupava, naquele período, 67,9% da área e que representava 11,4% dos estabelecimentos agropecuários, recebeu 75% dos mesmos financiamentos e produziu 61% do VBP. Além disso, Coelho (2005, p.11) dividiu o VBP dos produtores patronais pela área ocupada pelos mesmos, concluindo que o rendimento por área, entre os familiares, é mais intenso.

2.5.1. Segmentação de mercado

O Brasil ocupa ainda hoje a posição de maior produtor e exportador de café, porém, vem perdendo sua participação no mercado mundial, passando dos 80% de participação nas exportações do início do século, para os atuais 25% (VEGRO, 2007). Esse declínio tem como causas, conforme o autor, os preços elevados mantidos artificialmente pelo país no mercado durante anos, o que beneficiou a expansão da área cultivada de outros países; a falta de qualidade do produto nacional; e as estratégias de marketing mais eficientes dos países concorrentes ao Brasil, que conquistou com maior rapidez a preferência dos consumidores.

Apesar de ter, ainda hoje, como principal produto de exportação o café tipo *commoditie*, os agentes do sistema produtivo do café têm procurado se ajustar à essa nova realidade do mercado, já que novos países têm entrado no rol de produtores mundiais e aumentado sua produção a taxas geométricas, como os países da Ásia, que tiveram um incremento anual de produção de 3,84% de 1961 a 2003, enquanto que o Brasil teve incremento de 2,3% ao ano no período 1974/2004. Conforme Vegro (2007), uma estratégia empresarial para a busca de mercado é a de diferenciar o café, segmentando o mercado e procurando abastecê-lo com um produto de qualidade. Em contraposição ao mercado de massa, onde o vendedor busca produzir, distribuir e promover seu produto para todos os compradores, a segmentação de

mercado busca direcionar o esforço de venda para consumidores previamente identificados a partir de suas preferências, poder de compra, localização geográfica, atitudes e hábitos de compra similares.

O termo nicho de mercado é utilizado, por profissionais de marketing, para definir uma forma mais segmentada de comercializar o produto. Segundo Kotler (2000, p. 279), um nicho “é um grupo definido mais estritamente, um mercado pequeno cujas necessidades não estão sendo totalmente satisfeitas”. Ele explica que os empresários que participam desses mercados conhecem muito bem as necessidades de seus clientes, que, por seu lado, conhecendo as vantagens e os benefícios dos produtos, concordam em pagar um preço maior por ele.

Esse mercado é buscado especialmente por pequenas empresas que desejam ampliar sua participação, evitando competição direta com grandes concorrentes. Como alternativa, essas empresas identificam e atendem a um segmento específico, ou um nicho, de um mercado maior. Kotler (2000, p. 280, *apud* LINNEMAN; STANTON, 1991) acredita que “as oportunidades estão nos nichos e que as empresas terão que encontrá-los ou se arriscarão a ficar fora do mercado”.

No caso do mercado de café, novos hábitos dos consumidores de todo o mundo vêm trazendo mudanças importantes (LEITE, 2005). Os impactos trazidos com as exigências pela qualidade do consumidor dos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, resultaram nos cafés *gourmet*, orgânico, com diferentes *flavors* (sabores), com origem definida, espressos ou descafeinados e despertou a consciência ecológica e a responsabilidade social dos produtores.

Apesar de ainda pouco aproveitadas pelos produtores, o Brasil possui, para Caixeta (2001), grandes perspectivas de produção de cafés especiais, pois nenhum país concorrente tem o acervo tecnológico do Brasil. Além disso, hoje não se fala mais do café do Brasil, mas dos cafés do Brasil, porque o país produz diversas texturas, sabores e aromas em seu café. Por isso, Caixeta (2001) acredita que o país tem grande potencial junto a esse mercado em

crescimento, conquistando nichos de mercado, desde que o país mostre, divulgue e ofereça o produto brasileiro de maneira que as pessoas o conheçam.

Para a autora, a forma de acelerar o processo de mudanças é definindo melhor os canais de comercialização, dando ênfase à qualidade e segmentando o mercado. Além disso, o marketing deve ser um processo de constituição sólida e não apenas promocional, que é apenas uma das vertentes da estratégia de marketing. “Precisamos agregar ao nosso produto valores relativos à tecnologia, à pesquisa e promover ações de marketing para mostrar ao mundo que temos condições de oferecer os melhores cafés. Este ganho de motivação para qualidade é fundamental” (CAIXETA, 2001, p. 17).

Para Mello (2001), o Brasil possui várias regiões com condições favoráveis à produção de cafés de boa qualidade, mesmo quando esses cafés são preparados em terreiros e nos modos mais usuais de cuidado da cultura. Dessas regiões, as mais conhecidas são as de cafés do Cerrado, abrangendo as regiões de Minas Gerais, Goiás, Bahia e São Paulo. O autor também cita como exemplos de cafés de qualidade os cultivados em regiões de montanha, que são colhidos em época correta e com secagem cuidadosa; e os produzidos em regiões de umidade elevada, que pode ser uma boa opção para o preparo do café conhecido como *cereja descascado*.

Mello (2001, p. 567) cita ainda que “para os produtores de cafés especiais existem ainda outras nuances, como o uso de variedades próprias, tidas como *bouquets* característicos, como é o caso do Bourbon, a produção de cafés orgânicos e outros”.

2.5.2. A produção de orgânicos

Um nicho muito peculiar de cafés especiais é o dos cafés orgânicos. É esse o segmento de mercado que mais cresce no mundo, chegando a uma taxa anual de crescimento de 500% (LEITE; SILVA, 2000). No Brasil, embora ainda pequeno, o mercado cresce anualmente

cerca de 10%. Muito apreciado por consumidores de países como Estados Unidos, Alemanha, Países Baixos, Suíça, França, Austrália e Japão, o café orgânico é produzido principalmente por: Brasil, Costa Rica, Peru, México, Guatemala, Nicarágua, El Salvador e Colômbia (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

O mercado de café orgânico é predominantemente constituído por consumidores preocupados com questões ligadas à saúde e tem, nos últimos anos, tido adesão de um público preocupado também com as questões social e ambiental. Nos países desenvolvidos, a imagem do chamado *comércio ético* (*fair trade*) vem sendo cada vez mais associada a uma agricultura sustentável e ecológica.

A definição de agricultura orgânica é complexa. Em princípio, ela é considerada um tipo de agricultura não-convencional, ou seja, uma *agricultura alternativa*, como também o são a agricultura biológica, a ecológica, a natural, a regenerativa, a sustentável e a biodinâmica. Porém, cada qual possui suas particularidades que a diferem das demais. O termo *agricultura alternativa* é utilizado para diferenciar da agricultura convencional, também conhecida como tradicional, moderna, contemporânea, química ou industrial, denominação dada ao tipo de agricultura utilizada predominantemente em todo o mundo a partir da Revolução Verde. Neste modelo, o uso intensivo de insumos agrícolas, máquinas, equipamentos e tecnologias são incentivados na busca de uma agricultura com níveis de produção e produtividade altíssimos, porém com raríssima preocupação com o meio ambiente e a sanidade dos consumidores e dos trabalhadores rurais. Nesse contexto, os diferentes aspectos da produção são vistos de forma isolada. Por exemplo, o surgimento de uma determinada praga é sanado pelo seu extermínio por completo, via aplicação de agrotóxicos (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

Já as várias correntes da agricultura alternativa, como a orgânica, priorizam o “enfoque sistêmico, no qual cada unidade rural produtiva é entendida como um sistema complexo, dinâmico e integrado. Trata-se, portanto, de uma abordagem holística, que considera as

múltiplas interações da natureza para a racionalização dos métodos de produção agropecuária” (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002, p. 8). Nesse tipo de agricultura, que é fundamentada em princípios ecológicos e na conservação dos recursos naturais, a diversificação de espécies é maior, verificando-se uma nítida redução da incidência de fitoparasitas, quando comparada a sistemas monoculturais, devido à maior abundância e diversidade de inimigos naturais.

Análise da agricultura orgânica realizada pela Organização Internacional do Café conclui que existem três níveis de definição: científico-filosófico, técnico-agronômico e econômico⁹.

A base científico-filosófica da agricultura orgânica teve início nos anos 1930, a partir da difusão do conhecimento das ciências naturais e também pela reação à tendência mecanicista e industrial de produção agropecuária. Ela teve como princípios os seguintes pontos:

- a) o solo não é um substrato inerte, mas o *habitat* de múltiplos organismos e microorganismos, que funcionam como agentes transformadores dos nutrientes, tornando-os solúveis e disponíveis às plantas;
- b) o desequilíbrio nutricional das plantas reduz suas defesas, propiciando o aparecimento de pragas e doenças;
- c) fertilizantes de origem mineral devem ser evitados, por sua natureza inerte;
- d) as plantações devem formar um *todo orgânico*, alcançando, assim, auto-suficiência.

A partir da definição técnico-agronômica, busca-se analisar os “métodos utilizados na seleção de sementes, germinação, preparo e manutenção dos solos, plantio, proteção fitossanitária, fertilização e, no caso do café, processamento e armazenamento” (ANÁLISE..., 2002, p.8).

⁹ Texto adaptado de “Análise agroeconômica do café cultivado organicamente ou café orgânico”, da OIC, Londres, 1997, 19p.

No nível econômico, procuram-se estratégias de produção e de comercialização orgânica que se adaptem às várias regiões e países. Como, por exemplo, nos países de tradição anglo-saxônica, o termo orgânico refere-se a uma visão holística, mas mecanicista do mundo, já os países de língua francesa preferem enfatizar o caráter vivo dos fenômenos agrônômicos. Quanto à comercialização, os países da Europa Ocidental e América do Norte procuram “reduzir o excesso de intermediários, para que haja uma relação direta, mais sociável e humana, entre produtores e consumidores” (ANÁLISE..., 2002, p.8).

2.5.3. Certificação de origem

Para Leite; Silva (2000, p. 62), “os cafés especiais são aqueles que apresentam origem definida, não só de país mas de local de produção, a fazenda ou a região”. Essa regionalização também associa o produto ao material genético tradicionalmente utilizado na região, ao clima e ao ecossistema, ao solo e à topografia, aos tratos culturais e às práticas de beneficiamento e de armazenamento locais. A qualidade da bebida é altamente influenciada, ainda, pelo manejo de pós-colheita.

Um dos critérios utilizado mundialmente na busca de diferenciação de produtos agroindustriais é, segundo Luna (2001), aquele baseado nas características geográficas das regiões produtoras.

A utilização da denominação de origem pode estabelecer diferenciais para produções aparentemente iguais, pois padroniza a produção, considerando aspectos relacionados às características ambientais da região. Verifica-se que os produtos passam a ter uma característica única e inimitável, completamente diferenciada de outras regiões produtoras da mesma cultura. A concessão de uma denominação de origem pode amparar o grupo de produtores, requerendo uma rígida disciplina na produção e comercialização dos produtos e dando mais uma garantia aos consumidores (LUNA, 2001, p. 2).

No mercado internacional as regras para o estabelecimento da origem das mercadorias seguem a Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros, mais conhecida como convenção de Kyoto, adotada em 18 de maio de 1973 e que entrou em vigor em 25 de setembro de 1974 a fim de diminuir as divergências existentes entre os procedimentos aduaneiros adotados por diferentes países que pudessem dificultar o comércio internacional. Com isso, as normas contidas no acordo estão orientadas a alcançar alto grau de simplificação e harmonização dos regimes aduaneiros em nível mundial.

A partir de revisão realizada na Convenção em 1999, esta passou a conter anexos específicos, entre os quais o anexo K, que contém disposições relacionadas à origem das mercadorias e está dividido em três capítulos (BRASIL, 2004):

- 1) regras de origem: que estabelecem quais as práticas recomendadas para mercadorias totalmente obtidas, transformação substancial, país de origem das mercadorias, regras de transporte direto;
- 2) prova documental de origem: que estabelece as regras para Certificado de Origem, certificado de denominação regional, declaração certificada de origem, declaração de origem, autoridades ou organismos habilitados para emitir certificados e sanções;
- 3) controle das provas documentais de origem: que estabelece as práticas recomendadas para estabelecimento da autenticidade e exatidão das provas documentais de origem, solicitação de informações pelas autoridades aduaneiras, desembaraço de mercadorias sujeitas ao controle de origem.

O Certificado de Origem estabelecido para o café foi criado pela Organização Internacional do Café (OIC), “a principal entidade internacional para a promoção do café, congrega países produtores e consumidores a fim de enfrentar os desafios do setor cafeeiro mundial através da cooperação internacional” (BRASIL, 2004, p. 117).

Entre os principais objetivos da OIC, estão: habilitar representantes governamentais a compartilhar visões e coordenar políticas e prioridades; aprimorar a qualidade do café em todo o mundo; incrementar o consumo mundial de café; encorajar a economia cafeeira sustentável e ambiental; e prover informação objetiva e compreensiva do mercado mundial do café.

O Brasil é membro da OIC e assinou a Convenção Internacional do Café de 2001. No país, as entidades autorizadas a emitir a Certificação de Origem autorizada pela Organização Internacional do Café (OIC) são:

- a) Conselho dos Exportadores de Café Verde do Brasil (CECAFÉ) e Conselho Nacional do Café (CNC), para amparar as exportações brasileiras de café em grão;
- b) Associação Brasileira da Indústria do Café Solúvel (ABICS), que ampara as exportações brasileiras de café solúvel;
- c) Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), para amparar as exportações brasileiras de café torrado e moído;
- d) As entidades de classe regionais, como: Associação Comercial de Santos e Centros do Comércio de Café do Rio de Janeiro, de Vitória (ES), de Minas Gerais, de Paranaguá (PR), da Bahia e do Norte do Paraná.

A Certificação de Origem da OIC deve ser emitida para amparar toda exportação ou re-exportação de café, por entidades autorizadas pelos membros, segundo as normas do *Regulamento de Estatística, Regulamento para Aplicação de um Sistema de Certificação de Origem*.

Apenas o estado de Minas Gerais, que é o líder mundial na produção cafeeira, respondendo por cerca de 50% da safra brasileira (LUNA, 2001) possui legislação para certificação da origem do café. Para isso, o governo de Minas Gerais criou o Programa Mineiro de Incentivo à Certificação do Café (CERTICAFÉ). Para estabelecer as regiões, o

Estado foi dividido em quatro regiões produtoras: Cerrado de Minas, Jequitinhonha de Minas, Montanhas de Minas e Sul de Minas.

2.6. MÉTODO

As metodologias utilizadas nos estudos em agronegócios são as mais diversas e resultam dos diferentes objetivos pretendidos (SILVA; BATALHA, 1999). Esses estudos envolvem uma multiplicidade de questões relacionadas aos recursos físicos, financeiros e humanos, fazendo com que adquiram um caráter próprio, o que impede uma recomendação universal de opção metodológica para a busca de informações.

A presente pesquisa, a partir da perspectiva teórica adotada, já apresentada neste Capítulo, buscou apoiar-se no ferramental metodológico existente nos campos do conhecimento da Sociologia, Antropologia e Agronegócio.

De Favareto (2007, p.16), depreende-se o que está na base de toda a tradição da sociologia da ciência, que é que

[...] a validade das idéias científicas não resulta somente do movimento cumulativo derivado de seu teste e aperfeiçoamento lógico e prático, mas também, e talvez sobretudo, das visões que presidem o olhar dos pesquisadores e dos processos sociais, internos e externos aos domínios do campo científico. Visões que condicionam os lugares estabelecidos das idéias e também de seus portadores ou a totalidade na qual elas se inserem [...] Pôr em marcha o exame de categorias específicas do pensamento científico não deveria ser, portanto, somente uma tarefa epistemológica, mas também histórica e sociológica.

Com isso, a presente pesquisa traz a nossa visão com relação ao objeto estudado, a partir dos dados objetivos da realidade e tendo como base a visão dos atores dos acontecimentos vividos por eles, estando envolvidos em um cenário social específico.

Este estudo se apoiou, ainda, nas linhas condutoras estabelecidas pela pesquisa antropológica a partir do início do século XX: a exigência do trabalho de campo e o estudo de caso (VALENTE, 2003). Sendo assim, é caracterizada pelo estudo de caso único como recurso metodológico. Lazzarini (1997) sugere o uso de estudos de caso para pesquisas de fenômenos sociais complexos, nas quais se pressupõe maior nível de detalhamento das relações entre os indivíduos e dentro das organizações e entre elas, bem como suas interações com o ambiente externo.

Este trabalho de pesquisa foi realizado no período de março de 2006 a dezembro de 2007. Alguns dados coletados na região pesquisada no período de realização dessa pesquisa fazem parte de um dos planos de ação que compõem o projeto *Implementação de cafeicultura orgânica para agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás*, que está sendo desenvolvido por pesquisadores do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café). Esse projeto está incluído no Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), e começou a ser executado em janeiro de 2007.

O estudo foi iniciado pelo levantamento histórico da região nordeste do estado de Goiás, por meio da revisão da literatura em livros, documentos diversos, páginas oficiais de órgãos governamentais na Internet, estudos e pesquisas realizadas sobre o tema e a região. Esse levantamento foi feito levando-se em consideração que a história, conforme Halbwachs (1990), é a compilação dos fatos que ocuparam o maior espaço na memória dos homens e que, ao serem lidos em livros e ensinados nas escolas, esses acontecimentos passados são escolhidos e classificados conforme as necessidades ou regras.

Considerando-se que a história começa somente no ponto onde acaba a tradição (HALBWACHS, 1990), a presente pesquisa buscou resgatar os hábitos, costumes e tradições existentes no município, e que estão contidas na memória de seus habitantes. Essa pesquisa

foi feita por meio de entrevistas individuais, realizadas durante visitas às propriedades de cada agricultor. Isso porque, conforme Giddens (1997, p. 8), no contexto mundial atual, em que a globalização tomou conta das relações econômicas, políticas e sociais, “as tradições precisam se defender, pois estão sempre sendo contestadas”.

As principais técnicas de coleta de informações adotadas foram a observação, as conversas informais e as entrevistas semi-estruturadas. A estratégia de ação inicial foi, a partir da observação, conhecer o cotidiano da comunidade, os problemas enfrentados na área estudada e os interesses demonstrados por seus habitantes para a resolução de seus problemas. Com isso, a pesquisa transcorreu durante o ano de 2006, tendo como complementação às visitas às propriedades, a realização de reuniões entre os membros da comunidade e representantes de órgãos públicos, entre eles a Embrapa.

Durante esse período, foram promovidos encontros com representantes da prefeitura, câmara legislativa e secretarias municipais, organismos públicos, além de empresários, comerciantes e líderes comunitários locais. Esses encontros possibilitaram conhecer melhor as microregiões nas quais se subdividem, informalmente, o município e estabelecer o número de produtores a serem entrevistados em cada uma delas.

A coleta de dados relativos à região e seus habitantes também contou com a colaboração de alunos da disciplina de Extensão Rural do primeiro semestre de 2006, do curso de graduação da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília. Os alunos permaneceram na comunidade durante 3 (três) dias observando o local e colhendo informações, que nos foram repassadas por meio de relatórios, que expressaram suas percepções acerca da região.

A partir das informações coletadas, foi elaborado o questionário, contendo perguntas que permitiam respostas fechadas e abertas, para levantamento de dados quantitativos e qualitativos. Isso porque, segundo Valente (2003, *apud* Malinowski, 1976), o pesquisador,

mesmo no relacionamento natural, deve aplicar métodos de coleta, manipulação e registro da evidência. Para Mendonça (2003), os estudos qualitativos compreendem a pesquisa exploratória, que visa, basicamente, a formulação e/ou sistematização de objetos desconhecidos, e a pesquisa descritiva, que busca elucidar e/ou detalhar e ampliar o conhecimento sobre objetos parcialmente conhecidos.

A revisão da literatura disponível e os relatos dos moradores permitiram reunir informações suficientes para montar um histórico passado remoto e recente do município, especialmente os relativos à origem da região e da cultura do café. Esses relatos foram colhidos por meio de entrevistas com 28 (vinte e oito) famílias, sendo 7 (sete) da região do Sertão, 13 (treze) do vale do rio São Miguel e 8 (oito) da região entre a cidade de Alto Paraíso e a de São João D'Aliança.

As entrevistas semi-estruturadas são definidas por Triviños (1990, p.146) como “aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas dos informantes”. Ela se caracteriza, segundo Duarte (2004, p.116) “por apresentar um certo grau de estruturação inicial, mas ser flexível e adaptável à seqüência de respostas do entrevistado, garantindo que a fonte, e não o entrevistador, conduza a questão tratada para seus aspectos mais relevantes”.

Os questionários foram elaborados para serem utilizados como um roteiro, como forma de orientar as entrevistas informais. As entrevistas foram gravadas por nós em gravador, nos formatos cassete e MP3, sob autorização dos entrevistados. Para a aplicação dos questionários, permanecemos no município durante duas semanas, período em que visitamos cada propriedade onde era possível a passagem do veículo de passeio utilizado. A cada dia foram percorridos cerca de 70 a 90 quilômetros, sempre de carro ou à pé. Quando necessário, o carro era deixado na estrada, e o restante da trajetória era percorrida a pé, de forma a que

fossem alcançadas as propriedades cujo acesso ao carro era impossibilitado, devido a precariedade das estradas.

As visitas às propriedades e a participação nos encontros foram registrados por fotografias, algumas das quais ilustrarão o final deste trabalho.

Para garantir o anonimato das famílias e dos entrevistados, citamos os nomes apenas das pessoas cujas referências foram feitas em textos de outros autores ou das pessoas cuja indicação no texto revela sua identidade.

3. A HISTÓRIA DO NORDESTE GOIANO

O singular refere-se à escala adotada pelo pesquisador para realizar a abordagem da realidade humana: uma cidade, uma região, um país, um continente, etc. O singular é manifestação, no espaço convencional, de como leis gerais universais operam dando-lhe uma configuração específica (ALVES, 2003, p. 28).

A abordagem da realidade de um território, a partir da escala adotada pelo pesquisador, parte da análise de quais circunstâncias levaram a essa realidade atual e das relações existentes, desde os seus primórdios, entre o homem e a natureza, bem como da transformação do espaço que ocorreu com essa ação (LEFEBVRE, 2000). Segundo Rafestin (1993) ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa o espaço¹⁰. E nessa perspectiva, para o estudo da territorialização do espaço na região que abrange as áreas limítrofes ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, é preciso buscar na história a evolução das relações do homem com o seu espaço, com a produção desenvolvida nesse espaço e com a organização social dominante.

3.1 As bandeiras e a colonização de Goiás

O processo sócio-cultural que resultou no estabelecimento da capitania de Goiás integra a história de ocupação do interior do Brasil, quando, nos séculos XVI e XVII, jesuítas, viajantes e bandeirantes contataram os grupos indígenas locais. Enquanto os jesuítas tinham o suposto objetivo de catequização dos indígenas, os bandeirantes buscavam capturar índios para trabalhos forçados e para indicação da presença de riquezas como pedras e metais preciosos (ATTUCH, 2006, p.15).

¹⁰ Cruz (2005), Tibúrcio (2006) e Silva (2007), sob a mesma orientação, partem de igual perspectiva.

Quatro foram as etapas de intervenção e ocupação dos cerrados, cada uma delas associada à exploração econômica dos recursos ambientais: a captura e escravização indígena; a lavra de minerais preciosos, a partir do emprego da mão-de-obra de escravos africanos; a fazenda policultural pecuarista ultra-extensiva; e a agricultura de áreas de cerrado (ALBUQUERQUE, 1998). Porém, na região da Chapada dos Veadeiros, em virtude de sua excepcionalidade ambiental, uma outra forma de intervenção foi desenvolvida nos últimos anos, a do ecoturismo.

A região de Goiás foi desbravada pelos bandeirantes desde o início da colonização brasileira, mas seu povoamento só se deu com a descoberta das minas de ouro no século XVIII. As bandeiras, como foram chamados os deslocamentos de desbravadores pelo interior do país, saíam de São Paulo em busca de índios, cada vez mais escassos e, com frequência, chegavam ao extremo norte de Goiás, na região do Estreito. De início, as expedições seguiam em canoas o curso dos rios: Paranaíba-Tocantins-Araguaia, até voltar pelo Tietê a São Paulo. A viagem podia durar anos (PALACÍN; MORAES, 1989).

O desbravador de Goiás foi Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido por Anhangüera, cuja bandeira saiu de São Paulo em 3 de julho de 1722, retornando dessa primeira viagem em 1725, após ter descoberto várias minas de ouro, em regiões com ótimo clima e de fácil acesso. O povoamento de Goiás iniciou-se nesse período. Nos vinte primeiros anos da mineração, quase todo o território foi percorrido e vasculhado pelas bandeiras à busca de novas jazidas, porém as populações só se fixaram onde foi achado ouro (PALACÍN; MORAES, 1989).

Três zonas foram povoadas de forma irregular e instável durante o século XVIII com relativa densidade: uma zona no centro-sul - Santa Cruz, Santa Luzia (Luziânia), Meia Ponte (Pirenópolis) principal centro de comunicações, Jaraguá, Vila Boa, entre outros arraiais. A segunda zona era na *Região do Tocantins*, no alto do rio Tocantins ou Maranhão - Traíras,

Água Quente, São José (Niquelândia), Santa Rita, Muquem e outros. Entre o Tocantins e os chapadões encontravam algumas povoações dispersas - Arraias, São Félix, Cavalcante, Natividade, Porto Real (Porto Nacional), que era o arraial mais setentrional.

A ilustração constante no Anexo A mostra a divisão da capitania em julgados e arraiais. A área do Julgado de Cavalcanti corresponde à região em que hoje se encontra o município de Alto Paraíso de Goiás.

Durante os primeiros cinquenta anos, todos os esforços de capital e de mão-de-obra, inclusive de escravos, se concentraram na mineração, o que explica o pouco desenvolvimento da lavoura e da pecuária em Goiás naqueles anos.

Com relação à mineração, Palacín; Moraes (1989) explica que dois tipos de jazidas auríferas foram explorados no Brasil:

- 1) A *mineração de morro*, praticada por meio de túneis e galerias (mineração de mina), ou cortando a montanha perpendicularmente (talho aberto).
- 2) As jazidas sedimentares eram exploradas pela chamada *mineração de cascalho*, onde o ouro, levado pelas chuvas, fica depositado no cascalho, no fundo das correntes de água, como córregos e rios. O trabalho do mineiro é o de retirar o cascalho e peneirá-lo, para que o ouro, mais pesado que a areia, fique depositado no fundo. Esse tipo de mineração, mais simples, foi quase a única que foi praticada em Goiás. Por isso, os arraiais eram instalados sempre próximos aos rios.

Goiás foi o segundo produtor de ouro do Brasil no século XVIII. No auge de sua produção, na década de 1750, a média de ouro extraída na jazidas de Goiás era de 25.000 quilos por ano (ATTUCH, 2006). Nos primeiros anos da mineração, foi grande o número de mineiros que foram para lá levando seus escravos. As distâncias dos centros consumidores, como Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo, eram muito grandes e, portanto, o preço das mercadorias importadas dessas regiões, muito alto. O período de exploração do ouro em

Goiás foi curto, “a mineração foi um negócio próspero até 1750, um empreendimento arriscado, mas ainda rendoso entre 1750 e 1770, e um negócio ruinoso depois dessa data” (PALACÍN; MORAES, 1989, p. 22).

Os negros estiveram presentes na história de Goiás desde seus primórdios, colaborando na formação étnica e na evolução sócio-econômica e cultural do estado (BAIOCCHI, 1983). Durante as incursões das bandeiras, foi o negro que possibilitou a colonização do vasto território goiano. Enquanto os bandeirantes seguiam sozinhos, sem suas famílias, os negros eram levados nas expedições, com mulheres e filhos, e eram utilizados como exploradores de minérios, lavradores, militares (para perseguição de índios fugidos e no combate aos índios selvagens). Mas, de acordo com Baiocchi (1983, p.18), “a tarefa principal do negro nas bandeiras foi sua ação que possibilitou a fixação no solo. Assegurada a conquista de novas terras, competia ao negro trabalhá-la, plantar e colher o alimento necessário à manutenção de todos”. A inexistência de mulheres brancas no Planalto Central incentivou, nos séculos XVIII e XIX, a intensa miscigenação, já que os proprietários das minas, homens brancos, uniam-se às índias e negras.

O fim da atividade mineradora em Goiás fez com que os ricos senhores migrassem para outras regiões do Brasil onde a extração do ouro era mais viável. Os que permaneceram na região passaram a se dedicar à pecuária, que requeria menor número de escravos, e à lavoura, utilizada, no início, apenas para a subsistência. Os escravos da região passaram a ter menor valor no comércio, já que os senhores já não tinham mais como pagar os altos preços antes cobrados. Essa diminuição no preço possibilitou a muitos escravos comprar as suas próprias cartas de alforria, bem como para seus parentes, a partir do trabalho que já era feito na lavoura em forma de parcerias que, conforme Attuch (*apud* BAIOCCHI, 1983), era o sistema mais comum no estado de Goiás,

[...] de acordo com o qual o trabalhador explora ouro, semeia a terra e colhe os frutos, cuida do gado ou processa a cana colhida nos engenhos, tendo uma

porcentagem do produto obtido dada ao dono da mina, da terra ou do gado. Este trabalhador não recebe remuneração por sua mão-de-obra e de sua produção sempre é subtraída uma determinada quantia destinada ao proprietário dos meios de produção (ATTUCH, 2006, p.16).

A agricultura foi se desenvolvendo em Goiás e as lavouras plantadas passaram a ser produto de exportação no início do século XIX, principalmente com o algodão e o café extrapolando as fronteiras do país. A primeira referência ao cultivo do café no Estado, conforme Baiocchi (1983), data de 1804, quando D. Francisco de Assis Mascarenhas, então governador de Goiás, passou a incentivar o cultivo agrícola em grande escala, deixando para trás a *febre do ouro*. No plantio diversificado empregavam-se técnicas rudimentares: “na lavoura adotavam o sistema de coivara, herdado do índio. As florestas eram queimadas, e semeava-se sob as cinzas. Plantavam milho, mandioca, cana, algodão, café, tabaco, feijão e legumes” (BAIOCCHI, 1983, p.35).

Ao sair do período da mineração, a região tentou se desenvolver com a agricultura e, principalmente, a pecuária extensiva. Documento escrito em 1836, pelo então Governador das Armas do estado de Goiás, Raimundo José da Cunha Matos faz relatos sobre a região e a agricultura desenvolvida ali. Naquela época, o primeiro mapa da Capitania de Goiás, elaborado por Tossi Colombiana, em 1750, dava o nome de Chapada de Cavalcante à região hoje denominada Chapada dos Veadeiros (ALBUQUERQUE, 1998):

[...] Logo que se chega ao alto da serra continua a estrada pelo meio de elevadíssimas montanhas, que aqui formão hum desfiladeiro em zig-zag, até subir ao Chapadão de Cavalcante. Este território em que vou entrando parece outro Mundo; o ar he muito mais frio, e a atmosphera muito mais clara. Os moradores deste lugar cultivão vários gêneros de alimentos [...] (CUNHA MATOS, 1836, p. 204, 207).

Nesse relato, feito no ano de 1824, em que foi realizada a expedição, o autor demonstra o miserável estado em que se encontrava a Província de Goiás que “em outro tempo foi muito mais rica em ouro, e em edificios, e mais povoada de escravos, e talvez de homens livres,

principalmente os de cor branca [...]” (CUNHA MATOS, 1836, p. 206). Sua narrativa mostra a existência de vários “sítios”¹¹ ao longo da passagem da expedição, porém afirma que a agricultura achava-se em abandono.

Cunha Matos também faz referência ao povo da região:

He tão grande a repugnância que a gente destes lugares mostra à agricultura, que apenas cultivão quanto julgão necessário para não morrerem de fome. As vistas de todo o povo estão postas na mineração; e apesar da experiência lhes mostrar que a extracção do ouro he de difficuldade insuperável aos fracos meios dos habitantes, assim mesmo esperão descobrir tesouros encantados. O Padre Vigário de Trahiras, homem instruído e muito abastado, disse-me centos de vezes diante dos seus patrícios e paroquianos, que se os habitantes de seu districto tivessem tanto trabalho na criação de galinhas, porcos e bois, como na cultura do milho, feijão e mandioca, não haveria huma ave ou huma rez para vender e comprar. A preguiça he extremamente grande; a falta de provisões he enorme, e muita gente ha que vende alguns gêneros comestíveis para acudir a outras maiores necessidades, ficando muitas vezes sem terem hum grão de milho ou de farinha para se alimentarem. O povo espera da providência, e muitos indivíduos existem que durante a maior parte da sua vida alimentão-se de fructos silvestres, palmitos e guarirobas, e alguma caça que apanhão em armadilhas, ou matão a espingarda [sic] (CUNHA MATOS, 1836, p. 207/208).

Goiás experimentou um longo período de estagnação e até mesmo de regressão econômica. Não há muitas informações disponíveis a esse respeito (VALENTE, 2007), o que levaria a crer que as iniciativas governamentais de estímulo à produção agrícola não resultaram em maior impacto no Estado. Entretanto, por ser uma população de tradição agrícola, no final do século XIX, quando a mineração deixou de ser um negócio rentável, passou-se a cultivar alimentos.

No fim do século XVIII e início do século XIX, com o declínio da exploração de ouro, os fazendeiros que haviam se enriquecido com a fase econômica aurífera e que permaneceram, passaram a investir com mais

¹¹ Conforme o Dicionário Aurélio, um sítio é um estabelecimento agrícola de pequena lavoura (AURÉLIO, 2008).

intensidade nas atividades pecuárias e agrícolas. O gado fornecia carne, couro, leite e meio de transporte, enquanto a agricultura focava seus esforços no cultivo de algodão e café (ATTUCH, 2006, p.26).

Nesse momento, a produção do trigo e do café em Alto Paraíso percorreram trajetórias diferentes. A produção de trigo foi uma das mais importantes para a economia local durante um período de tempo e depois foi interrompida de forma radical. A produção de café, apesar de ter sido importante, já que era usada para troca por mercadorias de valor pelos agricultores, nunca foi significativa. Mas o produto continua a ser utilizado ainda hoje para o consumo dos seus habitantes e dos visitantes, do mesmo modo como era feito por seus antepassados.

Udry (2007) registra a existência do trigo veadeiro na região desde 1862, ano em que o trigo, conforme a autora, atingiu uma safra recorde, mandando para o porto do Rio de Janeiro vinte toneladas para exportação. E essa produtividade mantinha-se expressiva, mesmo com alguns fatores negativos, como variações climáticas e de mercado.

O botânico Ernesto Ule, participante da Missão Cruls, que foi enviada ao Planalto Central no ano de 1892 para delimitar a área da Capital Federal, e que percorreu a região durante sete meses, registrou assim o que viu:

Entre o vale do Paranã e do Tocantinzinho existe uma chapada designada nos mapas de Chapada dos Veadeiros [...] a viagem foi boa e transpusemos chapadões extensos, às vezes de altitudes superiores a 1.300 metros. No quinto dia avistamos alguns cumes [...] atravessamos [...] o Rio Tocantins, 900 metros do nível do mar. [...] descemos outro vale, e chegamos a uma localidade denominada 'Paraíso' onde passamos o dia seguinte [...] cada vez alargava-se mais adiante de nós a soberba paisagem, imponente pelo seu caráter grandioso [...] partindo destes, em direção ao norte, se estende uma cadeia chamada 'Chapada dos Veadeiros', até a vista ser interrompida por uma paragem montanhosa. [...] depois de algumas horas de viagem, chegamos à entrada de um vale, onde há uns estabelecimentos rurais e nos foi oferecido um rancho para nossas acomodações. Neste vale corre o Passa-Tempo pertencente do sistema fluvial do Paranã. O vale penetra profundamente na serra que por aí se estende. Conquanto que sua altitude de

1.200 metros acima do mar modere o clima, todas plantas tropicais aí prosperam sobretudo bananas, canas, mandioca, café, etc., porém considero o fato da cultura de trigo que na região superior do Tocantins medra otimamente. Se, infelizmente, é diminuto, atribuído isto é à dificuldade da venda, ao estado um tanto primitivo dos aparelhos de moenda e à conseqüente cor escura da respectiva farinha (UDRY, 2007, p. 176).

3.2 A ocupação com a abertura da fronteira agrícola para o Norte

Após a depressão de 1930, o processo de ocupação de Goiás seguiu os interesses do governo federal de voltar a economia do país *para dentro*, em locais onde existiam terras férteis, florestas ainda preservadas e grande extensão de pastagens naturais. Para isso, o governo lançou o programa *Marcha para o Oeste*, que tinha por objetivo estimular a produção econômica no interior do país, devido à crise de abastecimento alimentar nos grandes centros urbanos ocorrida no período pós-guerra, agravada pelas crises do café, e pelo interesse de diminuir as importações e substituir os produtos importados pela produção nacional (CRUZ, 2005). Para isso, era preciso que houvesse a melhoria da infra-estrutura de transportes em estados como Mato Grosso e Goiás, até aquele momento esquecidos pelo governo federal, com a ampliação das malhas viárias tanto terrestre quanto aérea.

Nesse período, o Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues comandou expedição, iniciada em 1935, que percorreu, por terra, do Rio de Janeiro até Belém, desbravando o interior do país a fim de implantar campos de pouso para aviões do Correio Aéreo Nacional (CAN) (CAMBESES Jr, 2007). Sobre a região da Chapada dos Veadeiros, que depois veio a tornar-se reserva ecológica, o autor afirma:

Já do outro lado do rio, começamos a subir os planaltos escalonados da Chapada dos Veadeiros. Depois de cansativa subida por três quilômetros, nosso esforço foi amplamente compensado ao chegarmos ao alto, pois, com o sol alto e o céu azul, a vista era deslumbrante. Via-se todo o horizonte ao redor, a mais de cem quilômetros, todo o relevo do solo, planaltos emtremeados de morros, várzeas verdes, e aqui e ali uma árvore de cor

viva. Uma maravilha! Extasiados, permanecemos ali bem uma meia hora contemplando a paisagem (RODRIGUES, 1943, p. 43).

Com a grande migração para o interior do país, vários vilarejos foram se formando na década de 1940, dando origem a novas cidades e municípios. Um deles foi Veadeiros, que até a década de 1950 ficou pertencente a Cavalcante, e em torno do qual predominavam fazendas e sítios.

Para atingirmos *Cavalcante*, que fica em um enorme buracão, tínhamos que descer da chapada dos Veadeiros. Essa descida é simplesmente terrível. Basta dizer que tivemos que fazê-la a pé, puxando os animais, e com o máximo cuidado de não falsear o pé. Rampas abruptas, pedregal solto, margeando pontos perigosos, foi isso o que encontramos durante uma hora de descida (RODRIGUES, 1943, p. 54).

Em 1953, o município de Veadeiros emancipa-se de Cavalcante, tornando-se um novo município. Seu nome lembra a atividade predatória de veados, animal bastante abundante na região, e cuja pele tinha elevado valor econômico no meio rural.

A origem de *Veadeiros*, como de *S. João da Aliança*, foi uma fazenda; em *Veadeiros*, o dono da fazenda, Sr. Moisés Bandeira, compreendendo que só teria os elementos necessários ao serviço da fazenda quando conseguisse ali fixá-los, começou a construir uns ranchos, nos quais facilitava a moradia a quantos quisessem trabalhar na fazenda. Assim começou a povoação. Em *S. João da Aliança* a fazenda pertencia ao Sr. Néri, nosso guia e dono da comitiva que utilizávamos (RODRIGUES, 1943, p. 47).

O militar impressiona-se com o abandono em que se encontravam os habitantes do lugar. Numa mesma região, a expedição se deparou com imensas fazendas improdutivas e aldeias quilombolas, nas quais habitavam uma população que vivia em estado de penúria:

Cerca de uma legua do local onde foi *S. Felix*, existe uma aldeia de negros descendentes de escravos, doentes, degenerados, sujus, verdadeiros farrapos humanos, que não se sabe como ainda existem (RODRIGUES, 1943, p. 66).

Curioso é observar-se um contraste aqui: junto a um grande número de proprietários de vastidões territoriais, que raramente os donos conhecem

integralmente, vastidões que encerram riquezas das mil e uma noites, há uma massa da população pobre, miserável, curtindo fome, devorada pelas doenças, sobretudo pelo impaludismo. Quando liquidaremos o latifúndio no Brasil?!... (RODRIGUES, 1943, p. 70).

A partir de 1960, a inauguração de Brasília fez crescer a procura pelo desenvolvimento do interior do país, inaugurando também uma nova fase na ocupação do território goiano. Nesse período, a integração do Sul e do Sudeste do País com o Norte e o Nordeste estimulou a abertura de novas fronteiras agrícolas, especialmente na região dos cerrados.

É nesse processo de interiorização e de promoção da melhoria de infraestrutura urbana no centro do país que Alto Paraíso ganha importância, por estar, no sentido Sul-Norte, a meio caminho de Formosa (Goiás) e Palmas (atual estado de Tocantins), bem como ligar, no sentido Leste-Oeste o vale do rio Tocantins ao vale do rio Paraná (ATTUCH, 2006, p.19).

E o norte de Goiás descobre, finalmente, sua vocação. A região possui belezas naturais que favorecem a exploração do turismo ecológico. Além disso, é muito favorecida pela grande quantidade de rios, córregos e lagos, destacando-se o Rio Preto, das Pedras e Tocantinzinho. Do Rio Tocantins, a abundância de água proporcionou a construção de uma imensa barragem da Hidrelétrica de Serra da Mesa, com um lago de cerca de 1.780 quilômetros quadrados.

Com isso, pela lei estadual número 4.685, de 15 de outubro de 1963, o município de Veadeiros passou a denominar-se Alto Paraíso de Goiás (ver Anexo B). O proprietário da Fazenda Vereda, Dimas de Almeida Sobrinho, que foi o primeiro vereador eleito no município, afirma que foi por sua sugestão que o município passou a se chamar Alto Paraíso de Goiás. Segundo ele, este nome foi escolhido entre os cinco propostos pelos vereadores do município para a cidade: Planalto Rico, Montevídel, Monte Sinai e Alto Tocantins, esse último também sugerido pelo então vereador Dimas.

3.3 A vocação para o turismo ecológico

Na década de 1960, ao final de seu mandato, o então presidente da República, Juscelino Kubitscheck, criou doze parques nacionais, dentre os quais, três localizados na região do cerrado: o Parque Nacional das Emas, o Parque Nacional de Brasília e o Parque Nacional de Tocantins. Este último, criado a partir do decreto número 49.875, de 11 de janeiro de 1961, abrangia uma área de 625.000 hectares. Os limites do parque começavam na

[...] margem direita do Rio Tocantins, na confluência do Rio Tocantinzinho, seguindo por este até a sua nascente; daí através das vertentes contornando a cidade de Veadeiros até a nascente do Rio Preto; daí seguindo pela mesma vertente, até a nascente do Córrego Santa Rita; daí pelo referido córrego até a confluência com o Ribeirão São Félix; daí, pelo referido ribeirão São Félix até a sua confluência com o Rio Tocantins; daí, rio acima, até o ponto de partida (BRASIL, 2007).

A grande extensão inicial do parque trouxe conseqüências devastadoras para a população rural local, colocando em risco a sobrevivência econômica do município devido a diminuição das atividades agropecuárias e mineiras. Outros problemas foram identificados na implantação da Unidade de Conservação e relatados em estudo feito pelo Ministério da Agricultura no ano de 1966, como a falta de recursos financeiros para a compra de terras escolhidas e a falta de recursos humanos qualificados (ALBUQUERQUE, 1998). Com isso, nos anos subseqüentes à sua criação, os limites do Parque foram sucessivamente alterados em 1972, por meio do Decreto n. 70.492 - de 11 de maio de 1972 (BRASIL, 2008a), em 1981 por duas vezes, pelos Decretos n. 86.173, de 02 de julho de 1981 (BRASIL, 2008b), e Decreto n.º 86.596, de 17 de novembro de 1981 (BRASIL 2008c), em 1990, pelo Decreto n.º 99.274, de 06 de junho de 1990 (BRASIL, 2008d), e em 2001, pelo Decreto n.º 3.942, de 27 de setembro de 2001 (BRASIL, 2008e), sendo drasticamente reduzido aos atuais 65.514 hectares, e seu nome alterado para Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A região nordeste de Goiás é uma das que guardam as maiores riquezas naturais do estado, tendo sido, por isso, reconhecida pela UNESCO, no ano 2.000, como Reserva da

Biosfera do Cerrado Goyaz. Em 2001, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros foi declarado Sítio do Patrimônio Natural Mundial, pelo mesmo organismo. O objetivo de sua criação foi preservar o cerrado de altitude e a fauna local, a interpretação ambiental, o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental (IBAMA, 2006).

Para preservar a área limítrofe ao Parque, em 2001 foi criada a Área de Proteção Ambiental - APA de Pouso Alto, estabelecida a partir do decreto do estado de Goiás de nº 5.419, de 07 de maio de 2001 e na qual está inserido o município de Alto Paraíso de Goiás. A APA de Pouso Alto é “destinada a fomentar o desenvolvimento sustentável e a preservar a flora, a fauna, os mananciais, a geologia e o paisagismo da região de Pouso Alto, localizada na Chapada dos Veadeiros, neste Estado” (GOIÁS, 2007). A APA possui 872.000 hectares e abrange as áreas rurais dos municípios de Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João D’Aliança e Nova Roma. Segundo o artigo 4º desse decreto,

[...] para resguardar e proteger a integridade da APA de Pouso Alto todos os empreendimentos susceptíveis de provocar modificações e/ou impactos ambientais dentro e num raio de 10 km dos limites desta Unidade de Conservação, deverão ser submetidos à anuência da Agência Goiana de Meio Ambiente (GOIÁS, 2007).

Mesmo decadente, em comparação ao apogeu atingido no século XIX, a mineração em Goiás continuou a ser atividade promovida por seus habitantes. Até o final da década de 1930, o cristal de rocha, outro importante produto da mineração na região, obtinha um valor muito grande para a venda porque, devido suas propriedades, a pedra tornou-se matéria prima da indústria elétrica. Porém, o final daquele ciclo fez com que desaparecessem alguns vilarejos surgidos na região por causa da mineração, como os do Silêncio e do Segredo, que ficavam próximos a Vila São Jorge. O vilarejo Silêncio foi completamente abandonado em 1971 (SILVEIRA, 1997).

Entretanto, a partir da criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1961, a relação do garimpo com o Parque passou a ser conflituosa e foco de embates. O parque atraiu ecologistas e ecólogos para a região, que consideravam os garimpeiros os verdadeiros *vilões* da preservação, depredadores e exploradores inconscientes do meio ambiente. Porém, antes de depredadores do meio ambiente, os garimpeiros eram mais voltados para a produção de alimentos do que para a exploração. Sobre os garimpeiros radicados na região, Silveira (1997, p. 6) explica que eles

[...] estão mais ligados à terra, porque são também agricultores. O quartzo hialino ou cristal de rocha, por ter um valor oscilante e limitado, divide com a roça e a criação o espaço produtivo. A exploração do mineral é realizada com técnicas artesanais, mobilizando poucas pessoas (principalmente velhos, mulheres e crianças) e contribuindo para a exígua economia familiar.

Hoje Goiás, além das dotações naturais do estado que favorecem a exploração do turismo de natureza, tem sua economia baseada na produção agrícola e pecuária, no comércio e nas indústrias de mineração, alimentícia, de confecção, mobiliária, metalúrgica e madeireira. Na agricultura, destaca-se na produção de arroz, café, algodão herbáceo, feijão, milho, soja, sorgo, trigo, cana-de-açúcar e tomate (CRUZ, 2005).

Entretanto, para Campos (2002), por ter problemas semelhantes aos da região nordeste brasileira, devido ao nível de pobreza da população, à escassez de água e a dificuldade de manejo do solo, e outros, a região nordeste de Goiás é tratada de forma injusta. Segundo ele, diferentemente dali, no nordeste brasileiro, existe o apoio à produção na agricultura por meio de incentivos fiscais, que possibilitam o crescimento e o desenvolvimento. Hoje, a região nordeste goiana guarda os maiores problemas socioeconômicos de Goiás, é conhecida como a mais pobre do estado - o que lhe reservou o clichê de *corredor da miséria* (CARVALHO, 2004) - e sofre principalmente com a falta de definição de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local. É, portanto, uma região muito carente e necessitada de apoio

governamental e empresarial. O quadro abaixo mostra a parcela de participação da região na economia de Goiás em anos anteriores, conforme levantamento da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN/GO).

Tabela 3.1 - Dados demográficos do nordeste goiano

<i>INDICADORES</i>	<i>DADOS</i>	<i>% em Relação a Goiás</i>
ÁREA TOTAL	38.726,3 km ²	11,39
POPULAÇÃO (2005)	155.886	2,77
ARRECADAÇÃO DE ICMS (2005)	R\$ 30.057.000	0,71
N.º DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS (2005)	102	0,85
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (por 1000 nascidos vivos) % 1998	39,36	-
TAXA DE ANALFABETISMO (% 2005)	22,35	-
N.º DE SALAS DE AULA (2005)	1.351	3,99
N.º DE LEITOS EM HOSPITAL (2005)	381	2,01
N.º DE MÉDICOS (2002)	72	0,97
N.º DE ELEITORES (2006)	115.556	3,19
SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (2005) População Urbana Atendida	89,48 %	-
SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (2005) População Urbana Atendida	8,39 %	-

Fonte: SEPLAN/GO (2007).

Para ilustrar a situação que desvela a dura realidade local, vejamos abaixo a tabela que compara as diversas regiões do estado, elaborada por Carvalho (2004), utilizando-se de dados da SEPLAN-GO (2000), e baseando-se nos indicadores municipais que compõem o IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e o IDS (Índice de Desenvolvimento Social). A partir dessa comparação, o nordeste goiano (região de planejamento) é classificado em 10º lugar, ocupando a última posição no estado. Conforme a autora, esses dados foram construídos a partir de análise de elementos tais como: a infra-estrutura dos municípios, a qualificação da mão-de-obra formal e a renda municipal *per capita*, além de considerar o desempenho dos setores da saúde, da educação, da oferta de serviços básicos e da renda da mão de obra formal, respectivamente (Tabela 3.2).

Tabela 3.2 - Índice de Desenvolvimento Social (IDS) e Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE), por regiões de planejamento do Estado de Goiás – 2000.

Regiões de Planejamento	IDS	Classificação	IDE	Classificação
1. Sudoeste Goiano	5031,2	1º	5091,4	1º
2. Sul goiano	5029,0	2º	5047,0	2º
3. Região Metropolitana de Goiânia	5028,5	3º	5018,7	4º
4. Sudoeste Goiano	5019,1	4º	5028,9	3º
5. Oeste Goiano	5003,1	5º	4995,0	5º
6. Noroeste Goiano	4996,0	6º	4973,3	6º
7. Centro Goiano	4989,0	7º	4971,9	8º
8. Norte Goiano	4977,2	8º	4973,2	7º
9. Entorno do Distrito Federal	4965,7	9º	4955,3	9º
10. Nordeste Goiano	4951,8	10º	4926,3	10º

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN – Gerência de Estudos Especiais. Dados de 2000 (CARVALHO, 2004).

A autora afirma que, com base nessa tabela, muitos moradores dos municípios do nordeste goiano têm discutido as políticas aplicadas na região que se voltam muito para o caráter assistencialista, alegando a ineficácia em desenvolver os municípios e dar autonomia à população residente, deixando-a mais dependente dos governos municipal, estadual e federal (CARVALHO, 2004).

O município de Alto Paraíso de Goiás está situado numa região caracterizada pelo bioma Cerrado¹². Possui 2.593 Km² de área e abriga um total de 6.182 habitantes, sendo 2.003 na área rural. O Produto Interno Bruto (PIB) do município em 2003, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), foi de 24.572.000 reais, com um PIB *per capita* naquele ano de 3.521 reais.

¹² O cerrado é um ecossistema que ocorre em dezesseis estados brasileiros, ocupando entre 20 a 25% da área total do país, ou mais de um milhão de quilômetros quadrados, mas que se concentra em: Minas Gerais (37,35 de sua superfície), Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (35,4%) e 73% em Goiás/Tocantins (UDRY, 2001). É considerada a savana mais rica do mundo em biodiversidade (IBAMA, 2007a).

Hoje, Alto Paraíso de Goiás possui 100 produtores rurais registrados no Sindicato Rural, dos quais cerca de 70% são de agricultores familiares. A produção agrícola na região é dificultada por vários motivos, que serão listados ao longo deste trabalho. Porém, dois motivos são citados por todos os produtores entrevistados:

1) o impedimento da abertura de novas áreas de plantio e do uso de máquinas, equipamentos e produtos químicos nas áreas pertencentes à Área de Preservação Ambiental - APA de Pouso Alto, que abrange grande parte do território do município.

Qualquer atitude que acarrete em mudanças na cobertura vegetal existente na região a partir da criação da APA de Pouso Alto deve ter a anuência, conforme citado acima, da Agência Goiana de Meio Ambiente. Essa permissão, segundo todos os moradores das regiões visitadas, é demorada e difícil, já que para que haja a aprovação de um novo projeto, técnicos dos organismos responsáveis pela anuência precisam comparecer à propriedade para analisar tal possibilidade.

2) a dificuldade em contratar trabalhadores rurais atualmente na região, devido a dois motivos: o alto preço cobrado pela mão-de-obra local e a legislação trabalhista.

O início da exploração da região para o ecoturismo, com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, elevou o custo da mão-de-obra rural, pois grande parte dos trabalhadores nas atividades agrícolas passou a trabalhar como guias de turismo, já que conheciam muito bem a região. Segundo os proprietários, cada trabalhador cobra cerca de R\$ 20,00 (vinte reais) a tarefa agrícola por cada dia trabalhado, sendo que, uma tarefa é a unidade de medida de uma área e todo o trabalho de manejo do solo e da produção realizado no interior daquela área. Problemas, também, com as exigências burocráticas trabalhistas, limitam a contratação de trabalhadores para o serviço rural.

Mesmo aos proprietários que concordam em pagar o valor cobrado pelos trabalhadores rurais, é difícil encontrar trabalhadores dispostos a aceitar o trabalho. A concorrência vem,

também, do valor da diária pago pelo Ibama para a atividade de *prevfogo*, cujo objetivo é a prevenção, o controle e o combate aos incêndios florestais e às queimadas que ocorrem na área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (AMBIENTEBRASIL, 2007)

Outro grande problema existente na região, principalmente para a busca de financiamento da produção, é que a maioria das terras não é demarcada. Muitos antigos proprietários receberam suas terras em doação. Donos de grandes extensões de terras costumavam doar parte delas aos seus mais fiéis empregados. A grande maioria desses empregados era formada por negros, antigos escravos ou descendentes de escravos, que habitavam a região em grande quantidade. Albuquerque (1998 *apud* FUNES, 1986) afirma que a concentração de africanos e seus descendentes na região era tão grande que dados estatísticos de 1822 apontam a existência de 2.067 habitantes na região, dos quais 456 eram escravos, 1.448 eram homens livres de cor e 163 eram homens brancos, sendo esse o mais alto índice de população branca do norte de Goiás. Hoje, regiões do município como Moinho e Bonsucesso são caracterizadas por uma população predominantemente negra e mestiça (UDRY, 2001).

Os proprietários das terras, por sua vez, herdaram suas propriedades de seus antecessores sesmeiros, já que as terras privadas existentes na região foram distribuídas pelo sistema de sesmarias. Este sistema foi utilizado no Brasil a partir dos colonizadores portugueses ainda no ano de 1530, para a distribuição de terras destinadas à produção, principalmente da cana-de-açúcar. Além da concentração fundiária proporcionada pelas sesmarias, cujos grandes proprietários chegavam a possuir 20 léguas quadradas ou mais, existiam os sitiantes, donos de pequenas glebas e os posseiros, que iam ficando aonde chegavam para trabalhar a terra (BAIOCCHI, 1983).

4. ALTO PARAÍSO: OS DESAFIOS DA MEMÓRIA

Torna-se necessário dar voz ao camponês tradicional e ao indígena, convertendo-os em partícipes do destino da região que ocupam; reconhecer neles os guardiões não apenas das plantas e animais, mas também do ar puro, da água não poluída, dos alimentos não contaminados, do silêncio e, sobretudo, de uma diversidade cultural alternativa a ser resguardada.

Ao comercializar os bens naturais, antes isentos de valor mercantil, como forma de exploração futura ou garantia de qualidade de vida presente, será possível obter um ressarcimento por sua conservação.

Nesse contexto, surge a questão da biodiversidade que, no cerrado e na Amazônia, apresenta um número muito elevado de espécies biológicas. Mas ela não é fruto apenas das forças da natureza, e sim das atividades econômicas e agrícolas das sociedades tradicionais de pequena escala. A biodiversidade é, na verdade, um fenômeno biocultural, representando, em grande parte, milhares de anos de interpretação das sociedades indígenas e depois rurais com seus ambientes imediatos (RIBEIRO, 1993).

Considerando-se que a memória organiza o passado em relação ao presente (HALBWACHS, 1990), neste capítulo pretende-se mostrar como os habitantes de Alto Paraíso e seus guardiões (GIDDENS, 1997), construíram, para além das fronteiras, demarcações territoriais (PERICO; RIBEIRO, 2005; RAFESTIN, 1993; ABRAMOVAY, 2002) a partir da localização das regiões e de suas similaridades topográficas.

Dados relativos à produção rural do município situado na região nordeste de Goiás são também apresentados, que incluem a memória de seus habitantes sobre as atividades produtivas ali desenvolvidas ao longo dos anos. Isso porque é fundamental, nesse caso, olhar para o passado para entender o desenvolvimento das formas produtivas, bem como a sua relação com a transformação do espaço a partir da ação do homem (LEVEBVRE, 2000).

Alguns relatos expressam os desafios que devem ser enfrentados na construção de um projeto de desenvolvimento.

A área rural do município é hoje dividida, conforme sua localização no mesmo, em três regiões, recebendo muitas vezes a denominação das antigas fazendas que ali existiam e que foram divididas ao longo do tempo:

A região do Sertão é localizada a nordeste do município e composta por vales produtivos, entre eles o Bonsucesso, o Moinho, e o Pé de Serra, área de mais difícil acesso devido a precariedade das estradas.

A região do vale do rio São Miguel, onde se encontra a Vila São Jorge, é onde se localiza o acesso mais conhecido ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.

A outra região é a que fica ao Sul do município, cujo acesso se dá ao longo da estrada que liga a cidade de Alto Paraíso de Goiás à de São João D'Aliança. É uma região com solo mais plano, onde estão as produções mais extensivas, principalmente de milho, soja e cana, e as fazendas de criação de gado e onde se encontram as áreas produtivas conhecidas como Posse, Piçarrão, Bandeira e a Cidade da Fraternidade.

4.1 Sertão: Fama, misticismo, tragédia

O Moinho é uma das regiões mais conhecidas nas proximidades da cidade de Alto Paraíso de Goiás. O ponto alto de sua fama foi no final dos anos 1980, quando ocorreu mais intensamente a exploração turística de suas mais conhecidas cachoeiras (Anjos e Arcanjos) e por suas histórias místicas.

O Moinho está localizado a doze (12) quilômetros da cidade de Alto Paraíso, em uma região chamada Sertão, que também abriga as microrregiões do Pé de Serra e de Bonsucesso, e onde estão os vales produtivos. Banhada por três rios, São Bartolomeu, Santo Antônio e Rio Preto, e por um córrego, Manhã, a região deveria ser favorecida pela existência de muita

água e pelo solo rico devido à matéria orgânica depositada nos vales. Hoje, porém, os agricultores do Moinho reclamam a falta de água suficiente para a implantação de um projeto agrícola. Poucas áreas possuem fartura de água, tão necessária em toda a região, devido ao período de estiagem ser muito grande, estendendo-se, às vezes, de fevereiro a novembro.

A produção agrícola, segundo os moradores da região, é muito dificultada pela falta de água para irrigação, pois, além da seca, o solo é muito cheio de cascalho. Um morador lembra que em sua propriedade, antigamente, há cerca de setenta (70) anos atrás, existia um grande cafezal e muitas árvores de marmelo. Porém, naquela época, segundo ele, “o rego¹³ corria dentro da propriedade como se fosse um rio”. Para outra moradora, o rio sumiu “por causa da água encanada”.

Cerca de noventa por cento (90%) da comunidade é participante da Comunidade Evangélica Projeto de Deus, que chegou à região pouco tempo depois que o último padre católico abandonou o lugar sem motivos aparentes (ATTUCH, 2006). Predominantemente católica, com a chegada do pastor a comunidade passou a integrar a igreja evangélica.

Duas grandes propriedades privadas da região, o Solarión e a Flor de Ouro, surgiram na década de 1980 a partir de movimentos migratórios alternativos e esotéricos, nas quais se trabalhava com as idéias de comunicação extraterrestre (ATTUCH, 2006). Durante muitos anos o Solarión, onde se encontram as conhecidas cachoeiras Anjos e Arcanjos, explorou o turismo e a vida alternativa, porém suas atividades foram bruscamente interrompidas com o trágico assassinato da proprietária e de sua filha por um trabalhador da propriedade.

A existência de pessoas que vivem a chamada *vida alternativa* no povoado também hoje é percebida pelos habitantes do Moinho. Em uma das extremidades da estrada que atravessa o povoado, existe uma propriedade onde moram antigos participantes da comunidade *hippie*, cuja população raramente é vista e que não participa das atividades desenvolvidas no local.

¹³ Conforme definição de Aurélio (2008), um “sulco natural ou artificial que conduz água, ou sulco deixado pelo arado, ou ainda valeta num campo cultivado”.

Segundo os moradores do Moinho, esses habitantes produzem seu próprio alimento, usam roupas que eles mesmos confeccionam e vivem com o que têm na propriedade. “Eles não interferem na nossa vida nem nós na deles”, afirma um morador.

Algumas associações foram iniciadas no passado para tentar agregar os agricultores do Moinho em torno de um projeto comunitário, porém nenhuma persiste até hoje. As principais iniciativas foram a Amormoinho - Associação dos Moradores do Moinho, e a ASFLO - Associação dos Catadores de Flores do Cerrado.

A Associação Amormoinho foi criada especialmente para a realização de um projeto para a montagem de viveiro de ervas medicinais e árvores frutíferas iniciado em 1997, e que há cerca de dois anos (2005) foi finalizado. O projeto foi iniciado com a instalação das mudas e a compra de material. Após dez anos, porém, não se sabe o que foi feito do material comprado e as terras que haviam sido disponibilizadas para o projeto tiveram que ser devolvidas, já que não havia mudas ou plantas para serem comercializadas. As ervas medicinais, agora, estão plantadas na propriedade de Dona Flor, uma das líderes do projeto, que as utiliza na produção de xaropes, sabão, óleo e todo o tipo de produto a partir das ervas medicinais.

Dona Flor - raizeira, parteira, agricultora e líder comunitária - também possui em sua casa um tear para fiar algodão, e vários trabalhos de tecelagem estão expostos para quem se interessar em adquirir. Esses trabalhos fazem parte de outro projeto liderado por ela. O trabalho feito por Dona Flor vai desde a fiação do algodão, produzido lá mesmo na região, até a confecção do trabalho manual. Junto com ela, participam desse projeto mulheres da região, que fabricam as peças de vestuário, enfeites para casas, etc. e os expõem na feira da cidade, que acontece todo sábado pela manhã. Alguns empresários também expõem os trabalhos em estabelecimentos turísticos da cidade.

Uma foto que a agricultora expõe com orgulho em sua sala, retratando seu esposo, em uma mata repleta de flores do Cerrado, é um registro do outro projeto iniciado na região. O

desenvolvido pela ASFLO - Associação dos Catadores de Flores do Cerrado. Esse projeto tinha como objetivo o extrativismo de flores e produtos da região para a produção de arranjos florais, doces e biscoitos. Ela explica que os arranjos e os produtos do cerrado produzidos eram vendidos na comunidade do Moinho, em Brasília, Goiânia, em outras cidades de Goiás e na cidade de Alto Paraíso, para turistas que visitavam o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Esse projeto deu lucro nos primeiros anos, porém acabou com prejuízo para todos os que trabalharam no seu desenvolvimento.

Segundo Dona Flor, ninguém sabe exatamente porque os vários projetos realizados na região fracassaram. Porém, para ela, ambos levaram a um aprendizado, já que a seu ver: “no projeto não pode entrar muito dinheiro. Tem que ser que nem esse projeto da tecelagem. Entra com as ferramentas, um pouco de produto, pra o povo aprender a trabalhar. O dinheiro tem que sair do produto que você vende”.

O Povoado do Moinho, bem como a região que o circunda, teria sido formado, conforme relatos dos entrevistados, provavelmente a partir de duas fazendas, Bonsucesso e Moinho, que no século XIX produziam prioritariamente o trigo. Os donos dessas fazendas teriam doado lotes a seus escravos mais próximos, cujas famílias passaram a residir ali. Por esse motivo, os moradores do local são, predominantemente, negros (ATTUCH, 2006).

A região ficou denominada Moinho, devido a um grande moinho de trigo que existia na fazenda, herdada pela família do Capitão Mor e que passou a pertencer, por casamento, a João Bernardes Rabelo, figura muito conhecida da região, fazendeiro que foi deputado e prefeito do município, e que começou a plantar trigo em 1940. A produção de trigo, muito grande, era vendida para várias cidades de Goiás, como Formosa e Anápolis, e para outros estados, como Bahia. O cultivo do trigo foi introduzido na região da Chapada dos Veadeiros no século XVIII, por imigrantes egípcios. O clima temperado, graças à altitude e à sazonalidade das chuvas, próprio da ecorregião, permitiu que a cultura se tornasse um sucesso, resultando na

construção de moinhos movidos a água. A adaptação secular do produto gerou uma variedade chamada veadeiros, que chegou a participar da Exposição Internacional na Filadélfia, Estados Unidos, em 1876 (EMBRAPA, 2008).

As fazendas localizadas no Julgado de Cavalcante, que até então praticavam agricultura diversificada, voltada principalmente para subsistência e comércio local, passaram a se dedicar ao cultivo de trigo e se tem o registro de que, ainda no século XVIII, três engenhos teriam sido fundados neste Julgado. As terras férteis da bacia do rio São Bartolomeu mostraram-se excepcionais para o investimento em tal cereal, cujas primeiras sementes, de acordo com a literatura sobre a região, foram trazidas por egípcios, via Bahia. Em meados do século XIX, a farinha de trigo era até mesmo exportada, chegando o produto a participar de exposições internacionais (ATTUCH, 2006, p. 26).

O trigo era produzido na fazenda por dezenas de trabalhadores contratados por João Bernardes, e por agricultores que possuíam terras nas vizinhanças que trabalhavam em regime de meia. Entre esses trabalhadores, o pai da Dona Leonia, mulher forte e alegre que herdou a fazenda, quando casou com o então viúvo João Bernardes, em 1963. Porém, muito antes, quando ela ainda tinha 11 anos, relata um dos acontecimentos mais representativos para o futuro da produção agrícola da região.

O fazendeiro João Bernardes, ainda casado com sua primeira esposa, quando saía para vender o trigo, principalmente em Goiânia, aproveitava para comprar as sementes para as novas plantações. Em sua última plantação de trigo, as sementes compradas estavam com veneno muito forte. E era uma imensa plantação, já que na época o mercado estava em franca expansão e a produção já tinha mercado certo, em Goiânia.

Todos os anos, logo que saía a produção de trigo, havia uma grande festa na região em homenagem a Nossa Senhora da Conceição. A festa durava nove dias, quando eram servidas quitandas, ou seja, as iguarias em forma de bolos, biscoitos, broas, feitas com trigo plantado e moído na região. A própria esposa de João Bernardes fazia questão de elaborar várias fôrmas

de roscas, bolachas, e pães com a farinha de trigo que eles mesmos moíam. Só que o trigo estava envenenado, e as pessoas que comeram daquelas guloseimas quase morreram de desarranjo estomacal e intestinal. Grande maioria da população da região passou mal, uma vez que mesmo os que não foram à festa, receberam em casa, por oferecimento do rico fazendeiro, os quitutes elaborados por sua esposa.

Ao tentar comercializar o trigo em Goiânia, os compradores, alegando excesso do produto já comprado de outras regiões, recusaram todo o lote, fazendo com que o fazendeiro tivesse que transportar de volta todo o carregamento. Por não saber o que fazer com tanto trigo, João Bernardes colocou fogo em tudo, pois ficou com medo de utilizá-lo para novo plantio ou para o preparo de alimentos. Dona Leonia lembra que esse trigo ficou “queimando durante meses”.

Depois desse episódio, Bernardes nunca mais plantou trigo. O moinho foi desmontado em 1975, dois anos após a morte do fazendeiro. Segundo a agricultora, ele foi desmontado porque, na época, ela estava viúva com crianças pequenas, que gostavam de brincar no galpão onde ficava a pedra do moinho e onde, devido ao pouco uso, passou a habitar muitos ratos do mato e cobras. Além disso ela “não sabia que essa pedra ia ficar tão famosa como agora, que vem gente de todo lugar querendo fotografar e filmar a pedra”.

Dona Leonia explica que esse antigo moinho de trigo era formado por duas grandes pedras redondas que giravam uma por cima da outra, de forma a triturar os grãos que por ali passavam, transformando-os em farinha. Por ser uma construção rústica e muito antiga, hoje turistas que visitam a região, gostam de conhecer a construção devido ao resgate histórico, principalmente, por ter sido utilizado no período escravista e por ter sido parte de um período de grande importância econômica para a região no passado.

Alguns anos após a morte de Bernardes, certo dia passou pela fazenda de Dona Leonia, que continuava na *lida da roça*, como ela mesma diz, um guia de turismo que lhe propôs

utilizar sua fazenda como ponto de parada para turistas que, na época, faziam uma trilha da cidade de Alto Paraíso até a Cachoeira dos Cristais. Para isso, ela precisava oferecer duas refeições (o jantar e o café-da-manhã) para os integrantes do grupo, além de camas para dormir durante uma noite. Hoje, além da agricultura e dos doces e queijos que produz, Dona Leonia - que teve cinco filhos naturais e quatro adotivos, e que cria atualmente outros três filhos adotivos e um neto - vive da renda proporcionada pelos turistas que comem e dormem no chalé construído por ela para abrigá-los. Mas raramente passam por lá desde a diminuição do turismo na região a partir do ano 2.000.

4.2 Vila São Jorge: turismo e ecologia

A Vila São Jorge é de onde se dá o acesso de turistas aos principais pontos de visitação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A simplicidade de suas casas e a rusticidade das fachadas das pousadas e restaurantes transmitem aos visitantes a imagem de um lugar onde a paz e a tranqüilidade reina por meio da harmonia entre o homem e o meio ambiente. Por esse motivo, é o lugar mais procurado pelos turistas que buscam maior contato com a Natureza e as forças místicas que asseguram existirem no local. Porém, ao contrário do que se imagina, a Vila São Jorge não surgiu como ponto turístico. Ela nasceu muito antes da criação do Parque. Era um dos aglomerados, as chamadas *currutelas*, pequenas vilas formadas por garimpeiros e suas famílias em pontos estratégicos para facilitar a exploração do quartzo hialino, ou cristal de rocha, a partir do ano de 1912 (SILVEIRA, 1997).

Antes de ser batizada como Vila São Jorge - a partir da iniciativa de Severiano da Silva Pires, por causa de uma imagem de São Jorge levada para lá pelos garimpeiros - a localidade era chamada simplesmente por Baixa. A mudança do nome encontra-se no livro de registros da paróquia da Vila como tendo acontecido no ano de 1954 (SILVEIRA, 1997).

Por estarem muito próximos ao Parque Nacional, os habitantes acreditam que, para quem possui um pedaço de terra na região, a propriedade é mais valorizada quando não está produzindo, ou seja, quando é utilizada para o turismo ou para a conservação do meio ambiente, do que para a produção agrícola.

A tradição de cultivo da terra, que existia nos antigos moradores da área rural próxima à Vila São Jorge, conforme seus moradores, foi sendo perdida ao longo dos tempos, a partir da criação do Parque, nos anos 1960. Naquela época, todos os moradores passaram a integrar a massa de mão-de-obra utilizada para acompanhar os turistas para visitação do parque ecológico, já que a região era tão conhecida por seus antigos moradores.

4.3 Misticismo, agricultura e pecuária

Em 1956, Lúcio Costa apresentou seu relatório   Comissão que escolheria o projeto para a constru o da nova Capital brasileira, inaugurada em 1960.

Em 1959, grupos espíritas kardecistas começaram a receber orienta es espirituais no sentido de se deslocarem para o Planalto Central, para se instalarem e desenvolverem um projeto de amparo a crianças órfãs e abandonadas. Em 1963, um grupo inicia a constru o da Cidade da Fraternidade, a poucos quilômetros da sede do município Alto Paraíso. O local foi identificado, graças à existência de uma árvore incomum na região (SIQUEIRA; BANDEIRA, 1998, p 269/270).

Inicialmente foram doados para a Cidade da Fraternidade cerca de 2.544 hectares de terra, sendo que atualmente contam 2.000 hectares, em regime de comodato com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Cidade da Fraternidade é uma das áreas de produ o agrícola da região, que hoje cultiva principalmente o trigo, arroz, milho e cana. Na Cidade, cerca de 160 crianças estudam na escola do ensino fundamental, sendo que em torno de 400 jovens são alimentados por dia no restaurante da Cidade. Além da escola, a Cidade da Fraternidade possui um alojamento onde abriga os jovens que ali residem. A  rea da Cidade foi dividida em terrenos de 40 a 100

hectares, onde são plantados os alimentos. Dez por cento de tudo o alimento que é produzido é doado para a Cidade, para alimentar as crianças e os jovens que ali vivem.

Na região que se estende da cidade de Alto Paraíso até São João D'Aliança existem os produtores que chegaram ao município após a construção de Brasília, mas também moram muitas famílias de agricultores tradicionais que ali produzem com mão de obra familiar os alimentos e os produtos para o sustento dos filhos que, geralmente, estudam ou trabalham nas cidades próximas. Os produtores estão localizados em áreas tais como Piçarrão, Bandeira, Posse e Cidade da Fraternidade, algumas denominações, provavelmente surgidas a partir dos nomes das grandes fazendas existentes ali no passado e que foram, com o tempo, divididas.

4.4 O cultivo tradicional de café

Diferentemente do trigo veadeiro, cujo período de prosperidade econômica e a abrupta interrupção da produção são largamente lembrados por seus habitantes, o café é uma cultura cuja chegada seus moradores não sabem precisar, embora existam vagas referências aos escravos negros como cultivadores no período colonial. Só se lembram que desde que eram crianças o café já existia nos quintais. E sua produção nunca deixou de ser mantida, fazendo com que cada propriedade da região tenha pelo menos um ou dois pés de café ainda em produção. Por isso, o café, juntamente com o trigo veadeiro, é um dos produtos agrícolas que ilustra o brasão do município.

O café na região é tão tradicional e antigo, que moradores destacam algumas localidades onde eles afirmam que existe um café *nativo*. Uma dessas localidades é as margens do Rio São Miguel, onde está a Vila São Jorge, entre as cidades de Alto Paraíso e Colinas do Sul. Próximo a esta região, entre os anos de 1968 e 1970, aconteceu uma grande chacina de índios da tribo Avá-Canoeiro por jagunços contratados por fazendeiros da região, que reclamavam que os índios estariam matando seu gado.

Conforme Albuquerque (1998), as expedições chamadas bandeiras foram iniciadas no século XVII com o objetivo de capturar no interior do território indígenas que seriam usados como força de trabalho nas plantações, após o esgotamento das reservas próximas ao núcleo paulista. Os povos que viviam na região limítrofe dos territórios que hoje são os estados de Goiás e Tocantins eram os índios: Caiapó, Crixás, Acroá, Xacriabá, Xavante, Xerente, Carajá, Tapirapé, Timbira, Avá-Canoeiro, além de outras etnias que ali viviam há séculos (ATTUCH, 2006).

Estudos históricos demonstram que os Avá-Canoeiro são descendentes dos índios Carijó, originais do estado de São Paulo, e que teriam sido levados para Goiás em 1724 ou 1726, pela bandeira de Bartolomeu Bueno, filho do Anhanguera, para auxiliarem na defesa contra os índios habitantes do território e trabalharem na mineração (INSTITUTO..., 2006). Com o final da bandeira, os índios foram abandonados à sua sorte, em uma região que eles não conheciam. Ao ficarem livres, eles recuperaram sua existência como grupo autônomo e permaneceram em Goiás, porém não tinham muita área disponível para seu sustento, precisando buscar o alimento nas fazendas vizinhas. O massacre dos índios Avá-Canoeiro ocorreu em um local denominado “Mata do Café”.

Máila, o encantado, espírito capaz de criar e destruir o mundo dos Avá-Canoeiro. Para eles, o nome de *Máila* também designa o homem branco. A figura mitológica confunde-se hoje com a ira de jagunços contratados para dar fim à vida dos índios que habitavam o cerrado ao norte de Goiás, num morro de terras ricas chamado Mata do Café. Para os sobreviventes de um dos mais violentos massacres já vistos no Brasil, matadores que traziam em punho armas de fogo eram também chamados pelo nome desse poderoso espírito indígena. Em 1968, um grupo de cerca de 150 pessoas foi vítima da brutalidade de homens que, enraivecidos, cobiçavam suas terras e abominavam sua existência. Da grande aldeia, plenamente constituída, restaram apenas quatro pessoas - um homem, duas mulheres e uma criança. “Meu papai e minha mamãe morreu. *Máila* matou”, conta Iawi, que na época, tinha apenas cinco anos de idade (BRASIL INDÍGENA, 2006, p.8).

Segundo os moradores, o local tinha essa denominação devido à grande quantidade de plantas de café que existiam na região, principalmente no morro *de terras ricas*. Nos últimos anos, porém, muitos pés foram cobertos pelas águas da barragem da usina hidrelétrica de Serra da Mesa, cujas obras de construção foram iniciadas em 1986, inundando uma área de 1.784 km², e atingindo oito municípios do estado de Goiás: Minaçu, Campinorte, Campinaçu, Colinas do Sul, Uruaçu, Niquelândia, Barro Alto e São Luiz Norte (ANDRADE, 2002).

É em algumas propriedades às margens do Rio São Miguel onde está, segundo os habitantes, em maior quantidade, o café mais antigo da região. Provavelmente esses são os cafés brotados a partir dos que foram levados para a região pelos bandeirantes no século XIX. Árvores muito antigas foram encontradas na propriedade Volta da Serra, que fica a cerca de doze quilômetros da Vila de São Jorge.

O agricultor e pecuarista de 82 anos diz que sabe como o café chegou à região. Ele afirma que, proveniente de São Paulo, foi seu bisavô quem levou tanto o café quanto o trigo, quando chegou à região lá pelo ano de 1820, onde a família se estabeleceu e vive até hoje. Segundo o pecuarista, ele é o único morador antigo que, na região, continua com sua propriedade. Os outros proprietários, segundo ele, foram vendendo suas fazendas e aplicando o dinheiro em Brasília, logo após sua construção. Ao ser sugerida sua transferência, também, para a nova capital, o pecuarista afirmou aos entusiastas: “você vão indo que eu vou ficar por último”. Com isso, foi comprando algumas das melhores terras que estavam à venda, chegando a ter até três mil alqueires goianos de terras, ou 14.400 hectares. Grande parte dessas terras foi doada para cada um dos seus cinco filhos.

4.5 Em busca de uma estratégia de desenvolvimento

Além dos problemas antigos enfrentados pela região nordeste de Goiás, alguns fatos ocorreram nos últimos anos, fazendo com que, a partir do ano 2000, Alto Paraíso de Goiás

passasse a buscar novas fontes de recursos que pudessem levar mais emprego e renda para o município, bem como a melhoria da qualidade de vida da população local. Devido à tradição do turismo ecológico na região, representantes dos diversos setores: público, empresarial, agrícola, e outros, buscaram restaurar, principalmente, as atividades que pudessem ser complementares ao turismo, ou que diminuíssem a grande dependência do município com relação a ele.

Segundo relatos dos moradores entrevistados, dois fatos, ocorridos no ano 2.000, tiveram reflexos nos anos que se seguiram, acarretando grande diminuição do fluxo de turistas para a região, trazendo, como consequência para o município, o desemprego, o desestímulo e o empobrecimento de seus habitantes, especialmente aqueles que até então trabalhavam com o turismo ecológico e místico:

1. O primeiro acontecimento foi a divulgação, pelos veículos de comunicação de massa em nível nacional, do falecimento de um adolescente, em Brasília, por febre amarela. Esse jovem havia sido contaminado, supostamente, após passar alguns dias em Alto Paraíso de Goiás. Mesmo sem a confirmação do local da contaminação, esse acontecimento trouxe medo aos turistas que pretendiam visitar o município, fazendo com que muitos deles desmarcassem inclusive viagens já programadas à região, e tirando o município da rota do turismo ecológico brasileiro durante vários anos.
2. O outro acontecimento diz respeito ao caráter místico do turismo em Alto Paraíso de Goiás, que fez com que vários religiosos, místicos e esotéricos¹⁴ se deslocassem para a região em busca do *éden terrestre* durante vários anos, desde meados dos anos 1980.

¹⁴ Os conceitos de misticismo e esoterismo são bastante polêmicos, sendo usadas, para os mesmos, várias definições, dependendo da visão religiosa, filosófica, etc. do autor. Utilizamos aqui as definições escritas por Siqueira; Bandeira (1998), que tomaram como fonte o *Dicionário de Ciências Sociais*, 1986.

Misticismo: palavra que se origina do verbo grego *myo*, que pode ser traduzido por *fechar a boca*, ou seja, algo que se percebe íntima e profundamente, mas que não se pode falar. O misticismo nasce do esforço que a pessoa faz para alcançar a visão única, uma realidade divina e absoluta. Envolve um conjunto de disposições (afetivas, intelectuais e morais), cuja meta final é a comunhão com o Todo-Poderoso.

Esoterismo: A palavra liga-se à idéia de secreto, no sentido de oculto. Ensinações secretas de caráter imemorial, verdades fundamentais que se transmitem em cadeias de mestres e discípulos. A maçonaria é a maior sociedade secreta atual e a sociedade Rosa-Cruz (AMORC) é considerada a mais importante na forma contemporânea.

Várias teorias tentam explicar a natureza mística da região. Campos (2002) afirma que o primeiro indicador vem com o sonho de Dom Bosco, cujos relatos históricos datam de 30 de agosto de 1883: “Quando se vierem cavar as minas escondidas em meio a estes montes, aparecerá aqui a terra prometida, que jorra leite e mel. Será uma riqueza incontestável. Isso acontecerá antes que passe a segunda geração. ...Um lago largo e comprido” (CAMPOS, 2002, p. 23).

Apesar de alguns autores atribuírem essa *terra prometida* à cidade de Brasília (WIKIPÉDIA, 2007a), Campos (2002) acredita que o *lago largo e comprido*, ao qual faz referência o texto, seria o da Usina de Serra da Mesa, próximo ao município de Alto Paraíso de Goiás, e o término da segunda geração seria no ano de 2010.

Segundo o autor, outras duas profecias complementariam a de Dom Bosco: a de um autor francês, A. Cassert, falecido em 1945, denominada *Profecia do Plenilúnio*; e a atribuída a André Luiz, tendo sido psicografada por Francisco Cândido Xavier em 1952 (CAMPOS, 2002). O autor também complementa com outras teorias, como a de que na região da Chapada dos Veadeiros estaria o *chacra* cardíaco do planeta, o coração da mãe Terra¹⁵. Outra seria a afirmação de um jovem físico nuclear de que um canal iluminado por cristais liga a região de Alto Paraíso a Machu Picchu e às pirâmides do Egito; as afirmações da ocorrência, ali, em outras dimensões, de cidades e civilizações subterrâneas; e a existência, ainda, de canais ou portais dimensionais, ou seja, pontes entre o mundo físico e o espiritual; além de muitas outras evidências citadas pelo autor.

Já Siqueira; Bandeira (1998) afirmam que o misticismo que envolve todo o Planalto Central, inclusive a cidade de Brasília, vem da crença de que existe um *Paraíso Perdido* pela humanidade, mas que poderá ser reencontrado no terceiro milênio. E a América do Sul seria o berço desse terceiro milênio, sendo o Brasil, especialmente o Planalto Central, e, mais

¹⁵ Essa referência, segundo o autor encontra-se na página 219 do livro **Águias Terrestres Uma Missão Planetária**, de Ergom (CAMPOS, 2002, p. 39).

especificamente a região de Alto Paraíso, os privilegiados na *passagem*. E esta seria interpretada como o encontro dos indivíduos consigo mesmos, para a ocorrência do novo homem para o novo tempo, por meio de cantos, meditações, retiros, até a eliminação do ego-humano.

A reunião das teorias místicas e espiritualistas culminou com crença de que, com a passagem para o ano 2000, o mundo entraria em colapso, quando restariam apenas poucos lugares possíveis de se viver na Terra, entre eles a região da Chapada dos Veadeiros. Esta crença fez com que vários religiosos, místicos, espiritualistas, e outros crédulos na teoria se dirigissem à região nos anos que antecederam àquele de 2000.

Porém, o mundo não acabou naquele ano, mas o caráter místico, esotérico e espiritualista do turismo da região foi, em grande parte, perdido, fazendo com que diminuísse em muito o fluxo de pessoas para o município de Alto Paraíso de Goiás. Para um habitante da região, realmente, a partir daquele ano, o mundo que existia até então acabou, e se transformou em um outro mundo, muito melhor, onde

[...] as crianças que hoje têm até 7 anos de idade já vieram ao mundo com um entendimento aprimorado, tanto as que moram num palácio como num casebre. São crianças mais dóceis. O mundo se transformou para o bem. Não existe regressão. Só caminhada. Sempre evoluindo. Nós estamos sempre melhorando. Pode às vezes ficar parado. Porque uns adiantam mais no entendimento. Mas sempre melhorando

De qualquer modo, credo ou não nas teorias místicas, o certo é que houve o grande deslocamento do turismo de Alto Paraíso de Goiás para outras regiões do Centro Oeste com características similares do ecossistema Cerrado. A partir dos acontecimentos relatados anteriormente, o município passou a buscar fontes de recursos alternativas capazes de trazer melhor qualidade de vida para o município e seus habitantes, da área rural e urbana.

Nesse momento, a tradição agrícola da região foi lembrada. E, ao perceber que existia na região a possibilidade de atender a um mercado que hoje valoriza o produto tradicional e

diferenciado, a tradição foi sendo inventada (HOBBSAWM, 2006) a fim de encontrar os produtos que pudessem se inserir nesse mercado.

O trigo veadeiro foi o primeiro a ser resgatado por produtores da região. Ao saberem que, nas câmaras frias dos laboratórios da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília-DF, sementes do trigo veadeiro estavam sendo conservadas a 20° C abaixo de zero, agricultores da Cidade da Fraternidade foram em busca das sementes. Eles já não as possuíam mais, mas haviam sido resgatadas pela empresa, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Essas sementes foram multiplicadas e, no dia 12 de maio de 2005, cem (100) unidades foram entregues a produtores da região para multiplicação e cultivo (PENTEADO *et. al*, 2006). Hoje, as sementes resgatadas já estão no seu terceiro ano de plantio na região, ocupando quatro (4) hectares, isso apenas nas terras de um dos produtores. A expectativa desse produtor, que já produz açúcar mascavo e arroz integral, é, com o resultado da produção deste ano, vender sementes e mudas do trigo para os produtores interessados no plantio do trigo e também fazer a sua plantação, para fabricação de pães e produtos à base de trigo integral, de forma a abastecer o mercado regional, onde o produto tem boa aceitação. Além disso, o trigo, a exemplo do que já é feito com o açúcar mascavo e o arroz integral, será usado na alimentação das crianças carentes amparadas pela comunidade.

Tendo conseguido com sucesso o resgate da cultura tradicional do trigo veadeiro, produtores e empresários de Alto Paraíso de Goiás passaram a buscar as formas de comercializar o café, produto agrícola que, juntamente com o trigo, encontra-se estampado no brasão do município, sendo considerado, portanto, um dos de maior tradição de cultivo na região. Uma das primeiras iniciativas de representantes de produtores, comerciantes e poder público local foi a de procurar, ao final do ano de 2005, a Embrapa Café, em Brasília, a fim de verificar a qualidade do café tradicional existente no nordeste goiano e pesquisar suas características e origens.

Essa iniciativa resultou no 1º Encontro do Café de Alto Paraíso de Goiás, realizado nos dias 9 e 10 de maio de 2006 e que teve como objetivo principal orientar agricultores da região para a produção racional do café orgânico, além dos benefícios e o retorno econômico que podem advir com a valorização do produto certificado. O evento teve a participação de pesquisadores do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (CBP&D/Café), coordenado pela Embrapa, que apresentaram aos produtores locais as tecnologias existentes na empresa voltadas para a produção orgânica, desde a preparação das mudas até o desenvolvimento equilibrado das plantas, com a manutenção da qualidade no período pós-colheita. Contou também com a presença de uma engenheira agrônoma do Distrito Federal, especialista em certificação de produtos orgânicos e agroecológicos do Distrito Federal, que mostrou aos produtores quais as exigências das empresas certificadoras para conferirem esse diferencial.

No dia 6 de agosto de 2006, a partir de uma parceria entre a prefeitura de Alto Paraíso, a Embrapa Café e empresários e produtores do setor, foi realizado evento em um shopping de Brasília que marcou o Lançamento do Café Histórico de Alto Paraíso de Goiás. Esse evento foi o início da comercialização do produto no mercado de Brasília, que se mostra com grande potencial de absorção do café orgânico. Brasília possui grande número de consumidores capitalizados e com alto nível intelectual, além de se localizar a apenas 230 quilômetros de distância da cidade de Alto Paraíso de Goiás. O mercado de Brasília, já era importante para o turismo do município, já que, conforme empresários locais, cerca de 90% dos turistas da região habitam a capital federal.

Conforme Orsi; Melo (2004), os consumidores que estão localizados somente no DF - excetuando-se, portanto, as cidades do entorno, no estado de Goiás - contam com uma renda *per capita* muito superior à média nacional o que, conseqüentemente, influi diretamente na

demanda de produtos agropecuários. Outro dado interessante sobre o mercado da capital federal citado pelos autores é que o Distrito Federal possui especificidades que potencializam

a criação de espaços favoráveis a certos tipos de experiências que requerem responsabilidade para a divulgação de qualquer proposta de modelo de dinamização comunitária e de desenvolvimento local/regional/territorial, quando trabalhados pelo enfoque da comercialização, principal “gargalo” de todo processo de produção rural de economia familiar (ORSI; MELO, 2004, p. 108).

A iniciativa resultou, ainda, no projeto de pesquisa *Implementação de cafeicultura orgânica para agricultura familiar de Alto Paraíso de Goiás*, aprovado no âmbito do Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Café (PNP&D/Café), do CBP&D/Café, para realização a partir do ano de 2007 e que tem por objetivo o desenvolvimento de tecnologias para a sustentabilidade da produção de café em sistemas agroecológicos e orgânicos para a agricultura familiar da região.

Esse projeto tem o período de duração de vinte e quatro meses e uma equipe composta por quinze profissionais, sendo desses, doze doutores, ligados às áreas da agronomia, biologia, socioeconomia, fitotecnia, agroclimatologia e bioquímica. Uma importante contribuição do projeto é a condução do mesmo a partir da investigação participativa, ou seja, a elaboração de tecnologias no campo da agroecologia será feita a partir do conhecimento dos próprios agricultores. Para isso, os agricultores serão tão importantes nesse processo quanto os pesquisadores. Essa participação acontecerá, entre outras formas, pelo estabelecimento de unidades experimentais de produção nas propriedades da região, de acordo com a realidade local, onde serão testados sistemas integrados de produção orgânica de café, de forma a formar modelos passíveis de difusão da tecnologia gerada para a região. Durante o período de realização do projeto, serão desenvolvidos os planos de ação relativos a:

- 1) Caracterização socioeconômica do município de Alto Paraíso de Goiás: esse trabalho será realizado por meio de pesquisa de campo em que será aplicado um questionário a

grande parte dos produtores do município. Esses dados possibilitarão aos participantes do projeto conhecer a estrutura existente na região antes do início da realização do mesmo;

- 2) Estudo do meio físico regional e local, desenho e estabelecimento de um sistema padrão de produção de café orgânico: esse plano de ação tem por objetivo desenvolver um método rápido para avaliação da sustentabilidade de cafezais agroecológicos, a fim de propor e estabelecer modelos de produção orgânica adequados à agricultura familiar da região;
- 3) Avaliação, com a participação direta dos agricultores familiares, do comportamento de cultivares antigos e melhorados de café arábica no sistema orgânico de produção em diferentes ambientes da região. Com isso, pretende-se identificar a variabilidade genética para várias características agronômicas cujos dados serão, no futuro, exploradas em programas de melhoramento genético do cafeeiro; e selecionar cultivares de café promissores para o cultivo orgânico na região.
- 4) Seleção dos materiais orgânicos que são produzidos nas próprias propriedades da região, bem como as introduzidas, que tenham potencial para adubação dos cafeeiros e levantamento das plantas espontâneas da região para adubação verde;
- 5) Caracterização química e molecular dos cultivares de café antigos existentes na região por meio de técnicas químicas e moleculares com o uso de marcadores. Após análise, serão comparados os parâmetros nos sistemas convencional e orgânico.

No dia 18 de junho de 2007, a Embrapa Café e a prefeitura municipal de Alto Paraíso de Goiás assinaram um contrato de cooperação entre os dois órgãos para viabilizar o desenvolvimento do projeto. O contrato contempla, ainda, o desenvolvimento de estudos destinados ao aprofundamento do conhecimento técnico-científico no âmbito da agricultura, pecuária, silvicultura e demais áreas afins da região, além de outras áreas, como as de

desenvolvimento institucional, monitoramento ambiental, informática, instrumentação agrícola, zoneamento agroecológico e tecnologia dos alimentos. A assinatura foi realizada durante visita ao município do governador do estado, Alcides Rodrigues Filho, além de vários políticos de Goiás.

Além do projeto da Embrapa já em execução, outros estudos estão sendo feitos pelo órgão para o desenvolvimento de novos projetos de pesquisa, que contemplem atividades de grande importância para a produção de café com qualidade, como o processamento da pós-colheita. A preocupação com a qualidade do produto em todas as fases da produção é uma das grandes exigências do mercado consumidor mundial. Por isso, grande investimento está sendo feito pela pesquisa, governo e empresários brasileiros para que o setor produtivo enfatize a qualidade como fator essencial na ampliação da demanda do produto (SILVA; LEITE, 2000).

A busca do desenvolvimento de pesquisas com o café da região faz parte das ações que foram iniciadas para o desenvolvimento local. Prefeitura, Câmara Municipal e órgãos do governo vêm buscando a união da comunidade a fim de encontrarem soluções para seus problemas. Para isso, foi realizado o Fórum para o Desenvolvimento Sustentável de Alto Paraíso de Goiás, no dia 24 de fevereiro de 2007, na Câmara Municipal, que reuniu empresários, produtores rurais e lideranças locais com o objetivo de debater as alternativas para a região. O evento contou com a presença de representantes e líderes políticos locais, como o atual prefeito municipal, dois ex-prefeitos, além de outros políticos locais. O principal objetivo da reunião foi realizar levantamento dos produtos regionais que poderiam ter sua produção incentivada, de forma a se tornar mais uma fonte de renda para o município, agregando sua comercialização ao turismo local. Produtos tais como artesanato local, cristais de rocha e plantas do Cerrado já são comercializadas para os turistas. Discutiu-se, então, a viabilidade do aumento e divulgação da produção orgânica já tradicionalmente feita na região,

de produtos tais como frutas, frango, hortaliças e café, para comercialização ao turista, além do trigo veadeiro.

5. A REDENÇÃO PELO CAFÉ?

Como explicamos na Introdução, nossa proposta de investigação, em que pese possuir um referencial teórico-metodológico mais amplo, passou a integrar o processo desencadeado pela Embrapa Café e produtores do município de Alto Paraíso de Goiás. Por essa razão, o questionário elaborado e muitos direcionamentos nos procedimentos técnicos adotados visaram atender demandas do projeto de pesquisa daquela instituição e teve foco especialmente nessa cultura. Porém percebeu-se que, devido à estrutura de produção dos pequenos produtores do município, muito ainda é preciso fazer para que a produção agropecuária da região seja considerada comercial.

Para se ter uma idéia dos desafios para o futuro, conforme especificada na Tabela 5.1, a quantidade produzida de café de toda a região norte e nordeste de Goiás, conforme o IBGE, analisada no ano de 2005, não ultrapassa as 250 toneladas do produto. As áreas destinadas à colheita e colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção do café beneficiado, segundo as Unidades da Federação, as mesorregiões, microrregiões e os municípios produtores Brasil no ano de 2005 estão na Tabela 5.1.

Tabela 5.1 - Áreas destinadas à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção de café (beneficiado), segundo as Unidades da Federação, mesorregiões, microrregiões e os municípios produtores do Brasil – 2005

Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e os Municípios	Área destinada a colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Café (beneficiado)					
Goiás	7 548	7 548	16 022	2 122	62 086
Norte Goiano	248	248	250	1 008	672
Porangatu	120	120	66	550	132
Niquelândia	120	120	66	550	132
Chapada dos Veadeiros	128	128	184	1 437	540
Alto Paraíso de Goiás	40	40	24	600	62
Cavalcante	8	8	4	500	10
São João d'Aliança	80	80	156	1 950	468

Fonte: IBGE (2007).

Pode-se verificar nessa tabela que a produção de café no município de Alto Paraíso de Goiás foi de apenas 24 toneladas, em uma área plantada de 40 hectares. Uma produção e produtividade por árvore muito baixas, principalmente se comparada à produção dos principais estados produtores no Brasil naquele ano. As áreas destinadas à colheita e colhida, a quantidade produzida, o rendimento médio e o valor da produção do café beneficiado, segundo os estados produtores Brasil, no ano de 2005, estão na Tabela 5.2:

Tabela 5.2 - Áreas destinadas à colheita e colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção do café beneficiado, segundo os estados produtores do Brasil – 2005

Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e os Municípios	Área destinada a colheita (ha)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (t)	Rendimento médio (kg/ha)	Valor (1 000 R\$)
Café (beneficiado)					
Minas Gerais	1 043 308	1 043 308	1 002 672	961	3 674 138
Espírito Santo	545 289	545 289	532 435	976	1 300 241
São Paulo	221 700	221 700	201 130	907	729 516
Bahia	151 019	150 610	128 511	853	399 165
Rondônia	167 738	167 738	107 083	638	204 152
Paraná	106 219	106 219	85 977	809	297 297
Mato Grosso	29 448	29 448	15 902	540	28 775
Pará	22 263	16 626	18 021	1 083	16 340
Rio de Janeiro	13 772	13 772	15 734	1 142	38 571
Outros	24.999	23.662	16.682	5.037	38.531

Fonte: IBGE (2007).

Em 67,85% das propriedades visitadas no município a produção agropecuária era utilizada apenas para o autoconsumo. São agricultores sem grandes perspectivas de aumento de produção e de área plantada, sem acesso ao serviço de assistência técnica e extensão rural e sem acesso a financiamento rural. A renda dessas famílias provém, principalmente, dos salários de um ou mais membros da família que tem um emprego na cidade, na Vila de São Jorge ou mesmo na própria comunidade. Esses empregados trabalham para a prefeitura, outros órgãos do governo municipal ou para os estabelecimentos que exploram o turismo: restaurantes, bares, hotéis e pousadas. Dos habitantes entrevistados, 42,85% trabalham com alguma atividade relativa ao turismo.

As tabelas 5.3, 5.4, 5.5, 5.6 e 5.7, que apresentaremos a seguir, são resultados dos questionários aplicados a agricultores do município de Alto Paraíso de Goiás. Elas apresentam o número de famílias existentes em cada item estabelecido por coluna. A principal renda de cada família, por região estudada, está na Tabela 5.3.

Tabela 5.3 - Número de famílias por principais atividades desenvolvidas das quais obtêm renda, por região estudada

Região	Atividades				Recebem renda governo
	Trabalho na cidade/comunidade	Turismo	Agricultura/pecuária	Outras	
Vila São Jorge	5	4	3	1	4
Estrada S. João D'Aliança	1	-	6	1	2
Serra	2	-	4	1	2
Total	8	4	13	3	8

Fonte: pesquisa de campo

Das famílias entrevistadas, 28,57% recebem qualquer tipo de benefício do governo, que pode proceder de qualquer programa social de iniciativa dos governos estadual ou federal. A principal renda citada foi a aposentadoria, que é mencionada como uma das principais fontes de renda. Porém, em duas famílias, percebeu-se que essa passa a ser a principal renda de sustentação da família, utilizada para a compra de gêneros de primeira necessidade, no momento da ausência de outras rendas.

Tabela 5.4 - Número de famílias por tamanho das propriedades, por região estudada

Região	Até 20 ha	21 a 50 ha	51 a 200 ha	201 a 999 ha	Acima de 1000 ha
Vila São Jorge	-	1	8	2	2
Estrada São João D'Aliança	1	2	2	1	2
Serra	6	-	-	1	-
Total	7	4	8	4	5

Fonte: pesquisa de campo

Apesar de grande quantidade dos produtores, 75% do total de entrevistados, terem propriedades com mais de 20 hectares (Tabela 5.4), apenas uma propriedade entre as visitadas

possui mais de três empregados (Tabela 5.5). Em todas as outras, o trabalho da terra é feito apenas por membros da família, na maioria dos casos em período parcial. Apenas um membro da família tem dedicação integral à propriedade e à produção agropecuária que é realizada na mesma. Por esse motivo, em quase todas, só foi possível entrevistar um membro da família para aplicação do questionário, já que os outros membros ou estavam em seus empregos na cidade ou na comunidade, ou não moravam na propriedade (moram em outras cidades). Das pessoas entrevistadas, 46,42% tinham idade acima de 60 anos, e eram elas que cuidavam, sozinhas, durante todo o dia, das atividades relativas à propriedade, ou seja, relativas ao cultivo das plantas e trato dos animais. As idades dos entrevistados, por área pesquisada estão na Tabela 5.6.

Tabela 5.5 - Número de propriedades que não possuem empregados, com um ou dois empregados e com mais de dois empregados, por região estudada

Região	Zero	Até dois	Acima de dois
Vila São Jorge	9	4	-
Estrada São João D'Aliança	3	4	1
Serra	6	1	-
Total	18	9	1

Fonte: pesquisa de campo

Tabela 5.6 - Número de entrevistados por faixa de idade, por região estudada

Região	Até 29	Entre 30 e 39	Entre 40 e 49	Entre 50 e 59	Acima de 60
Vila São Jorge	-	1	7	1	4
Estrada São João D'Aliança	-	1	1	1	5
Serra	-	2	-	1	4
Total	-	4	8	3	13

Fonte: pesquisa de campo

O tamanho das propriedades relatado pelos entrevistados nem sempre é exato, já que não existe demarcação de terras na região. Apenas onze pessoas entrevistadas afirmaram que as propriedades eram próprias, porém não foi possível confirmar se essas propriedades possuíam escritura registrada. Dos entrevistados, 42,85%, afirmam ter direito de posse às propriedades, por habitarem na terra há mais de 40 anos. Essas terras, bem como as que foram doadas pelos antigos proprietários, são as áreas que não estão devidamente demarcadas, conforme citamos anteriormente.

A produção agrícola em todas as propriedades visitadas é diversificada. São produzidos, principalmente, os alimentos mais consumidos pelas famílias, como: vários tipos de hortaliças e frutas, feijão, arroz, milho e mandioca - para fazer a farinha - além da cana, que é utilizada para fazer a rapadura. O gado, os porcos e as aves, como galinhas e patos, estão, geralmente, soltos na propriedade, utilizados para o consumo de carnes e de seus subprodutos pela família.

Algumas ervas do cerrado bastante conhecidas para uso medicinal foram encontradas, também, em todas as propriedades visitadas para a pesquisa. Podiam ser encontradas em viveiros plantados e cercados, usados para protegê-las das galinhas e de outros animais, ou nas margens das nascentes. Foram encontradas a carqueja, o boldo, a erva cidreira, o assapeixe, a hortelã, o poejo, a arruda, o bálsamo, a babosa, a quebra-pedra, o manjeriço, o barbatimão, além de várias outras. Todas as famílias da região afirmam usar largamente essas ervas, bem como declaram acreditar no seu poder de cura.

Poucos são os produtos comercializados pelos agricultores, geralmente na feira que acontece na cidade de Alto Paraíso todo sábado logo no início da manhã. Para ir até a feira, carros dos moradores da área rural ou da cidade são fretados pelos produtores para levar os produtos até a cidade. Os carros nem sempre são suficientes para transportar todos os produtores, por isso alguns vão para a cidade à pé, andando 10 e às vezes até 20 quilômetros

para chegar à feira. Para isso, geralmente saem de casa ainda no escuro, quando o dia ainda não amanheceu.

Apenas poucos pequenos produtores da região participam da feira, que comercializa tanto pequenos animais quanto produtos agrícolas e alimentos elaborados a partir deles, como hortaliças, frutas do cerrado (cajá-manga, pequi, jabuticaba), doces e vinhos preparados com frutas nativas, mandioca e farinha, rapadura, açúcar mascavo e café. Também são comercializados produtos alimentícios utilizados na cozinha alternativa (macrobiótica, vegetariana), como queijo de soja (*tofu*), broto de feijão e *seitan*¹⁶. A feira, que possui um espaço próprio e reservado na cidade ao lado da prefeitura, comercializa, ainda, produtos medicinais: sabonetes de pequi, de tiguí-do-cerrado e de abacate, além das *garrafadas* preparadas por Dona Flor. Produtos artesanais, como brincos, pulseiras e outros também são comercializados pelos artesãos da cidade para os turistas que eventualmente visitam a feira.

Dos entrevistados na região, 10,78% afirmaram ter acesso regular aos técnicos da assistência técnica e extensão rural públicos, que no estado de Goiás são realizadas pela AGÊNCIARURAL¹⁷, para obter alguma informação sobre as plantações. Esse acesso é assegurado, apenas para os agricultores que podem se deslocar até a sede da instituição na cidade de Alto Paraíso. 35,78% afirmaram, porém, que duas vezes por ano, geralmente nos meses de maio e novembro, algum veterinário da instituição realiza a aplicação de vacinas nos animais. A pesquisa foi realizada apenas com os produtores do município. Não temos, portanto, informações sobre a atuação da instituição na região.

¹⁶ O seitan ou glúten, como por vezes também é designado, devido ao nome da proteína do cereal, é um substituto da carne derivado de uma proteína de trigo chamada glúten. É utilizado como substituto da carne, não só devido sua qualidade protéica como também pela forma de preparação culinária. O seitan é produzido a partir da produção da farinha de trigo (WIKIPÉDIA,2007b).

¹⁷ A Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário – AGENCIARURAL, foi criada pela Lei nº 13.550, de 11/11/1999, e seu objetivo é desenvolver atividades de assistência técnica, social e gerencial aos produtores rurais; é responsável, entre outras atividades, pelos feitos direcionados ao desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Araguaia – Caiapó; está inserida nas ações do Programa Nacional de Agricultura Familiar; desenvolve pesquisa agropecuária e, ainda, trabalha com a regularização fundiária, assentamentos e reforma agrária. Em parcerias com outros organismos, a AGENCIARURAL está atuando, ainda, em ações relacionadas com o Sítio Histórico Kalunga (AGÊNCIARURAL, 2007)

Com relação a financiamentos rurais, os pequenos produtores da região preferem não procurá-los. Os que já se aventuraram em buscar algum financiamento em anos anteriores, dizem se arreponderem, devido às grandes angústias que tiveram que enfrentar no momento de pagar pelo financiamento. Afirmam que o banco geralmente começa a cobrar o pagamento da dívida meses antes de a produção começar a ser negociada, o que inviabiliza a tomada de financiamentos, principalmente para aqueles que não possuem renda regular com a produção.

Em todas as propriedades onde o café ainda permanece produzindo existem pelo menos um membro da família que conhece como cuidar da plantação, colher, descascar, limpar, torrar e moer o produto. Um conhecimento que passou, na maioria dos casos, de pai para filho, ou de mãe para filha, durante muitos anos. Alguns produtores torram e moem o grão ainda com a casca, pois acreditam que, dessa forma, o café conserva melhor a sua doçura natural.

O modo de preparo do café colhido pelas famílias na região segue o que tradicionalmente se faz em todo o interior do Brasil: o pó torrado é passado em coador de pano; o açúcar - ou em grande parte dos lares, a rapadura - já é acrescida à água fervente, antes mesmo de passá-la pelo pó; o café é ralo, feito com pouco pó e muito doce. Esse modo de preparo, apesar de muito utilizado no interior do Brasil, contraria todas as recomendações para o preparo de um café de qualidade¹⁸.

Como, no momento da colheita do produto, as famílias colhem apenas os grãos que estão no ponto de colher e que serão consumidos nos próximos meses, o produto conserva seu

¹⁸ Conforme Pozza *et al* (2000), essas recomendações são: a bebida preparada deve ser consumida em no máximo uma hora, pois o café pronto perde suas características após esse período; lavar o coador de pano apenas com água, nunca com sabão; usar preferencialmente água filtrada para preparar o café; aquecer o bule e as xícaras que serão utilizadas para a bebida; o tempo de contato entre a água e o café no momento do preparo deve, variando conforme o equipamento e a preferência pessoal, ser: para moagem fina até 4 minutos, para moagem média de 4 a 6 minutos, para moagem grossa de 6 a 9 minutos; deve-se usar a proporção de 8 a 10 litros de água para cada 500 gramas de pó, ou 5 a 8 g/100 cc; não se deve adoçar o café antes de seu preparo, pois ele deve ser adoçado na xícara; o pó deve ser acondicionado em lugar fresco e com a embalagem bem fechada, sem que haja o contato com outros alimentos, para que ele não absorva outros odores; a água não deve ser fervida, sua temperatura deve ser entre 90 e 100°C; deve-se passar pelo pó apenas água quente, nunca a bebida; o pó e a bebida já pronta devem sempre ser descartados, e nunca reutilizados; as garrafas térmicas devem ser muito limpas e de uso exclusivo do café; nunca deve-se armazenar na garrafa térmica a bebida já adoçada, pois isso fará com que se forme uma crosta de caramelo de mau sabor nas paredes do recipiente.

aroma e sabor, tornando-o mais apazível do que muitos cafés comercializados no mercado brasileiro. O café utilizado é o chamado seco natural, ou seja, aquele que é seco no pé e com a casca, que o diferencia dos cafés cerejas descascado e despulpado, muito utilizado em outros países. O café seco natural, conforme Mello (2001), tem 2% a mais de açúcares do que o café lavado e fermentado.

Outros fatores fazem do café da região um produto de qualidade superior. Conforme Mello (2001), no Brasil existem regiões que, naturalmente, possuem condições favoráveis à produção de cafés de boa qualidade, mesmo os cafés preparados em terreiros, com os cuidados usuais. E as regiões que são mais conhecidas que têm essas condições favoráveis são as do café do Cerrado, abrangendo as dos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e São Paulo.

Além disso, outras características da região tornam seu café favorável a um produto de boa qualidade. Entre elas, Mello (2001) cita:

a) temperaturas mais baixas, presentes em regiões de altitudes mais elevadas¹⁹, que condicionam uma frutificação e, principalmente a maturação dos frutos em período mais longo, além de reduzir a atividade microbiana, responsável por fermentações indesejáveis nos frutos;

b) chuvas bem definidas, com um período seco coincidente com a época de colheita do café, o que facilita a secagem do produto e reduz as fermentações, além de proporcionar uma florada mais uniforme na retomada das chuvas;

c) umidade baixa do ar, que dá condições para que não haja fermentações indesejáveis nos frutos.

Todas essas condições para a produção de um café de qualidade existem na região.

O café é visto, pela maioria dos agricultores, como um produto para consumo da família e de seus amigos e visitantes, não para comercialização. Dos dezessete (17) produtores

¹⁹ A microregião da Chapada dos Veadeiros é composta pelos municípios que se localizam nas terras mais altas do Brasil Central: São João d'Aliança (sul), Colinas (oeste), Cavalcante e Santa Terezinha (norte), Nova Roma (leste) e Alto Paraíso de Goiás (centro) (UDRY, 2001).

entrevistados que possuem na sua propriedade alguns pés de café, apenas 17,64% estão comercializando seu produto por meio de cafeterias, restaurantes e bares, na cidade de Alto Paraíso e em Brasília. E, desses produtores, apenas um procura adquirir mais conhecimentos acerca do cultivo, do produto e do mercado de café, a fim de aumentar sua produção e a comercialização do produto. Cinquenta por cento dos produtores não têm consciência ou conhecimento sobre a importância da produção do café da região, nem sobre o mercado cafeeiro. A grande maioria não pensa em tornar sua produção comercial. Porém, todos eles (100%) se mostraram interessados em atingir um cultivo comercial caso a produção seja estimulada, por meio de financiamento próprio e auxílio técnico.

As principais características das atividades desenvolvidas nas propriedades da região estão na Tabela 5.7. Nela, são apresentados, ainda, os números relativos à produção de café.

Tabela 5.7 - Características das atividades desenvolvidas nas propriedades da região, por região estudada

Região	Características das atividades		Propriedades com café	
	Produção autoconsumo	Trabalha com ecoturismo	Café na propriedade	Comercializa o café
Vila São Jorge	9	9	6	2
Estrada São João D'Aliança	4	1	7	1
Serra	6	2	4	-
Total	19	12	17	3

Fonte: pesquisa de campo

Apresentamos, a seguir, as informações conseguidas por meio dos questionários aplicados, por cada uma das regiões de produção do município.

5.1 Proximidade do Parque Nacional favorece o turismo

Na região às margens do Rio São Miguel, próxima à Vila São Jorge, foram visitadas treze famílias, onde foram aplicados os questionários. Onze deles foram respondidos por homens e dois por mulheres.

Nessa região, foi encontrado o maior número de pessoas que trabalham, de alguma forma, com o turismo. Nove famílias entrevistadas afirmaram que exploram o turismo da seguinte forma: quatro chefes de família são guias turísticos, principalmente procurados por turistas para visitação do Parque Nacional; tr s realizam alguma atividade relacionada ao turismo em estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes ou pousadas existentes na Vila São Jorge e duas famílias exploram suas terras para a visitação turística, com a cobranç a de cerca de R\$ 5,00 por pessoa para a visitação de suas propriedades, onde podem ser feitos banhos nas cachoeiras, passeios nas trilhas, e outras atividades.

Quatro famílias entrevistadas têm auxílio da aposentadoria de pelo menos uma das pessoas da família e nenhuma recebe outros auxílios do governo, como bolsa família.

Oito moradores entrevistados utilizam suas propriedades apenas para produção de alimentos, principalmente frutas e hortaliç as, para o autoconsumo. Sete pessoas responderam que moram na Vila São Jorge, mantendo a propriedade como fonte de lazer para a família e como forma de manter um patrimônio. Um morador afirmou: “  a forma de apreciarmos a natureza e a beleza daqui, pelo menos nos finais de semana”.

Das propriedades da região, apenas uma tem menos de trinta hectares, nove possuem entre 150 e 250 hectares e três possuem mais de 500 hectares.

Uma moradora entrevistada, que tem uma área próxima à Via São Jorge, cercou sua propriedade e instalou na entrada uma portaria, onde podem passar os carros com turistas para visitação do rio que passa logo abaixo. Pagando a entrada, ao preç o de cinco reais por pessoa, os visitantes podem ficar o dia todo na propriedade, cuja mata está ainda preservada. Além da exploração do turismo, vive-se têm também com recursos da aposentadoria, recebida por dois

membros da família. Para ela, “com a produção agrícola é muito difícil garantir renda, pois além da terra ser de difícil trato, por ter muito cascalho, a burocracia para alcançar a licença de produção, pelo Ibama, é muito difícil, além de não termos terra bastante para aumentar a produção já existente”.

A propriedade possui cerca de 35 pés de café, conforme afirmou a moradora, que estão localizados bem em frente da varanda da casa, sede da propriedade. Além disso, ali é produzida a mandioca, que é usada para fazer a farinha, apenas para o consumo da família. Existem, ainda, algumas galinhas e duas vacas. Árvores frutíferas também estão espalhadas no quintal, como laranjeiras, pitangueiras, cajueiros, jabuticabeiras, mamoeiros, jambeiros, tamarineiros e outras. A família cultiva as hortaliças que consome. A agricultora afirma que já tentou produzir milho para comercialização na propriedade, mas teve que parar a produção por exigência do Ibama, que via no cultivo uma ameaça à preservação da mata existente na margem do rio.

A Vila São Jorge fica a 36 quilômetros de Alto Paraíso e possui hoje cerca de 300 moradores fixos. Na Vila existem uma escola de ensino fundamental e um posto de saúde que funciona duas vezes por semana. Porém, segundo seus moradores, o posto de saúde não consegue atender às necessidades da população da Vila, que se utiliza, para isso, do trabalho dos agentes de saúde. Hospital e, inclusive, as farmácias, quando necessários, devem ser procurados na cidade de Alto Paraíso. Na Vila, uma associação reúne as atividades dos guias, a Associação dos Condutores de Visitantes da Chapada dos Veadeiros (ACVVCV).

Naquela região existe pelo menos uma das propriedades que possui uma área preservada, com registro como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). São 110 hectares de área protegida. A legislação para o estabelecimento de áreas particulares protegidas no Brasil já existe desde o Código Florestal de 1934. Naquela época, essas áreas eram chamadas *florestas protetoras*. As reservas existentes atualmente são regidas pela lei do Sistema

Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), estabelecida em 2000 e que concede, aos proprietários, benefícios como: direito de propriedade preservado; isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural referente à área estabelecida como RPPN; prioridade na análise dos projetos pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA); preferência na análise de pedidos de concessão de crédito agrícola para projetos a serem implementados na propriedade; e possibilidades de cooperação com entidades privadas e públicas na proteção, gestão e manejo da RPPN (IBAMA, 2007b).

Seu proprietário é, segundo ele, um engenheiro agrônomo que se estabeleceu na região nos anos 1980, quando para lá se dirigiu, juntamente com outras pessoas, para criar uma comunidade onde todos pudessem viver em harmonia com a Natureza, tirando da terra o seu sustento. Porém, sua família foi a única que permaneceu na terra até hoje. Para ele,

o que atrapalhou a produção aqui foi o turismo. Quando veio o turismo, ninguém mais quis produzir e todo mundo saiu da terra. Esse foi o grande impacto aqui no campo. O abandono do campo. Foram saindo da terra para trabalhar com o turismo. Mas, agora tem alguns voltando, aos poucos.

Entre esses produtores que estão retornando à produção agrícola, estão principalmente os interessados na produção de café orgânico.

Um outro agricultor daquela região já produziu mais de três mil mudas de café cujas sementes foram retiradas das árvores antigas existentes na sua propriedade. Esse produtor, que mora em Brasília, é proprietário de uma área com mais de mil hectares de extensão, herdada pela família de sua esposa. Porém, grande parte da propriedade está preservada com vegetação nativa. Nela, segundo ele, existem pés de café, ao longo do rio, muito antigos, provavelmente descendentes daqueles plantados pelos bandeirantes. A área onde os pés estão localizados é de muito difícil acesso e com mata muito fechada. Para os moradores da região, essa fazenda é uma das que possui os pés de café levados para a região ainda no século XVIII.

O proprietário, preocupado com a preservação do patrimônio que possui na região, também pretende transformar parte de sua propriedade em RPPN. É bastante interessado, também, na produção orgânica do café. Por isso, já participou de vários cursos e eventos, em Brasília, relativos à produção, beneficiamento e até à industrialização do café. Ele pretende fazer, de sua pequena lavoura, uma produção comercial. Seus pés de café, obtidos a partir das sementes do café retiradas das árvores próximas ao rio, estão plantados, agora, próximo à sede da propriedade, juntamente com árvores frutíferas e outras plantas do cerrado, obtendo uma produção agroecológica ou, como o produtor diz, produzido organicamente. A partir do café colhido das árvores antigas, esse produtor levou o produto, já torrado e moído, a feiras e cafeterias, além de eventos específicos de exposição e comercialização de produtos orgânicos, em Brasília, onde o café passou, então, a ser testado e aprovado por consumidores, tanto conhecedores quanto leigos. Na sua opinião,

[...] o café é um produto chave pra desenvolver Alto Paraíso. Já tentaram tantas outras coisas, mas que não deram certo, especialmente porque é uma região turística. Mas, precisamos procurar o que a região tem para oferecer para o turista, além da sua beleza cênica. O café vem dar identidade à região.

5.2 Grandes fazendas e produções extensivas

O agricultor da Cidade da Fraternidade, porém, acredita que outros fatores estão envolvidos para o café conseguir se estabelecer na região. Descendente de negros, o agricultor mora há mais de 25 anos na Cidade da Fraternidade, comunidade espírita localizada a cerca de 30 quilômetros de Alto Paraíso, desde que se estabeleceu ali, vindo de Minas Gerais. Ele acredita que o fator místico deve ser levado em consideração quando se busca o desenvolvimento da região. Segundo ele, “tudo o que for feito na região que resgate o que foi trazido pelos negros vai prosperar. Fora isso, o que não é resgate dos negros, não vai pra frente”.

O agricultor mostra, ali perto, o vale do Sapucaí, que é ladeado por um paredão de pedra, por onde os negros passavam carregando os senhores que iam a caminho de Niquelândia (GO) em busca de ouro e diamantes. E lembra que por aquela região também passou a rainha Maria Vitória, carregada por seus escravos, quando ia de São João D'Aliança para o norte do país.

Onde eles faziam parada, às vezes de seis meses no local, eles cultivavam. Eles traziam a semente e iam plantando. E foram ficando, pois têm os kalungas na região. Assim como ficaram os kalungas, a mandioca que eles traziam ficou. A cana não ficou porque ela é doce e o cupim acabou com ela. Eu achei aqui o anis verde, que tem mentol, num local onde eles fizeram parada. E o café que eles trouxeram foi aquele que dá um grão só e que é o melhor café que tem. [sic]

Além da Cidade da Fraternidade, na região cujo acesso é ao longo da estrada que liga Alto Paraíso a São João D'Aliança existem antigas fazendas, onde se encontram agricultores já estabelecidos na região há vários anos e os novos moradores, chegados após a construção de Brasília. É nessa região que se encontra a antiga fazenda Bandeira, provavelmente uma das primeiras a serem estabelecidas no território, ainda pelo sistema de sesmarias, no início da ocupação da região nordeste de Goiás. Ali se encontra o maior número de produtores patronais locais verificados pela presente pesquisa. Ali, pode-se perceber a existência de produções agropecuárias extensivas, principalmente de milho, soja, eucalipto e gado. Isso, provavelmente, por ser essa região de solo mais plano, possibilitando o uso de tratores, colheitadeiras e máquinas de grande porte. Além disso, existem ali as propriedades que estão fora da jurisdição da APA de Pouso Alto. Nos últimos anos, a produção de cana-de-açúcar está sendo iniciada em várias fazendas, pelo estímulo de culturas destinadas à produção de biodiesel.

Dos oito questionários aplicados na região, cinco foram respondidos por homens, um por mulher e dois pelo casal de proprietários. A maioria das propriedades, cinco delas ou 62,5%, é

própria, sendo que, das outras, duas (25%) são utilizadas por regime de comodato, dentro da Cidade da Fraternidade, e uma (12,5%) é arrendada do proprietário para a produção comercial de eucalipto. Três propriedades (37,5%) têm até 30 hectares, duas (25%) entre 30 e 100 hectares e três (37,5%) acima de 500 hectares, sendo duas (25%) acima de 1000.

O acesso às propriedades é pela estrada que liga Alto Paraíso à cidade de São João D'Aliança. Uma das propriedades onde o questionário foi aplicado, que não está inserida na APA de Pouso Alto, teve que ser dividida ao meio quando da construção da estrada, o que dificultou a produção agropecuária. Ali, a produção é feita apenas para o autoconsumo.

Quatro propriedades produzem alimentos apenas para o autoconsumo. As outras quatro produzem comercialmente: duas produzem eucalipto - que é vendido para a produção de carvão e para a produção de estacas para escoramento e para a construção de cercas - uma é de criação de gado e uma produz arroz, cana e trigo.

Duas famílias têm auxílio da aposentadoria e nenhuma recebe outros auxílios do governo. Duas pessoas entrevistadas afirmaram ter emprego na cidade, porém, a grande maioria dos moradores afirma que seus filhos trabalham empregados tanto em Alto Paraíso, quanto em outras cidades.

A Fazenda Bandeira, que era de 50 alqueires goianos, ou 240 hectares, foi dividida entre os oito filhos do Sr. Sérgio, agricultor que morreu em 2007, após viver mais de 90 anos. Os oito irmãos moram no mesmo local com suas famílias. As propriedades, de cerca de 25 hectares cada uma, produzem alimentos para o autoconsumo das famílias, tais como frutas, mandioca e café, além do gado, porcos e galinhas. O excedente da farinha de mandioca e da rapadura produzida são vendidos na própria fazenda, para os turistas que por ali passam, a caminho da cachoeira do Macaquinho.

A região fica a cerca de 30 quilômetros de Alto Paraíso, e o deslocamento para a cidade é muito difícil. Hospitais, comércio e segurança pública só existem na cidade, porém uma

escola rural de nível fundamental atende os alunos a cerca de quatro quilômetros da comunidade.

O café para o consumo das oito famílias é produzido por apenas uma das irmãs, nas horas de folga, no momento em que a agricultora não está trabalhando em seu emprego na cidade de Alto Paraíso. A fazenda Bandeira é uma das referências para o resgate do café antigo. Acredita-se que os pés ainda existentes na propriedade sejam descendentes de pés que datavam dos anos de 1850. Atualmente, esses pés têm cerca de 25/30 anos e não dão muitos frutos. São árvores sem adubação e irrigação e que, mesmo após tantos anos sem o tratamento adequado, ainda continuam produzindo, mesmo que apenas poucos frutos. Novos pés foram plantados, de onde são retirados os frutos para o consumo da família. O excedente do café da propriedade já está sendo fornecido para comerciantes da cidade de Alto Paraíso. Todo o trabalho de preparação do café para o consumo é feito na propriedade. Os grãos são retirados dos cerca de 50 pés existentes na fazenda pelos membros da família, a secagem é realizada em plástico preto, o descascamento em pilões, e a torra do café em tachos de cobre.

Apenas uma das oito propriedades pesquisadas nessa região não possui algum pé de café, porém, segundo seu proprietário, ela já teve uma grande produção cafeeira. Das sete propriedades onde o café é produzido, apenas uma vende seu produto para um restaurante em Alto Paraíso. Isso porque o proprietário do restaurante busca o café na fazenda com seu carro, já que, segundo seus moradores, é muito difícil transportar grande quantidade de produto até a cidade. Para os habitantes de menor renda da região, o transporte até a cidade é feito apenas por meio de ônibus, carros fretados, quando é necessário transportar algum objeto, ou cavalo.

Um pecuarista da região lida praticamente sozinho, auxiliado apenas por um vaqueiro contratado e por um neto, com a criação das 500 cabeças de gado existentes na sua propriedade, de mil hectares. Segundo ele, antigamente os moradores da região tinham muito dinheiro, “porém, ao venderem suas terras e se mudarem para Brasília, os patrimônios e as

riquezas foram perdidos. Como o conhecimento dessas pessoas era o de lidar com a terra, a vida na cidade não lhes trouxe prosperidade, e perderam quase tudo que tinham”. Para ele, os proprietários que venderam suas terras no município e foram para Brasília, hoje não conseguem comprar nem um lote na cidade de Alto Paraíso.

Sua esposa, de 67 anos, lembra que, na chácara que era de seu avô, o café “é nativo na mata”. E recorda-se de quando era criança, que havia tanto café na propriedade do avô, que era preciso fazer escala de trabalhadores para colheita do produto, devido a grande quantidade de catadores que eram contratados, incluindo duas ou três famílias inteiras. Para ela, foram as doenças trazidas com as novas mudas que acabaram com os cafezais locais.

A fazenda continua sendo o local para onde os filhos e suas famílias sempre retornam, seja nas férias escolares, nos feriados ou mesmo nos finais de semana. O gosto pela terra e pelo sustento que ela proporciona à família, é uma herança que os pais buscam valorizar no contato com os filhos e netos. Para o casal de antigos agricultores, “é importante que mostremos para os filhos e os netos o nosso gosto pela terra. Depois, se eles quiserem vender, que vendam, mas nossa obrigação foi feita”.

5.3 Beleza exuberante dos vales produtivos

A região da Serra, composta pelos vales produtivos Moinho, Bonsucesso e Pé de Serra, é uma das regiões mais bucólicas e bonitas que encontramos quando da realização da pesquisa na região. Os vales são de uma beleza exuberante e as montanhas, cobertas pela vegetação nativa do cerrado, possuem uma variedade de espécies animais e vegetais desse rico ecossistema. No Moinho, onde moram cerca de sessenta famílias, encontramos as áreas de menor extensão de todo o município, o que dificulta em muito a produção agrícola. São áreas de no máximo três hectares onde são produzidos vários gêneros alimentícios, tais como frutas, hortaliças e grãos. Além disso, a área ainda comporta pequenos animais, como aves, patos e

porcos. Três das cinco pessoas entrevistadas no Moinho (60%) afirmaram ainda ter café do antigo em suas propriedades, porém são poucos pés e que produzem pouca quantidade de grãos. A pessoa entrevistada no Bonsucesso produz café para o consumo da família e a da região do Pé de Serra não tem mais café em sua propriedade.

A principal fonte de renda para os produtores rurais do Moinho é a horta comunitária instalada em 2006 pela prefeitura de Alto Paraíso de Goiás, da qual participam 26 famílias. A horta foi preparada em um terreno cedido, por comodato à prefeitura, pelo proprietário da área. Na horta, a água para irrigação das plantas é levada por meio de uma bomba d'água doada à região pela Secretaria de Agricultura do Estado de Goiás. Cada família tem sua área de produção no espaço da horta, onde são plantadas várias hortaliças, verduras e tubérculos. Desde sua instalação, a prefeitura fornece as sementes e o adubo orgânico utilizados na horta, além do técnico agrícola que orienta os participantes sobre a produção.

Além disso, a prefeitura busca as formas de escoar a produção no comércio local. A ajuda da prefeitura deverá durar até 2008, quando cada uma das famílias participantes deverá passar a arcar com todas as despesas de produção e com a comercialização. As primeiras hortaliças colhidas estão sendo consumidas pelas próprias famílias, doadas para escolas na comunidade, ou vendidas nas residências, comércios e na feira da cidade de Alto Paraíso.

A produção agropecuária de seis das sete famílias visitadas é apenas para o autoconsumo. Porém, por ser uma região que tem grande fluxo de turistas, peças artesanais, bijuterias, compotas de doces, geléias e rapadura são comercializados na própria região para os visitantes.

Dentro da comunidade do Moinho existe uma escola que atende a todas as crianças que cursam o ensino fundamental da região. Possui, também, um posto de saúde, que funciona um dia a cada mês. Segundo os moradores locais, o posto de saúde atende satisfatoriamente a comunidade para a realização de consultas médicas, aplicação de vacinas e o atendimento de

outras necessidades. Além disso, os agentes de saúde e as parteiras que habitam na região atendem sempre que os moradores precisam de atendimento de urgência. São geralmente mulheres que fazem o acompanhamento pré-natal das gestantes e ministram ervas medicinais sempre que necessário. Conforme Udry (2001), que realizou pesquisa sobre a manutenção da saúde na região, o trabalho dos agentes de saúde é fundamental para a população local. Sobre o trabalho de uma das agentes de saúde ela afirma: “Como agente de saúde, ela atende, às vezes de bicicleta, toda a região: Moinho, Pé de Serra, Bom Sucesso, Gamelera, Guarda Mor e Boqueirão. Devido às distâncias, às vezes é necessário pernoitar no local para continuar o trabalho no dia seguinte” (UDRY, 2001, p.206).

Nenhuma das pessoas entrevistadas afirmou receber qualquer auxílio do governo, nem aposentadoria nem bolsa família. Um dos sete entrevistados trabalha em emprego na cidade de Alto Paraíso e dois trabalham em emprego na comunidade do Moinho. Para essas famílias, o trabalho na terra é feito nos finais de semana ou nas horas vagas.

6. A BUSCA POR UM PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

A valorização dos ecossistemas preservados é uma realidade recente em todo o mundo. A exasperação ante os desastres ambientais, causados pelo desenvolvimento dos países capitalistas durante os anos 1950 e 60, fez surgir uma nova visão da economia que levou Veiga (2003), a questionar *quanto vale um ecossistema?* Para mostrar o valor dos benefícios proporcionados aos seres humanos pelos dezesseis grandes ecossistemas terrestres, que são usufruídos gratuitamente há milhões de anos pela humanidade, o autor cita os resultados de um estudo publicado pela revista *Nature*. As funções desempenhadas pelos ecossistemas ao serem preservados durante um ano, segundo esses estudos, valem quase duas vezes a riqueza produzida no mundo no mesmo período, ou seja, cerca de 33 trilhões de dólares anuais. Veiga (2003) conclui, a partir dessa afirmação, que há um preço a pagar pela utilização da natureza para a produção agrícola.

A preservação do meio ambiente e da biodiversidade podem proporcionar retorno econômico para aquelas populações que sabem usufruir os recursos de forma racional. Segundo Favareto (2007, p. 196/197), essa forma de utilizar a natureza pode ser mais vantajosa do que a agricultura, já que, nos últimos anos, o uso social dos recursos naturais passaram:

do privilégio à produção de bens primários a uma multiplicidade de possibilidades, onde se destacam aquelas relativas à valorização e aproveitamento das amenidades naturais, à conservação da biodiversidade, e à utilização de fontes renováveis de energia.

As informações apresentadas nos capítulos anteriores indicam que os habitantes da região da Chapada dos Veadeiros já sabem quanto vale a preservação de seu ecossistema²⁰.

²⁰ O Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) está realizando projeto que tem por objetivo estimar o valor de existência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros atribuído pela população de Brasília, a cidade mais próxima (250 km) e que maior número de turistas envia para a região. A

Durante pelo menos quarenta anos, eles aprenderam a conservar, valorizar e cuidar do material genético existente na área preservada do cerrado. Nem sempre essa valorização foi espontânea, tendo que ser imposta, muitas vezes, por determinação dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental, com base nos instrumentos legais em vigor.

Hoje, ao adquirirem nova visão do espaço rural, seus habitantes descobriram que o ecossistema preservado tem valor (PERICO; RIBEIRO, 2005; VEIGA, 2006; FAVARETO, 2007). Eles descobriram que, com o turismo, podem tirar vantagens econômicas de suas propriedades quando conservam o ambiente natural, intocado. Essas vantagens não advêm apenas da exploração do turismo. Uma das alternativas existente é a extração dos produtos nativos que o ecossistema oferece, tais como os frutos do cerrado, que hoje estão sendo muito valorizados tanto no mercado interno quanto no externo. Vale lembrar que a estratégia de utilização de um produto típico do território (no caso, o fruto do cerrado) aliado à agricultura familiar, agrega valor à atividade (ESPÍRITO SANTO *et al.*, 2003). Outra estratégia é pelo aproveitamento das plantas medicinais do cerrado. Isso porque em todo esse ecossistema existem diversas espécies de plantas que podem ser utilizadas para fins medicinais (UDRY, 2001).

A produção agrícola comercial também é possível. E, para que ela atinja os consumidores, é preciso que o mercado seja socialmente construído, por meio de produtos diferenciados que sejam característicos da região. E é isso que o município de Alto Paraíso de Goiás está buscando ao *inventar* a tradição (HOBBSAWM, 2006) da produção agrícola do trigo veadeiro e do café tradicional. Ou seja, ao tentar restabelecer continuidade de seu passado histórico, buscam resgatar o que está ligado ao *habitus* (BOURDIEU, 1987) da região. Não apenas o passado histórico propriamente dito, mas, principalmente o que está contido nos costumes e na memória coletiva (HALBWACHS, 1990) de seus habitantes no

pesquisa está sendo realizada a partir do método Avaliação Contingente (AC), que procura, por meio de inquéritos, estimar o valor monetário de determinado bem ambiental (IBAMA, 2007c).

presente. Dessa forma, reconstruam, com base no presente, as informações transmitidas de geração em geração, preservando-as permanentemente (GIDDENS, 1997).

Foi essa busca por resgatar a produção agrícola comercial dos produtos tradicionais da região que havia sido esquecida pela maioria dos habitantes após a descoberta da sua vocação para o turismo, que nos impeliu à elaboração do presente estudo. É difícil prever, no momento, o resultado da iniciativa das lideranças regionais e dos organismos que estão estimulando a produção comercial do café, porém, com os resultados preliminares obtidos nesse trabalho, bem como com as primeiras percepções dos pesquisadores envolvidos no projeto em desenvolvimento pela Embrapa, podemos destacar alguns aspectos que indicam que a região pode se transformar numa região produtora de café.

No que concerne à produção no campo, sabe-se que a região possui microclima e altitudes compatíveis com a produção regular de um café de boa qualidade (MELLO, 2001). Além disso, pesquisadores da área da cafeicultura que estiveram na região afirmaram que, devido às suas características visuais e de paladar, o café existente ali deve ser de um material genético muito antigo, talvez o *Typica* ou Bourbon, que produzem uma bebida de boa qualidade. No tocante à sanidade da produção, grande parte das árvores demonstra estar, talvez devido à proximidade do Parque Nacional, em harmonia com o ambiente que as circunda o que faz com que o local seja compatível com uma produção agroecológica e orgânica (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

Para se estabelecer, na região, uma produção que possa ser inserida no mercado de cafés *commoditie*, ou seja, para que o produto oferecido ao mercado tenha regularidade de fornecimento e volume, é preciso que haja aumento da produção e da produtividade em relação às hoje existentes. Para isso, há a necessidade do aumento da área plantada. Na maioria das propriedades visitadas para a realização da presente pesquisa essa ampliação é dificultada por dois motivos. Primeiro, devido ao tamanho das propriedades, já que em

regiões como a do Moinho, por exemplo, as propriedades não chegam a possuir cinco hectares de área. Mas, o principal fator que limita a expansão da produção é o fato de grande parte das propriedades estar inserida em área de proteção ambiental (APA). A abertura de novas áreas para plantio, por meio da derrubada de mata nativa é negada ou dificultada pelos órgãos responsáveis pela fiscalização, especialmente o Ibama, na maioria das vezes.

A produção em pequena escala aliada à agricultura familiar torna-se, então, uma vantagem estratégica, na perspectiva de Wilkinson (2004). O modo de produção agrícola das propriedades existentes na região estudada neste projeto tem as características típicas da agricultura familiar estabelecidas por Wanderley (1999) e Buainain *et al.* (2005), como a propriedade dos meios de produção e a utilização de mão-de-obra familiar. Percebe-se, ainda, a presença de famílias com características muito semelhantes àsquelas mencionadas no Projeto Rurbano (GRAZIANO DA SILVA, 2001). São famílias pluriativas (SCHNEIDER, 2005), cuja ocupação principal está em atividades não-agrícolas, tais como o emprego em estabelecimentos comerciais e domésticos nas áreas urbanas e a exploração da propriedade para o turismo e a conservação da natureza. Nas propriedades, a atividade agrícola é exercida por apenas um membro da família, em geral mais velho, que produz para o autoconsumo. Esse membro mais velho, geralmente o pai ou o avô, não possui qualificação profissional nem escolaridade formal, mas sustenta, com a força de seu trabalho e com o apoio da aposentadoria que recebe, os estudos dos filhos na cidade. Como também cita o estudo de Graziano da Silva (2001), na região estudada a propriedade continua sendo um refúgio, um sustentáculo, acolhendo os membros da família nos casos de perdas de emprego ou para reuni-los em festividades e nos períodos de crises.

A questão da qualidade na produção do café ainda precisa ser resolvida na região. A produção é realizada da mesma forma como faziam os antigos produtores que ali se estabeleceram. A secagem do produto é feita em sacos plásticos, em terrenos onde circulam

pequenos animais, tais como galinhas, cachorros e porcos. Com isso, a qualidade do produto fica comprometida. Porém, os produtores familiares são sensíveis aos estímulos de mercado e absorvem tecnologia para a produção com mais eficiência (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Por isso, acredita-se que a falta de conhecimento dos agricultores das técnicas para a produção de café com qualidade poderá ser resolvida com assistência técnica mais efetiva. Além disso, obter um produto com melhor qualidade é um dos objetivos do projeto que está sendo desenvolvido pela Embrapa na região. A partir da realização desse projeto, a produção regional poderá obter melhor qualidade do produto, agregando ao seu café os valores relativos à aplicação da tecnologia. Isso possibilitará aos produtores elaborar um produto com as características de um café especial, alcançando classificação de café *gourmet*, ecológico ou orgânico; e que tenha textura, aroma e sabor próprios. Com uma produção de melhor qualidade será possível aos produtores buscarem, com a ajuda de outros parceiros, o planejamento de estratégias de marketing que promovam o seu produto (CAIXETA, 2001).

A produção tradicional é uma característica que também pode ser considerada atributo de qualidade do produto, a partir de uma construção social do mercado (THÉVENOT, 1995). Isso é possível pelo fato de a qualidade ser uma característica subjetiva e sujeita a mudanças no tempo (SATO; BRITO, 2007) e no julgamento de valor dos consumidores. É ela que, juntamente com a diferenciação do produto, deve ser perseguida pelos produtores que querem participar do mercado cafeeiro (VEGRO, 2007). E na região da Chapada dos Veadeiros encontram-se valores que podem ser usados como estratégia de diferenciação dos produtos agrícolas, se associados à agricultura familiar (ESPÍRITO SANTO *et al.*, 2003; WILKINSON, 2004; COELHO, 2005). No caso do café, a história da chegada do produto à região, conforme mostramos nos capítulos anteriores, é uma característica que pode ser valorizada. Destaca-se, nessa perspectiva, o fator histórico ligado às Bandeiras e à escravidão e a tradição de cultivo, características que podem ser consideradas valor de mercado. Além

disso, o café tradicional pode ser divulgado a partir da perspectiva de uma produção agrícola que abastece um nicho de mercado cada vez mais valorizado em todo o mundo, o de café orgânico, agroecológico, biológico ou natural (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002). Esse tipo de café, valorizado tanto devido à proteção do meio ambiente e à sanidade do produto quanto por seu compromisso social, abastece um consumidor disposto a pagar mais por essas características (SATO; BRITO, 2007).

Devemos considerar a região escolhida para o estudo como exemplo ilustrativo para confirmar a perspectiva de Sabourin; Teixeira (2002), segundo a qual os territórios brasileiros são o elemento central do desenvolvimento rural por terem como principal especificidade a sua diversidade, resultante de construções e evoluções históricas, econômicas, culturais e sociais. A partir dessa perspectiva, o levantamento das tradições sociais e culturais da região, conforme foi registrado anteriormente, pode se tornar uma estratégia para a inserção no agronegócio de produtos agrícolas tradicionais, como o café. Neste caso, as estratégias de *marketing* e divulgação do produto podem ser direcionadas para uma construção social do mercado que leve em consideração o *desvelamento* dos valores locais (VALENTE, 2005), ou seja, tirar o véu que atualmente esconde as tradições, o cultivo ecológico e tradicional desse produto e a cultura mística e esotérica da região. Essa inserção é possível a partir do momento em que se considera o mercado como uma estrutura social (STEINER, 2006), formado a partir da relação e confiança entre os atores que dele participam, além da história e da coordenação social existentes no próprio mercado, com suas estruturas, conflitos e dependências (ABRAMOVAY, 2007).

A criação desse mercado deverá vir como resultado de um trabalho de coordenação da própria comunidade sobre si mesma, não sendo, portanto, um resultado espontâneo (STEINER, 2006). E deverá levar em consideração os fatores relacionais, políticos, culturais e outros que intervêm na sua formação, paralelamente aos fatores econômicos. Nessa

construção, um estudo importante é o relativo ao levantamento das referências comuns, tais como a origem do café no território, a forma de produção e os atributos do produto, e os atores sociais que participam do processo (THÉVENOT, 1995) e que farão parte do trabalho de construção da própria marca que será lançada no mercado (SATO; BRITO, 2007).

A construção social do mercado de café é recomendável por não ser aquela uma região tradicional de produção cafeeira, mesmo estando em um ambiente propício para uma produção de café com qualidade (MELLO, 2001). Por isso, e pelo fato de a agricultura familiar ser a que predomina na região, acreditamos que o *desvelamento* dos valores do território (VALENTE, 2005) é a estratégia que melhor se aplica para inserir o produto no mercado, por meio de uma construção social.

Essa construção social do mercado, além de ser coordenada pela comunidade local, deve ser feita a partir do envolvimento de grande parte dos produtores, a fim de que sejam estabelecidas as estratégias de desenvolvimento. Hoje esse envolvimento é baixo, devido à resistência dos habitantes locais em unirem-se em torno de projetos comuns, por meio de associações ou cooperativas. Acredita-se que isso decorra das experiências frustradas vividas anteriormente, conforme mostramos nos capítulos anteriores, por razões diversas, que acabaram por pulverizar os esforços e os recursos despendidos. E é essa resistência à participação em associações, conforme foi citado por Singer (2004), que traz como consequência a exclusão dos pequenos produtores do agronegócio. Problemas relacionados à política partidária local, tanto entre representantes de partidos antagonistas de um mesmo município, quanto entre os municípios componentes da região observada, é outro fator que dificulta o estabelecimento de um planejamento integrado de desenvolvimento local. Esses problemas, ligados à baixa capacidade de mobilização social e a escassa tradição associativista colocam-se como grandes entraves para o desenvolvimento rural da região (NAVARRO, 2001).

O processo de construção do território a partir do *vivido* pela coletividade ao longo dos anos (LEFEBVRE, 2000; RAFESTIN, 1993) é importante para o desenvolvimento rural que se quer obter ao se considerar a abordagem de desenvolvimento territorial defendida por Veiga (2003). E, para que esse desenvolvimento seja realmente efetivado, é preciso uma visão não setorial do que seja rural e por arranjos institucionais que promovam, estimulem e ajudem as articulações intermunicipais de desenvolvimento. Dessa maneira, os municípios rurais que compõem a região nordeste de Goiás devem buscar realizar o planejamento integrado de seu desenvolvimento, diagnosticando seus principais problemas rurais, planejando ações e captando os recursos necessários à sua execução. Isso para que não se corra o risco “de que propostas muito bem intencionadas sirvam para perpetuar e reforçar o viés setorial dos programas existentes, em vez de ajudarem a promover a referida transição” (VEIGA, 2003, p. 49).

Neste sentido, projetos como o que está sendo desenvolvido pela Embrapa, de cunho setorial, não devem ser dissociados daqueles que tratem dos outros elos da cadeia, tais como o beneficiamento e a industrialização do produto, a comercialização, o armazenamento.

Resultados ineficientes podem ter por influência o uso racional, pelos atores, da informação incompleta de que dispõem (NORTH, 1993). Para que isso não aconteça na região é preciso, conforme Favareto; Schroder (2007), que as articulações para o desenvolvimento rural considerem a *coerência* entre as instituições para o desenvolvimento territorial e as estruturas sociais existentes nos espaços em que são formadas. São elas que respondem pela configuração da política e da economia local. É preciso considerar, também, a *complementaridade* das instituições que orientam a conduta dos agentes individuais e coletivos nesses espaços, capazes de influenciar substantivamente as regras do jogo social local.

Devido às características comuns - físicas, climáticas, históricas, de tradições e de cultura - a região nordeste de Goiás deve buscar seu desenvolvimento rural a partir do desenvolvimento de projetos de abordagem territorial. Para isso, a fonte de mudança incremental das instituições, na perspectiva de North (1993), é a aprendizagem. Nesse sentido, as organizações que participam do desenvolvimento rural na região, como a Embrapa, devem incorporar os conceitos constantes no paradigma em construção da *nova ruralidade*. Com isso, o desenvolvimento rural deverá vir por meio de programas e projetos que tenham dimensão territorial. Esses projetos devem ser construídos a partir da coerência entre essas instituições com as estruturas sociais existentes e a complementaridade com as atividades de outras organizações, tais como as entidades públicas federais, estaduais e dos municípios, ONGs e outras.

Além disso, após a desestruturação e reestruturação do meio rural ocorrida nos últimos anos, é preciso prestar atenção nas atividades que terão maior vigor socioeconômico (VILELA, 2002) naquele meio. No tocante à região estudada, deduz-se que a atividade econômica mais expressiva é, ainda, a relativa ao turismo ecológico ou místico. Assim, a atividade agrícola deverá trabalhar em estreita relação tanto com o turismo quanto com as outras atividades relacionadas ao território, tais como a conservação, o lazer, a residência. Como as ações voltadas para o planejamento e desenvolvimento do território devem traduzir as aspirações das populações locais é preciso verificar, junto aos habitantes da região, que projetos eles estão dispostos a realizar. Só assim, partilhadas entre atores públicos e privados, nacionais, regionais, ou locais, ligados por meio de parcerias, essas ações serão produtoras e redistributivas de riquezas para todo o território (SABOURIN; TEIXEIRA, 2002).

7. CONCLUSÃO

A presente pesquisa foi iniciada com o objetivo de estudar a melhor forma de inserir os agricultores familiares de Alto Paraíso de Goiás no agronegócio do café. A hipótese levantada foi comprovada: os agricultores familiares do município, ao procurarem a ajuda da Embrapa para resgatar o café que é produzido tradicionalmente em suas propriedades, têm como intenção dar sentido operacional à expressão simbólica do brasão municipal, como base de projeto de desenvolvimento, por meio de um produto que tem identidade com a história e a tradição dos habitantes da região. Embora a direção a ser adotada ainda não esteja plenamente definida para eles, essa investigação permite sinalizar alguns caminhos.

O presente estudo possibilitou pensar a noção de construção social do mercado a partir de um café que está sendo, há mais de duzentos anos, tradicionalmente produzido seguindo os compromissos ecológico e social. Compromisso ecológico por ser produzido em uma área de proteção ambiental (APA), já que se encontra plantado em uma região que faz fronteira com o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, subordinada à legislação brasileira relativa ao uso da terra em regiões estabelecidas como APA. Essa legislação limita a derrubada de matas nativas bem como o uso indiscriminado de produtos químicos e máquinas agrícolas. O compromisso social decorre do fato de o café ser produzido por agricultores familiares, que utilizam basicamente a mão-de-obra da família em benefício de todos os seus membros.

É recomendável que a construção social do mercado, neste caso, seja feita de forma a inserir o produto no mercado de cafés especiais, no qual é valorizado por consumidores com consciência ecológica e social, e que estão dispostos a pagar mais por ele. Acredita-se que esse café pode abastecer o nicho de mercado de produtos com certificação de origem²¹, que

²¹ A certificação de origem estabelece a diferenciação do produto a partir das características geográficas da região produtora e do material genético tradicionalmente utilizado, bem como aos tratamentos culturais e às práticas de beneficiamento, tratamento de pós-colheita e ao armazenamento locais. Os produtos da região certificada devem

valoriza o produto que é elaborado de forma tradicional em uma determinada região. A certificação de origem é uma das estratégias possíveis para a inserção, no mercado, do café da região. Porém, ela só poderá ser estabelecida no futuro já que, para isso, é necessário, ainda, que os produtores se organizem de forma a que os processos de melhoria da qualidade do produto final sejam aplicados na produção local.

Por se perceber a possibilidade de construção social desse mercado é que se buscou na história, nas tradições e nos costumes da região, os valores que podem ser considerados para a construção. Ao ‘inventar’ a tradição da região, ou seja, ao estabelecer a continuidade com o passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 2006), resgata-se o que está ligado ao *habitus* (BOURDIEU, 1987) e à memória coletiva de seus habitantes (HALBWACHS, 1990). Esse resgate da memória coletiva é possível a partir do *desvelamento* dos valores existentes no território estudado (VALENTE, 2005). Valores que são revelados no próprio trabalho concreto dos produtores familiares e na sua cultura, isto é, na ação e reflexão humana que fazem conhecer o processo de produção de sua existência.

Esse processo faz ressurgir informações que foram passadas de geração em geração e que ainda estão preservadas por sua população. Dessa forma, essas informações são permanentemente reconstruídas com base no presente (GIDDENS, 1997).

O café da região da Chapada dos Veadeiros pode abastecer, ainda, um outro nicho de mercado de cafés especiais: o de cafés orgânicos²², o segmento de mercado que mais cresce atualmente em todo o mundo (LEITE; SILVA, 2000). Porém, para participar desse nicho, é necessário que os produtores locais passem a adaptar sua produção aos métodos estabelecidos pelos órgãos de certificação do produto orgânico, conforme foi explicitado anteriormente por

ser padronizados e ter característica única, inimitável, completamente diferenciada de outras regiões produtoras da mesma cultura. Porém, a certificação de origem requer uma rígida disciplina na produção e comercialização dos produtos, o que concede, por outro lado, mais garantia aos consumidores (LUNA, 2001).

²² Tipo de agricultura que prioriza o enfoque sistêmico e a abordagem holística da produção. Fundamentada em princípios ecológicos, na conservação de recursos naturais, na diversificação de espécies e na eliminação do uso de produtos químicos e máquinas para o cultivo. Hoje os consumidores desse tipo de produto estão também preocupados com as questões sociais e ambientais de produção (RICCI; ARAÚJO; FRANCH, 2002).

Ricci; Araújo; Franch (2002). Isso deverá tornar possível após a realização de projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido pela Embrapa e que estabelecerá a produção orgânica de café para a região.

O incentivo para a realização do presente estudo partiu da realização desse projeto desenvolvido pela Embrapa, denominado *Implementação de Cafeicultura Orgânica para a Agricultura Familiar de Alto Paraíso de Goiás* - e que tem como principal objetivo o desenvolvimento de tecnologias para a sustentabilidade da produção de café em sistemas agroecológicos e orgânicos para os agricultores familiares do município de Alto Paraíso de Goiás. Esse projeto é de extrema importância na busca estratégica de mercado, já que, a partir dele, será possível estabelecer a produção do café com qualidade e sanidade na região.

Entretanto, acredita-se que a realização de um projeto setorial, ou seja, voltado apenas para a produção cafeeira, não seja o bastante para que os produtores conquistem o mercado. Os resultados deste estudo sinalizam que a competência institucional da Embrapa, já reconhecida nacional e internacionalmente, deve ser alargada no sentido de incorporar às suas pesquisas as dimensões histórica, cultural e do *saber-fazer* ligado à tradição. No caso em questão, o estudo mostrou que não basta uma intervenção meramente operacional, restrita à produção no campo, que padroniza a participação no mercado e os projetos desenvolvidos. Devem-se considerar os significados presentes na dimensão simbólica, na qual o brasão de Alto Paraíso de Goiás é apenas uma expressão, que evocam sentidos sobre a identidade de quem produz o território e que os diferencia. Por esse motivo, espera-se que o presente trabalho possa ser utilizado na construção de novos projetos de pesquisa que levem em consideração a construção social do mercado do café e na busca das estratégias mais eficientes de divulgação do produto final. Um dos aspectos a serem considerados ao se perseguir a construção do mercado é o planejamento de projetos que visualizem toda a cadeia,

de maneira a que o desenvolvimento do produto seja feito de forma eficiente, desde a produção no campo até sua chegada ao consumidor.

A valorização de cada ator que participa do processo de construção do desenvolvimento local é outro aspecto importante para a busca eficiente do mercado. Para que a produção da região da Chapada dos Veadeiros seja sustentável, acredita-se ser importante o envolvimento dos produtores de café de todo território, de forma integral, nos projetos de desenvolvimento. Hoje, conforme foi verificado na presente pesquisa, a grande maioria dos produtores ainda não conseguiu estabelecer a relação que existe entre o café cultivado em suas propriedades e o passado histórico da região. A partir do envolvimento integral desses habitantes, espera-se que eles passem a ser os principais atores na construção desse mercado.

Tem-se a consciência de ser um erro tentar estabelecer, para o território em questão, as diretrizes de um modelo de desenvolvimento que sejam similares às dos países de capitalismo avançado (FAVARETO, 2007), que tiveram formas de ocupação de seu território diversas às ocorridas no Brasil. Porém, acredita-se que algumas experiências vividas por agricultores familiares de países europeus, relatadas em textos citados no presente trabalho, que foram estabelecidas por Veiga (2006) e Diniz (2004), podem ser consideradas, com as devidas adaptações. Abaixo, são sugeridos alguns caminhos que podem ser seguidos pela comunidade local para o desenvolvimento rural da região. Para isso, acredita-se ser preciso que os produtores da região da Chapada dos Veadeiros:

- Estabeleçam o desenvolvimento da ruralidade por meio da sinergia entre a agricultura e os outros setores da economia local, sejam eles o turismo, o artesanato ou mesmo a conservação sustentável do meio ambiente, de forma a explorar as vantagens comparativas do território como um todo.

- Estabeleçam um grupo, que poderá ser formado por meio de uma associação de produtores, uma cooperativa, ou outra forma de união, que promova o fortalecimento dos agricultores familiares na busca de estratégias coletivas.
- Cooperem entre si, de forma a enfrentar os grandes concorrentes do agronegócio brasileiro e de outros países produtores, para conseguir estabelecer mercado tanto para o café quanto para outro produto agrícola a ser explorado na região.
- Criem uma estratégia para que a qualidade do café que produzem seja melhorada em todo o processo de produção, podendo estabelecer uma forma de beneficiamento e industrialização do produto por meio de uma cooperativa de produtores, como já é praticado em outras regiões produtoras de café no país.
- Definam regras coletivas de padrão de qualidade do produto e dos serviços que são prestados na região. Ao estabelecerem esse padrão de qualidade, todos os participantes do grupo devem segui-las, de forma que, ao comercializar seu produto ou prestar um serviço, o grupo seja monitorado, mediante indicadores de desempenho e que sanções sejam aplicadas àqueles que se desviarem dos padrões definidos.
- Apontem os líderes empreendedores que estejam dispostos a unir esforços e buscar as competências e técnicas que possam ser utilizadas pelo grupo, além das experiências externas que serão aplicadas ao mesmo;
- Estabeleçam os incentivos que irão perpetuar o processo de produção e comercialização do produto bem como a prestação dos serviços. Devem partir do grupo de produtores as propostas de continuidade dos incentivos que busquem a sustentabilidade das atividades desenvolvidas por meio da autogestão eficiente, e não de uma organização externa ao grupo.

Percebe-se, ainda, que, além de o objetivo ter sido atingido de maneira satisfatória, e comprovada a hipótese levantada, o presente estudo possibilitou estabelecer algumas sugestões relativas à região nordeste do estado de Goiás, hoje ainda conhecida como *corredor da miséria*. Ao se resgatar as características comuns a todo o território, acredita-se que são elas que devem ser consideradas quando se quer buscar o desenvolvimento sustentável da região. E, um dos desafios no campo do agronegócio atual, é a incorporação dos aspectos territoriais aos produtos, transformando atributos culturais em valor econômico.

Além de um ambiente de beleza exuberante e rico em recursos naturais, os municípios que compõem a região da Chapada dos Veadeiros também compartilham um passado comum de valor histórico, tradicional e cultural. Por esse motivo, os projetos a serem desenvolvidos na região devem incorporar a abordagem territorial de desenvolvimento (VEIGA, 2003). Esses projetos devem ser elaborados de forma a potencializar as habilidades locais por meio da integração dos municípios que compõem o território, buscando envolver tanto as comunidades que habitam os municípios quanto as organizações que atuam na região. Essa articulação envolve entidades públicas federais, estaduais e municipais, ONGs, associações de produtores e empresários, além das lideranças locais. Por meio dessa articulação é possível buscar o planejamento de ações de desenvolvimento integrado da região e o desenvolvimento de projetos sociais, de forma a que juntos todos os atores possam captar os recursos e os meios necessários à sua execução.

Acredita-se, ainda, que na região objeto da presente pesquisa o estudo do agronegócio não deve se limitar a visualizar apenas a cadeia produtiva em questão, mas indicar caminhos para que sejam possíveis novos enfoques e estratégias para a construção do mercado que se propõe, que levem em consideração as estruturas sociais existentes. No território estudado, observou-se a existência de uma comunidade rural que foi, ao longo dos anos, perdendo sua tradição de produção agrícola para o mercado, devido, além de outros motivos, à perda dos

membros mais jovens das famílias rurais, que foram trabalhar nas cidades ou no turismo, e a falta de apoio dos órgãos públicos. Evidencia-se, ainda, um elevado grau de debilidade econômica das pequenas famílias rurais da comunidade, que utilizam suas propriedades apenas para a produção de alimentos para o autoconsumo.

Por outro lado, percebe-se, na região, um potencial para a exploração de atividades pertencentes ao que os estudiosos do moderno agronegócio convencionaram chamar de *nova ruralidade* (PERICO; RIBEIRO, 2005; VEIGA, 2006; FAVARETO, 2007). Nos últimos anos, após o advento da Revolução Verde, cujo modelo de desenvolvimento tem acarretado severas críticas devido às conseqüências deixadas, tanto em termos sociais quanto em relação ao meio ambiente, em todo o mundo, estudiosos estão analisando as mudanças ocorridas na relação rural/urbano, bem como na redefinição dos espaços rurais. A área rural passou de simples espaço destinado à produção de alimentos para uma multiplicidade de possibilidades de exploração econômica, em especial o aproveitamento econômico das *amenidades* naturais por meio do turismo e a exploração de fontes alternativas e renováveis de energia, além da conservação da biodiversidade. O estudo dessa *nova ruralidade* traz, também, à tona, a impor-tância de se explorar a capacidade concorrencial do território como fator de desenvolvimento regional e de melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. O Estado e a sociedade, porém, têm dificuldade em operar com a mudança de paradigma contida na construção dessa *nova ruralidade*. Isso faz com que o discurso, as políticas e os programas que buscam o desenvolvimento rural nem sempre incorporem os novos temas e, muitas vezes, acabam por colocar apenas nova roupagem nos velhos valores e práticas adotados anteriormente, reduzidos à dimensão setorial dos seus aspectos agrícola e agrário (FAVARETO, 2007).

Para que esta visão seja vencida, é necessário que as lideranças do agronegócio superem o discurso setorial e comecem a exercer seu papel no desenvolvimento territorial. Isso inclui a

capacidade de ajudar e de ser beneficiado pelo desenvolvimento sustentável das localidades sob sua influência e das quais dependerá a manutenção de sua própria competitividade²³.

Por esse motivo é que se buscou, a partir da análise de um projeto específico, estudar a forma como as organizações e a comunidade local participam do processo de construção de um novo mercado, o do café, produto antes negligenciado na região, mas que está presente em grande parte das propriedades privadas. Por outro lado constatou-se que, após vários anos de trabalho voltado para a exploração do turismo, os projetos de desenvolvimento rural a serem desenvolvidos na região devem considerar essa vocação local para o turismo ecológico e místico. Essa é a razão pela qual, a atividade agrícola para a produção do café deverá trabalhar em estreita relação tanto com o turismo quanto com as outras atividades relacionadas ao território que podem agregar valor ao produto, como a história e o misticismo da região, além do absoluto respeito à legislação ambiental e à ecologia.

Acredita-se que, ao se resgatar, a partir de documentos e da memória dos habitantes da região, o passado histórico do produto, estritamente ligado à história do Brasil, reveste-se o café de um valor antes não percebido nem por seus próprios produtores. Esse valor, alicerçado na tradição, nos costumes e no conhecimento transmitido de geração em geração, pode ser utilizado para a divulgação do café a um consumidor que valoriza esse tipo de produto. Mas deve, principalmente, revestir-se de um conceito que revele a ligação desse povo com o seu próprio passado vinculado à terra e àquela região, levando-o a reconhecer o valor que a tradição e o produto de seu trabalho concreto podem alcançar no mercado. E, com isso, traçar um novo destino que possa trazer de volta os filhos da terra para que, unidos, construam e reconstruam o seu território em busca de mais dignidade e qualidade de vida, num processo constante e ininterrupto.

²³ Veiga defende a ideia de que, além da dimensão ligada à eficiência produtiva e comercial, esta ligada ao cerne da própria noção de competitividade, passa a ser fundamental que o agronegócio também se preocupe com os aspectos relativos à sua eficiência distributiva, à sua eficiência ecológica e à sua eficiência mesoeconômica. Esta última refere-se à sua capacidade tanto de ajudar como de ser beneficiado pelo desenvolvimento sustentável das localidades que mais influencia e das quais dependerá a manutenção de sua própria competitividade (VEIGA, 2003).

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABIC - Associação Brasileira da Indústria de Café. Disponível em: <http://www.abic.com.br/arquivos/pesquisas/pesq_tendencias_consumo_nov07_2.pdf>. Acesso em: 08 jan de 2008.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª edição, São Paulo: Hucitec, 1998.
- _____. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola européia. **Revista de Economia Rural**, vol. 40, n° 2:235-264, abr/jun 2002.
- _____. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. **Revista de Sociologia da USP**. v. 16, n° 2 (no prelo). 2007.
- ADELMAN, Irma. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- AGÊNCIARURAL. Disponível em: <<http://www.agenciarrural.go.gov.br>> Acesso em: 29 nov de 2007.
- ALBUQUERQUE, J. A. M. A construção do espaço na Chapada dos Veadeiros. Em: DUARTE, L (org). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.
- ALVES, Gilberto. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: _____. **Mato Grosso do Sul: o universal e o singular**. Campo Grande: Editora UNIDERP, 2003. pp. 17-29.
- AMBIENTEBRASIL. **Prevfogo: Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais**. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>> Acesso em: 24 out de 2007.
- ANÁLISE agroeconômica do café orgânico: definições, análise de mercado e viabilidade econômica. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte: Epamig, v.23, n. 214/215, p. 7-13, jan/abr 2002. (Edição especial: Café Orgânico)
- ANDRADE, S. M. de. **O patrimônio histórico arqueológico de Serra da Mesa: a construção de uma nova paisagem**. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2002. (Tese de Doutorado)
- ATTUCH, I. M. **Conhecimentos tradicionais do Cerrado: Sobre a memória de Dona Flor, raizeira e parteira**. Brasília: ICS/Universidade de Brasília, 2006. (Dissertação de Mestrado)
- AURÉLIO, Dicionário on-line. Disponível em: <<http://aurelio.ig.com.br/>>. Acesso em: 04 jan de 2008.

AZEVEDO, P. F. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo: IEA, v. 46, n. 1, p. 33-52, 2000.

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás**. São Paulo: Ática, 1983.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Ph.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. pp. 187-227.

BLISKA, F. M. de M.; PEREIRA, S. P.; GIOMO, G. S.(orgs.) **Do grão à xícara: como a escolha do consumidor afeta cafeicultores e meio ambiente**. Campinas: Instituto Agrônômico, 2007.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2ª ed. 1987.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Coletânea Certificados de Origem**. Secretaria de Comércio Exterior, 2004

_____. **Decreto nº 49.875, de 11 de janeiro de 1961**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D49875.htm>. Acesso em: 04 set de 2007.

_____. **Decreto nº 70.492, de 11 de maio de 1972**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D70492.htm>. Acesso em: 03 jan de 2008a.

_____. **Decreto nº 86.173, de 02 de julho de 1981**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86173.htm>. Acesso em: 03 jan de 2008b.

_____. **Decreto nº 86.596, de 17 de novembro de 1981**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D86596.htm>. Acesso em: 03 jan de 2008c.

_____. **Decreto nº 99.274, de 06 de junho de 1990**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D99274.htm>. Acesso em: 04 jan de 2008d.

_____. **Decreto nº 3.942, de 27 de setembro de 2001**. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3942.htm>. Acesso em: 04 jan de 2008e.

BRASIL INDÍGENA, Brasília: FUNAI, Ano III, nº 2, maio/junho 2006.

BUAINAIN, A. M.; GUANZIROLI, C.; SOUZA FILHO, H. M. de; BÁNKUTI, F. I. Peculiaridades regionais da agricultura familiar brasileira. In: SOUZA FILHO, H. M. de; BATALHA, M. O. (org.) **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

CAIXETA, G. Z. T. Gerenciamento da cafeicultura em época de crise. In: ZAMBOLIM, L. (ed.) **Tecnologias de produção de café com qualidade**. Viçosa: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2001.

CAMBESES Jr, M. **Maj.-Brig.-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues - Pioneiro do Correio Aéreo Nacional**. Disponível em:
<http://www.incaer.aer.mil.br/Texto_LysiasRodrigues.htm>. Acesso em 30 abr 2007.

CAMPOS, C. E. **Mistérios da Chapada dos Veadeiros e alguns problemas brasileiros**. Goiânia: Kelps, 2002.

CARVALHO, G. L. **Entre a pobreza econômica e o patrimônio ambiental/cultural: desafios e possibilidades do turismo no nordeste goiano**. Curitiba: Anais do ENTBL 2004.

COELHO, F. M. G. O café num outro retrato do Brasil rural: o lugar da agricultura familiar. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte: EPAMIG. v.26, p.9-16, 2005. (Edição especial: Cafeicultura familiar).

COUTINHO, E. G. Os sentidos da tradição. In: PAIVA, R.; BARBALHO, A. (orgs.) **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

CRUZ, K. C. M. dos S. **A cachoeira do Poço Encantado: empreendimento familiar e presença kalunga na cadeia do ecoturismo em Teresina de Goiás**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. (Dissertação de Mestrado)

CUNHA MATOS, R. J. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás**. Rio de Janeiro: Typ. V. Larré, 1836.

DINIZ, J. Experiências estrangeiras. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT, E.; MELO, M. F. de. **Integração entre a produção familiar e o mercado varejista: uma proposta**. Brasília: Universa, 2004.

DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

DUARTE, L. M. G. Globalização, agricultura e meio ambiente: o paradoxo do desenvolvimento dos cerrados. Em: DUARTE, L (org). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café**. Brasília: Embrapa Café, 2004. 148p.

_____. Brasília: 2008. **Trigo tradicional retorna às câmaras frias da Embrapa.**

Disponível em:

<<http://uba.cenargen.embrapa.br/cenargenda/divulgacao2005/zoonews251105a.pdf>>. Acesso em: 08 jan de 2008.

ESPÍRITO SANTO, E., CARDOSO, L. V. e MEDEIROS, J.X. **Nova competição: um enfoque estratégico para competitividade da agricultura familiar.** Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora: SOBER, 2003.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu: FAPESP, 2007.

FAVARETO, A.; SCHRODER, M. **Do território como “ator” ao território como “campo”:** uma análise da abordagem territorial na política de desenvolvimento rural brasileira. (Texto digitado) 2007.

FUNES, E. A. **Goiás 1800-1850: Um período de transição de mineração à agropecuária.** Goiânia: Ed. Universidade Federal de Goiás, 1986.

GAIGER, L. I. G.. **Apontamentos sobre a natureza do vínculo solidário na vida econômica.** XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

GARCIAS, P. M.. **Alianças estratégicas e coordenação no agribusiness.** Tese de Doutorado. pp 53-86. FEA/USP/Departamento de Economia. São Paulo. 1999.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: ULRICH, Beck; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva.** São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GOIÁS. Governo do Estado de Goiás. Gabinete Civil da Governadoria. Superintendência de Legislação. Decreto Nº 5.419, de 07 de Maio de 2001. Disponível em: <http://gabcivil.go.gov.br/decretos/2001/decreto_5.419.htm>. Acesso em: 21 ago 2007a.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** v. 1, 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRANOVETTER, M. The old and the new economic sociology. Em: FRIEDLAND, R.; ROBERTSON, A. F. (ed.). **Beyond the marketplace.** Aldine de Gruyter, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Revista de Estudos Avançados** 15 (43), 2001. p. 37-50.

GUANZIROLI, C.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. Di e BITTENCOURT, G.. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWN, E. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWN, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em: 29 set de 2006.

_____. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 21 outubro de 2007.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Brasília: 2006. Disponível em <www.ibama.gov.br> Acesso em: 08 nov de 2006.

_____. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/parna_veadeiros/index.php?id_menu=38> Acesso em: 13 nov de 2007a.

_____. Brasília: 2007. **Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN**. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/siucweb/rppn/>> Acesso em: 25 out de 2007b.

_____. Brasília: 2007. **Valoração econômica do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/valoracaoCerrado.htm>> Acesso em 15 nov de 2007c.

INSTITUTO Socioambiental. Povos Indígenas no Brasil. Disponível em <<http://socioambiental.org/pib/epi/ava/contato.shtm>> Acesso em: 23 ago de 2007.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: a edição do novo milênio. 10 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

LAZZARINI, S. G. Estudos de Caso para fins de pesquisa: aplicabilidade e limitações do método. In: FARINA, E. *et al.* (Coord.) **Estudos de caso em agrobusiness II**. São Paulo: Pioneira/PENSA, 1997, p. 9-23.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. 4ª ed. Paris: Anthropos, 2000, p. 7-110.

LEITE, C. A. M. **Avaliação da cafeicultura nos últimos anos**. Viçosa, 2005.

LEITE, C. A. M.; SILVA, O. M. A demanda de cafés especiais. In: ZAMBOLIM, Laércio. **Café: produtividade, qualidade e sustentabilidade**. Viçosa: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2000.

LINNEMAN, R. E.; STANTON Jr., J. L. **Making niche marketing work**: how to grow bigger by acting smaller. Nova York: McGraw-Hill, 1991.

LUNA, R. M. **Marca, certificação de origem e consumidor de café: um estudo de marketing**. Lavras: UFLA, 2001 (dissertação de mestrado em Administração Rural).

MACHADO, M. D., SILVA, A. L., Canais de distribuição para produtos da agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M. de, BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar** São Carlos: EdUFSCar, 2005. 359p.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. 1a. ed. São Paulo: Abril Cultural. 1976. (Col. Os Pensadores).

MARTINS, R. C. Ruralidade e regulação ambiental: notas para um debate político-institucional. **Revista de Economia e Sociologia Rural** vol. 43, nº 2, p. 249-266, abr/jun 2005.

MARX, Karl. **A ideologia alemã (Feuerback)**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MEDEIROS, J. X.; WILKINSON, J. e LIMA, D. M. A. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A e WILKINSON, J.(org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15. 400p. 2002.

MELLO, E. V. de, A cafeicultura no Brasil. In: ZAMBOLIM, L. (ed.) **Tecnologias de produção de café com qualidade**. Viçosa: UFV, Departamento de Fitopatologia, 2001.

MENDONÇA, M. C. A. **Estrutura e dinâmica do turismo no espaço rural: uma análise na ótica da NEI - Parte I**. 2003.

MICELI, S. Introdução: a força do sentido. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 2ª ed. 1987.

NAPOLEÃO, A. B. A contribuição do agricultor familiar para o sucesso da cafeicultura brasileira. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte: EPAMIG. v.26, p.1-124, 2005. Edição especial: Cafeicultura familiar.

NAVARRO, Z., Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Revista de Estudos Avançados** 15 (43), 2001. p. 83-100.

NORTH, D. C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño econômico**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

ORSI, S. D; MELO, M. F. de. Agronegócio no DF e o segmento de produtores rurais de economia familiar. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT E.; MELO, M. F. (orgs.) **Integração entre a produção familiar e o mercado varejista - uma proposta**. Brasília: Universa, 2004.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. **História de Goiás**. Goiânia: Ed. da UCG. 5ª ed. 1989.

PENTEADO, M. I. de O.; BARROS, L. M. G.; DIAS, T. B.; OLIVEIRA, H. F. F de; TEIXEIRA, M. R. F.; SOLINO, M. A. F.; GOEDERT, C. de O. (org.) **Relatório do plano de desenvolvimento de ações de cidadania e responsabilidade social da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia - 2005**. Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2006.

PERICO, R. E.; RIBEIRO, M. P. **Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável: visão do território na América Latina e no Caribe**. Brasília, DF: IICA, 2005. 195 p.

PLOEG, J. D. V.der, O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

POZZA, A. A.A.; GUIMARÃES, P. T. G.; ROMANIELLO, M. M.; ALVARENGA, M. I. N. **A qualidade do café e opções para o consumo**. Belo Horizonte: EPAMIG, 2000.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REETZ, R.E.... [et al.] **Anuário Brasileiro do Café 2007**. Santa Cruz do Sul: Editora Gazeta Santa Cruz, 2007.

RIBEIRO, B. O homem dos cerrados. In: MONTEIRO, S.; KAZ, L. (Coord.) **Cerrado: vastos espaços**. Rio de Janeiro: Alumbramento, 1993.

RICCI, M. dos S. F.; ARAÚJO, M. do C. F.; FRANCH, C. M. de C. **Cultivo orgânico do café: recomendações técnicas**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

RICE, R. A.; WARD Jr. **Coffee, conservation and commerce in the western hemisphere: how individuals and institutions can promote ecologically sound farming and forest management in Northern Latin America**. Natural Resources Defense Council and Smithsonian Migratory Bird Center, Washington, DC. Disponível em: <<http://nationalzoo.si.edu/ConservationAndScience/MigratoryBirds/Coffee/witepaper.pdf>> Acesso em: 10 jan de 2008.

RODRIGUES, Lysias A. **Roteiro do Tocantins**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1943.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (editores técnicos). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

SATO, G. S.; BRITO, P. R. B. A relevância da economia da qualidade agroalimentar no contexto atual. **Análises e indicadores do agronegócio**. v.2, n.5, maio de 2007.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 18. n. 51 p. 99-121. fev 2003a.

_____ A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *Paper* apresentado no **I Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia**, Fortaleza/CE, novembro de 2003b.

_____ A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.) **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial – contribuições ao debate**. Brasília: Universidade de Brasília. Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. V.5, n.17, 2005. p. 23-42.

SEPLAN/GO - Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/>> Acesso em 17 nov de 2007.

SEYMOUR, D. A construção social do gosto. In: SLOAN, D. **Gastronomia, restaurantes e comportamento do consumidor**. Barueri: Manole. 2005.

SILVEIRA, A. da. **Vila São Jorge e Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: o impacto cultural de um projeto ecológico**. Brasília: DAN/ Universidade de Brasília, Série Antropologia, n. 214, 1997.

SIQUEIRA, D.; BANDEIRA, L. O misticismo no Planalto Central: Alto Paraíso, o chakra cardíaco do Planeta. Em: DUARTE, L (org). **Tristes Cerrados. Sociedade e biodiversidade**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SILVA, C. A. B. S.; BATALHA, M. O. Competitividade em Sistemas Agroindustriais: metodologia e estudo de caso. In: NEVES, M. F. (Coord.) **Workshop Brasileiro de Gestão de Sistemas Agroalimentares, 2.** Anais... Ribeirão Preto: PENSA/FUNDACE/USP, 1999, p.09-20.

SILVA, C. M. V. da. **Agricultura familiar, gênero e dinâmicas sociais: um estudo sobre a construção territorial do assentamento Nova Lagoa Rica (Paracatu-MG)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, O. M. da; LEITE, C. A. M. Competitividade e custos do café no Brasil e no exterior. In: ZAMBOLIM, L. (ed.) **Café: produtividade, qualidade e sustentabilidade**. Viçosa: UFV/ Departamento de Fitopatologia, 2000.

SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Texto para discussão. Brasília, maio de 2004. (texto digitado)

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

THÉVENOT, L. Des marches aux normes. In: ALLAIRE, G., BOYER, R. (eds.) **La grande transformation de l'agriculture: lectures conventionnalistes et régulationnistes**. Paris: INRA-Economica, p.33-51, 1995.

TIBURCIO, B. A. **Comércio justo e solidário em território kalunga: situação atual e perspectivas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2006. (Dissertação de Mestrado)

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em Educação**. São Paulo: Atlas, 1990.

UDRY, M. C. F. V. **Saúde e uso da biodiversidade: caminhos para a incorporação do conhecimento tradicional na política de saúde pública**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (Tese de Doutorado)

VALCESCHINI, E.; NICOLAS, F. La dynamique de la qualité agro-alimentaire. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. **Agro-alimentaire: une économie de la qualité**. Paris: INRA/Economica, 1995.

VALENTE, A. L. E. F. **Educação e diversidade cultural - um desafio da atualidade**. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. Reflexões sobre o estudo de caso: subsídio à pesquisa no campo do agronegócio. 2003. (texto digitado)

_____. Desvelar valor: contribuição conceitual ao agronegócio. In: BOTELHO FILHO, F. B. (org.). **Capital Social, educação e agronegócios**. Brasília: UnB/Ceam. v.5 n.21, 2005.

_____. Como a cultura do “outro” pode ser arma na guerra. In: TEIXEIRA, I. A. de C., LOPES, J. de S. (org.) **A diversidade cultural vai ao cinema**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. Descompasso, desencontros e desconhecimento: as políticas públicas em Território Kalunga. In: TONNEAU J.P.H.; SABOURIN, E. (orgs.) **Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VEGRO, C. R. **Estudo da competitividade da indústria brasileira - competitividade da indústria de café**. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/>> Acesso em: 30 abr 2007.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias - O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. Nascimento de outra ruralidade. **Revista Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, São Paulo, p. 333-353, 2006.

VILELA, S. L. O. Uma nova espacialidade para o desenvolvimento rural. In: SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. (editores técnicos). **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais. Conceitos, controvérsias e experiências**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

WANDELEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar. Realidades e perspectivas**. 2ª ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/João_Bosco> Acesso em: 25 out 2007a.

_____. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Seitan>>. Acesso em: 27 out de 2007b.

WILKINSON, J. Distintos enfoques e debates sobre a produção familiar no meio rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, nº 3 julho/set, 2000.

_____. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: FIGUEIREDO, A.; PRESCOTT E.; MELO, M. F. (orgs.) **Integração entre a produção familiar e o mercado varejista - uma proposta**. Brasília: Universa, 2004.

9. APÊNDICES

Apêndice A

Questionário

1. PERGUNTAS SOBRE O ENTREVISTADO E SUA FAMÍLIA:

1.1) Nome do entrevistado:

1.2) Sexo:

masculino feminino

1.3) Idade:

até 19 anos de 20 a 29 anos de 30 a 39 anos
 de 40 a 49 anos de 50 a 59 anos acima de 60 anos.

1.4) Cor/descendência:

branca negra parda
 amarela indígena

1.5) Como é composta a família?

pai
 mãe
 filhos. Quantos?
 outros parentes Que tipo e quantos?
 agregados. Que tipo e quantos?

1.6) Qual o nível de escolaridade do chefe da família?

fundamental incompleto fundamental completo médio incompleto
 médio completo superior incompleto superior completo
 nunca foi à escola

1.7) É o chefe da família?

Sim Não

1.7.1 Se não, qual o nome do chefe da família?.....

1.8) A principal renda da família vem de:

agricultura pecuária artesanato
 aposentadoria/pensão emprego na cidade ecoturismo
 programas sociais extrativismo garimpo
 outros:

1.9) Quantas pessoas da família trabalham na terra?

- em tempo integral meio período do dia nas horas vagas
 nos fins de semana outro período:

1.10) Quantas pessoas da família têm outras atividades? Quais?

- artesanato emprego na cidade com o ecoturismo
 extrativismo garimpo
 outros:

1.11) Nasceu em Alto Paraíso de Goiás?

- Sim Não

1.11.1 Se não, onde nasceu? (cidade e estado).....

1.12) Caso não tenha nascido em Alto Paraíso de Goiás, como chegou à região? Porquê? Quando?

1.13) Pertence a algum sindicato ou associação de produtores?

- Sindicato Associação de produtores Não pertence a nenhum

1.14) Quais os meios de transporte mais utilizados pela família:

- carro caminhão cavalo
 a pé bicicleta motocicleta
 ônibus outros:

1.15) Que aparelhos domésticos existem na propriedade? (colocar quantidade)

- televisão rádio geladeira
 máquina de lavar roupa computador freezer

2. PERGUNTAS SOBRE A COMUNIDADE:

2.1) Na comunidade existe: (pode marcar mais de uma resposta)

- centro comunitário escola hospital/centro de saúde
 posto telefônico posto policial

2.2) Quais os tipos de associação/grupos que você conhece na comunidade? (marcar quantos forem necessários)

- jovens mulheres educação
 saúde produtores agrícolas artesanato
 político outros:

2.3) Quantos membros da família participam ativamente desses grupos? (marcar a quantidade)

- jovens mulheres educação
 saúde produtores agrícolas artesanato
 político outros:

2.4) A família recebe algum auxílio do governo?

- () Sim () Não
2.4.1 Se sim, que tipo?
() federal () estadual () municipal
2.4.2 Qual?

2.5) Quais festas tradicionais você conhece que existem na região?

2.6) De que forma a família participa das festas tradicionais locais?

- () não participa
() participa ajudando a preparar
() participa ajudando com dinheiro
() apenas vê
() participa da realização da festa. Como? (exemplo: canta no coro, toca algum instrumento, vende produtos em barracas)

2.7) Algum membro da família é adepto de alguma religião?

- () Sim () Não
2.7.1 Se sim, qual?.....

3. SOBRE EDUCAÇÃO:

3.1) Quantas pessoas da família estudam? (colocar o número de pessoas)

- () de 0 (zero) a 6 (seis) anos () de 7 (sete) a 14 (quatorze) anos
() 15 (quinze) anos para cima

3.2) Onde fica a escola mais próxima?

- () na comunidade () na cidade. Qual?
() não existe escola próxima

3.3) Qual a escola mais próxima da comunidade? Qual a distância da comunidade até a escola?

- () Km OU () Léguas

3.4) Como os alunos vão para a escola?

- () ônibus () carro () à pé
() cavalo () bicicleta () motocicleta
() outro:

3.5) Qual o tipo do prédio escolar:

- () alvenaria () adobe () madeira
() outros:

3.6) A escola é mantida por:

- () governo estadual () governo municipal () comunidade
() iniciativa privada () é escola particular
() outros:

3.7) A escola da comunidade é suficiente para atender todos os alunos?

Sim Não

3.8) Que tipo de ensino é dado nas escolas na região? (pode marcar mais de uma resposta)

fundamental médio profissionalizante
 superior outros:.....

3.9) Existe na comunidade escola para adultos?

Sim Não

4. SOBRE SAÚDE:

4.1) Existe posto de saúde na comunidade?

sim, funciona normalmente sim, mas não funciona todos os dias
 sim, mas não funciona
 não existe outra situação. Qual?

4.2) Existem na comunidade agentes de saúde comunitários/voluntários?

parteiras enfermeiros curandeiros
 médicos/estudantes de medicina outros:

4.3) Qual a distância da comunidade ao posto de saúde mais próximo?

Km OU Léguas

4.4) Qual a distância da comunidade ao hospital mais próximo?

Km OU Léguas

4.5) No posto de saúde/hospital tem tratamento de dente?

Sim OU Não

4.6) A família faz/já fez tratamento de dente?

Sim Não

4.7) A família se utiliza de plantas medicinais?

Sim. Produzo na minha propriedade Sim. Compro de quem produz Não

4.8) Quais plantas já usou e para que?

5. PERGUNTAS SOBRE A PROPRIEDADE:

5.1) Nome da propriedade

5.2) Localização (Nome da região, da área, localidade, ou endereço)

5.3) Qual a área da propriedade?

até 9 hectares de 10 a 19 hectares de 20 a 39 hectares
 de 40 a 49 hectares de 50 a 99 hectares de 100 a 499 hectares

() de 500 a 999 hectares () acima de 1000 hectares

5.3.1 Se souber, colocar o tamanho:

5.4) A propriedade está inserida na área protegida, como por exemplo proteção ambiental (APA)?

() Sim () Não

5.5) Qual o tamanho da área que está sendo usada para a agricultura?

() até 4 hectares () de 5 a 9 hectares () de 10 a 19 hectares
() de 20 a 39 hectares () de 40 a 49 hectares () de 50 a 99 hectares
() de 100 a 499 hectares () de 500 a 999 hectares () acima de 1000 hectares

5.5.1 Colocar o tamanho:

5.6) Qual a distância da propriedade da cidade mais próxima?

() Km () Léguas

5.6.1 Qual é a cidade?

5.7) Qual o tipo da casa onde mora:

() alvenaria () adobe () madeira
() outros:

5.8) A água utilizada na casa vem de:

() rede pública () rio, córrego ou riacho () poço artesiano
() outro. Qual?

5.9) Existe energia elétrica na propriedade? É obtida por:

() rede () placa solar () gerador
() não tem energia elétrica () outros:

5.10) Existe esgoto sanitário na propriedade? Que tipo?

() rede pública () fossa () não existe

5.11) Qual a topografia predominante na propriedade?

() plana () ondulada () montanhosa
() outro. Qual?

5.12) A propriedade é

() própria () arrendada () posse
() explorada sob o regime de meeiro (planta em terra alheia e divide os resultados com o dono)
() parceiro (compartilha a terra com outro agricultor)
() outros:

6. PERGUNTAS SOBRE A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA:

6.1) O que produz? (preencher com o que o entrevistado sabe)

6.6) Irriga a terra?

Sim Não

6.7) Tem água para irrigação o ano todo?

Sim Não

6.8) Utiliza água para irrigação de onde?

encanada rio córrego
 lagoa outro. Qual?

6.9) A terra que você trabalha é boa?

Sim Não

6.10) A terra já recebeu calcário?

Sim Não

6.11) Você protege o solo da erosão?

Sim Não

6.11.1 Como?

6.12) Utiliza produtos orgânicos (palhas, folhas, restos de cultivos, etc.) para aumentar a fertilidade do solo?

Sim Não

6.12.1 Quais?

6.13) Utiliza adubo químico?

Sim Não

6.13.1 Se sim, com que frequência?

6.13.2 Em que cultivos?

6.13.3 Qual produto utiliza?

6.14) Utiliza produtos naturais (controle biológico, fumo, pimenta, armadilha, etc) para combater as pragas e doenças?

Sim Não

6.14.1 Quais produtos?

6.15) Utiliza produtos químicos (inseticida, herbicida ou fungicida) para combater as pragas e doenças ou controlar o mato?

Sim Não

6.15.1 Se sim, com que frequência?

6.15.2 Em que cultivos?

6.15.3 Quais produtos?

6.16) Já recebeu ajuda de alguma instituição de assistência técnica ou de extensionistas, como Emater, etc?

Sim Não

6.16.1 Quais?

6.16.2 Qual a periodicidade?

6.17) Tem acesso a veterinário para vacinação/tratamento dos animais?

Sim Não

6.17.1 Qual a periodicidade?

6.18) Utiliza trator?

Sim Não

6.19) A quem o trator pertence?

prefeitura é próprio da comunidade
 é alugado emprestado da agroindústria
 outros. Qual?

6.20) Qual a periodicidade em que tem acesso a financiamento?

todo ano raramente nunca

6.20.1 Se sim, de que financiadora?

6.21) Existe alguma estratégia para a venda conjunta dos produtos da região? Como cooperativa, feira, etc.

Sim Não

6.21.1 Se sim, quais?

6.22) Faz ou já fez alguma parceria/contrato com alguma indústria ou comércio?

Sim Não

6.22.1 Se sim, com quem?

6.22.2 Para quê (venda, distribuição)?

6.23) Este tipo de parceria/contrato melhorou sua venda?

Sim Não

6.24) Qual a renda mensal (ou anual) da família? (colocar se é mensal ou anual)

6.25) Possui na propriedade empregados que não sejam da família?

Sim Não

6.26) Se sim, quantos?

Um Dois
 Três Mais de três

6.27) Para que tipo de serviço?

plantio colheita todo o serviço
 outro. Qual?

6.28) Como é feito o pagamento?

dinheiro mercadoria
 outro. Qual?

6.29) Qual a periodicidade do pagamento?

mensal semanal diária
 por empreitada por serviço realizado outro. Qual?

7. SOBRE A PRODUÇÃO DE CAFÉ

7.1) Sabe quantos pés de café possui?

- menos de 19 de 20 a 49 de 50 a 99
 de 100 a 499 de 500 a 999 mais de 1000

7.1.1 Se souber, colocar a quantidade:.....

7.2) De onde vieram as mudas?

- já pegou a propriedade com o café
 comprou as mudas na região
 comprou as mudas em outra região

7.3) Já comprou sementes de café?

- Sim Não

7.3.1 Se sim onde?

7.4) Sabe qual a idade dos pés?

- Sim Não

7.4.1 Se sim, qual é, aproximadamente.....

7.5) A produção é consorciada?

- Sim Não

7.5.1 Se sim, com que cultura?

- banana feijão milho
 outra. Qual?

7.6) É sombreada?

- Sim Não.

7.6.1 Se sim, por que cultura?

7.7) Que tipo de operação é feita na propriedade com o café após a colheita?

Operação	Sim	Não
Lavagem		
Secagem		
Descascamento		
Torrefação		
Moagem		
Embalagem		
Armazenamento		

7.8) As operações que não são feitas na propriedade, onde são realizadas?

Operação	Realizada
Lavagem	
Secagem	
Descascamento	
Torrefação	
Moagem	
Embalagem	
Armazenamento	

7.9) Existem indústrias de torrefação e moagem de café na região?

() Sim () Não

7.10) A propriedade possui quais equipamentos/infra-estrutura abaixo?

Equipamentos	Sim	Não
Terreiro secador		
Lavador de café		
Equipamento de irrigação		
Galpão para armazenagem		
Máquina de torrar		
Máquina de moer		

7.11) De que forma é vendido o café?

Venda do café	Marcar as opções existentes na fazenda
Frutos sem secar ou lavar	
Em coco (com a casca)	
Verde (sem torrar) descascado	
Seco sem a casca	
Torrado em grão	
Torrado e moído	
Embalado	

7.12) Tem alguma idéia do custo de produção do café?

() Sim () Não

7.12.1 Se sim, qual é?

7.13) Faz alguma anotação sobre custo de produção?

() Sim () Não

7.14) Como é feito o transporte do café para beneficiamento/industrialização?

() ônibus () carro () à pé
 () cavalo () bicicleta () motocicleta
 () outro:

7.15) Quanto rende, em reais, o cafezal? (responder qual o entrevistado souber)

- () por saca
- () por hectare
- () por semana
- () por mês
- () por ano

7.16) Usa mão de obra externa à propriedade para a produção de café?

- () Sim
- () Não

7.17) Para que tipo de serviço?

- () plantio
- () colheita
- () todo o serviço
- () outro. Qual?

7.18) Como é feito o pagamento?

- () dinheiro
- () mercadoria
- () outro. Qual?

7.19) Qual a periodicidade do pagamento?

- () mensal
- () semanal
- () diária
- () por empreitada
- () por serviço realizado
- () outro. Qual?

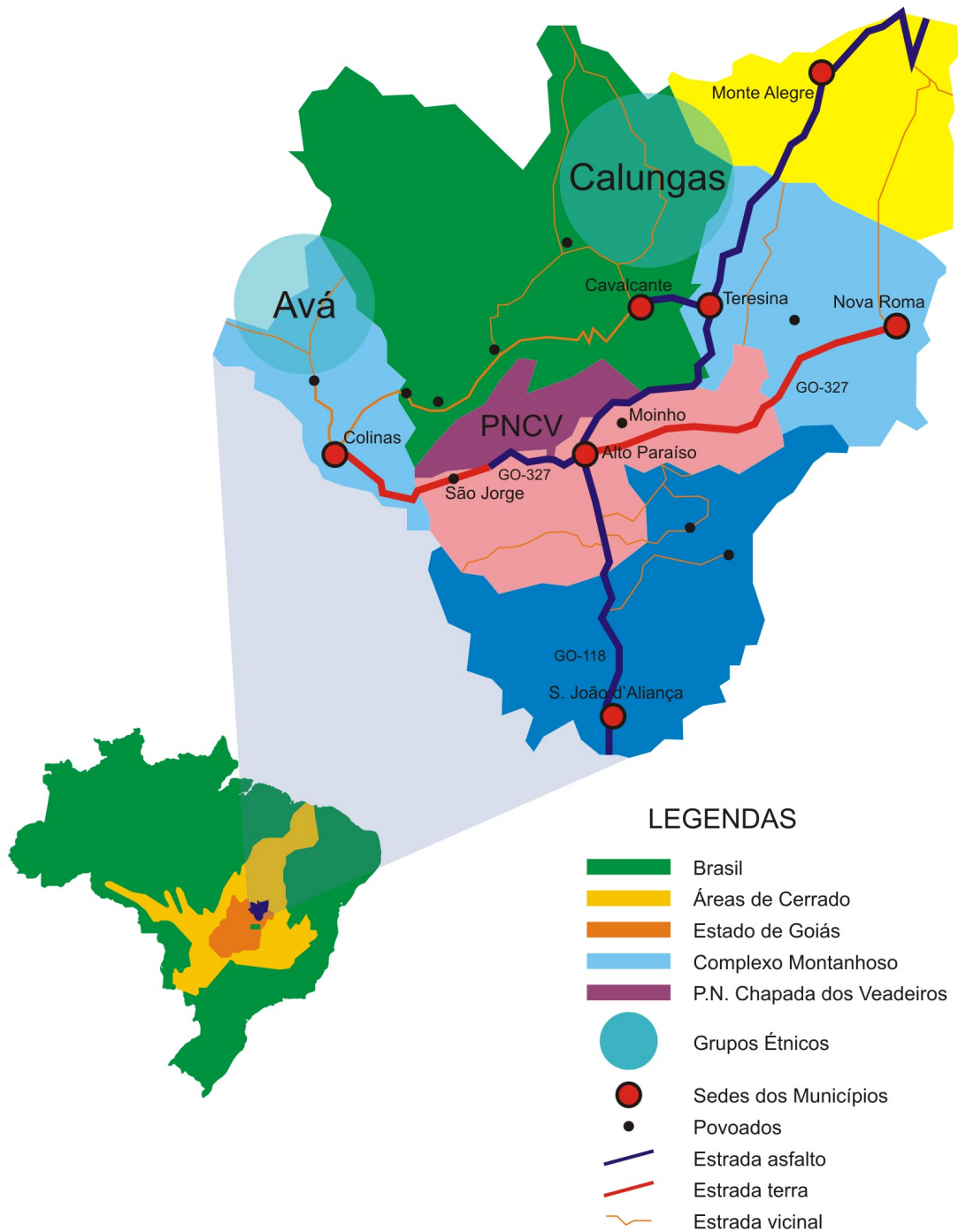
7.20) Você considera que os preços obtidos por seu café nos últimos dois anos foram compensadores?

- () Sim
- () Não

7.21) Pretende ampliar o cafezal?

- () Sim
- () Não

Apêndice B



Mapa da região adaptado de Attuch (2006) por André Souza/2007.

Apêndice C



A secagem do café é feita em plásticos pretos



Pés de café antigos, de porte alto



Antigo fiador de algodão



Café secando no terreiro



Horta comunitária do Moinho



Sistema de irrigação da horta comunitária



O café e o produto do artesanato feito com plantas do Cerrado



Pé de café antigo



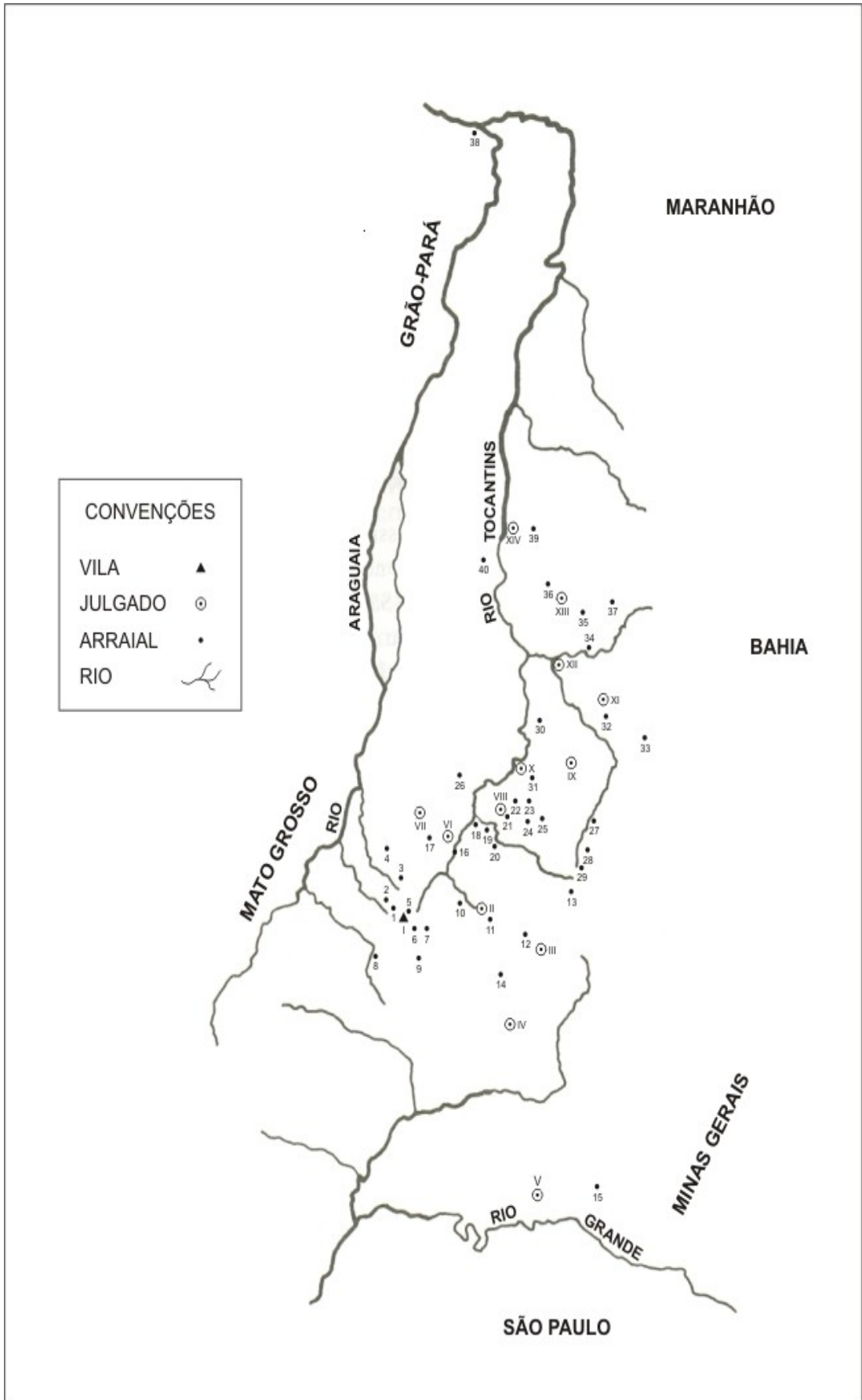
Sementes caídas dos pés antigos brotam com facilidade em meio às folhas no chão



Pés de café da Chapada dos Veadeiros (GO)

10. ANEXOS

Anexo A



Fonte: Palacín, 1989, p. 13

A) CORREIÇÃO DE VILA BOA	B) CORREIÇÃO DO NORTE
<p>I - Julgado de Vila Boa</p> <p>01. Arraial da Barra</p> <p>02. Arraial de Anta</p> <p>03. Arraial de Santa Rita</p> <p>04. Arraial de Tesouras</p> <p>05. Arraial do Ferreiro</p> <p>06. Arraial do Ouro Fino</p> <p>07. Arraial do Currealinho</p> <p>08. Arraial de Pilões</p> <p>09. Arraial de Anicuns</p>	<p>VIII - Julgado de Traíras</p> <p>18. Arraial de Água Quente</p> <p>19. Arraial do Cocal</p> <p>20. Arraial do Maranhão</p> <p>21. Arraial de São José do Tocantins</p> <p>22. Arraial de Cachoeira</p> <p>23. Arraial de Santa Rita</p> <p>24. Arraial de Muquém</p> <p>25. Arraial de Piedade</p> <p>26. Arraial de Amaro Leite</p>
<p>II - Julgado de Meia Ponte</p> <p>10. Arraial do Córrego do Jaraguá</p> <p>11. Arraial de Corumbá</p>	<p>IX - Julgado de Cavalcante</p> <p>27. Arraial das Flores</p> <p>28. Arraial de Santa Rosa</p> <p>29. Arraial de Mato Grosso</p>
<p>III - Julgado de Santa Luzia</p> <p>12. Arraial de Montes Claros</p> <p>13. Arraial de Couros</p>	<p>X - Julgado de São Félix</p> <p>30. Arraial do Carmo</p> <p>31. Arraial Chapada de São Félix</p>
<p>IV - Julgado de Santa Cruz</p> <p>14. Arraial de Bonfim</p>	<p>XI - Julgado de Arraias</p> <p>32. Arraial do Morro do Chapéu</p> <p>33. Arraial de São Domingos</p>
<p>V - Julgado do Desemboque</p> <p>15. Arraial do Araxá</p>	<p>XII - Julgado da Barra do Palma</p> <p>34. Arraial de Conceição</p> <p>35. Arraial do Príncipe</p>
<p>VI - Julgado do Pilar</p> <p>16. Arraial das Lavrinhas</p> <p>17. Arraial de Goarinhos</p>	<p>XIII - Julgado da Natividade</p> <p>36. Arraial da Chapada da Natividade</p> <p>37. Arraial do Duro</p>
<p>VII - Julgado de Crixá</p>	<p>XIV - Julgado de Porto Real</p> <p>38. Arraial de São João das Duas Barras</p> <p>39. Arraial do Carmo</p> <p>40. Arraial do Pontal</p>

Anexo B

I B G E
DELEGACIA DO IBGE NO ESTADO DE GOIÁS
Setor de Divulgação e Biblioteca - SEDIBI

NOTAS HISTÓRICAS

ANEXO 1

A fazenda formada por Francisco de Almeida, nos meados do século XVIII, deu origem ao povoado que se denominou "Veadeiros", dada a grande quantidade de "cervídeos" na região, igualmente cognominada "Chapada dos Veadeiros".

Seus primitivos habitantes foram, além do fundador, Firmino de Almeida Salerno, José Pereira Barbosa e Manoel Caboclo, cujas atividades se desenvolviam na agricultura e criação de gado. Mais tarde, o cultivo do trigo assumiu importância maior, em decorrência do solo e clima extremamente favoráveis à triticultura.

Pela divisão territorial administrativa de 1933 e quadro anexo ao Decreto-lei estadual nº 557, de 30 de março de 1938, Veadeiros figura como distrito de Cavalcante.

Sua autonomia municipal foi concedida pelo Decreto-lei estadual nº 808, de 12 de dezembro de 1953, instalado em janeiro de 1954, desmembrando-se de Cavalcante.

Pela Lei estadual nº 4.685, de 15 de outubro de 1963, Veadeiros passou a denominar-se ALTO PARAÍSO DE GOIÁS, coerente com sua posição geográfica, num altiplano, com panorama magnífico, e distinguindo-se de topônimos iguais.

Com a implantação do Projeto Alto Paraíso, pelo Governo do Estado, visando ao desenvolvimento integrado da região e buscando fixar o homem ao seu meio ambiente, o município sofreu transformações, bastante divulgado pela imprensa, todavia as obras se encontram paralisadas.

Gentílico: "Altoparaisense".

Anexo C

Brasão de Alto Paraíso de Goiás

